

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CHELIMAN ALVES RODRIGUES

**Relações raciais e Questão social: contradições dialeticamente racializadas e
radicalizadas – Um improrrogável debate ao Serviço Social**

FRANCA

2023

CHELIMAN ALVES RODRIGUES

Relações raciais e Questão social: contradições dialeticamente racializadas e radicalizadas – Um improrrogável debate ao Serviço Social

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social – PPGSS da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Franca, para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva.

FRANCA

2023

R696r	Rodrigues, Cheliman Alves Relações raciais e Questão social: contradições dialeticamente racializadas e radicalizadas – Um improrrogável debate ao Serviço Social / Cheliman Alves Rodrigues. -- Franca, 2023 178 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva 1. Racismo Estrutural. 2. Questão social. 3. Serviço Social. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa pretende contribuir com o avanço da agenda da classe trabalhadora, especialmente trabalhadores (as) negros (as), bem como favorecer o acúmulo teórico na área de Serviço Social. As relações raciais constituem a questão social e impactam a formação profissional de assistentes sociais. Este estudo, de raiz crítico-dialética inserida na tradição marxiana, analisa questões relacionadas com o racismo estrutural. Pretende, com isso, fortalecer o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, contribuir com a formação e o trabalho na área e subsidiar práticas profissionais antirracistas.

THE POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research aims to contribute to advancing the agenda of the working class, especially black workers, and to promote theoretical accumulation in the field of Social Work. Racial relations constitute the social issue and impact the professional formation of social workers. This study, rooted in critical-dialectical analysis within the Marxist tradition, examines issues related to structural racism. It seeks to strengthen the Ethical-Political Professional Project of Social Work, contribute to education and work in the field, and support anti-racist professional practices.

CHELIMAN ALVES RODRIGUES

Relações raciais e Questão social: contradições dialeticamente racializadas e radicalizadas – Um improrrogável debate ao Serviço Social.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestra em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais.

Banca Examinadora

Presidente: _____

Profa. Dr. José Fernando Siqueira da Silva (FCHS/UNESP)

1º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana (FCHS/UNESP)

2º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Maria Helena Elpídio (PPGPS/UFES)

Franca, ____ de _____ de 2023.

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu irmão, meus ancestrais vivos. Dedico-o a todas as pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pela colonização capitalista e àqueles capazes de tremer de indignação a cada nova atrocidade.

AGRADECIMENTOS

Contraditoriamente preciso iniciar os agradecimentos me desculpando pois o cansaço que me toma neste momento pode me atrapalhar em sintetizar em palavras os meus sentimentos. Mas ainda não posso deixar de demarcar aqui, afinal as conquistas são coletivas.

Primeiramente quero direcionar meus agradecimentos à minha mãe. Dona Andreia, uma mulher que vivência todas as opressões desta sociedade enquanto mulher, negra e lésbica e ainda tem espaço para direcionar cuidado e amor a mim, obrigada mãe. Quero agradecer ao meu irmão, que com seu jeito de peculiar de perceber o mundo me desafia e me lembra que a normalidade é construída e chata. Toda vez que eu te vejo se divertindo, tendo lazer, me traz esperanças e a certeza de que o cuidado em saúde mental é em liberdade. Meu desejo primeiro quando eu falo de outra sociedade é que possamos construir um mundo que seja gentil com pessoas como vocês, com pessoas como nós “Eu sou porque nós somos”. A força de vocês foram a base sobre a qual construo minha vida e construí esta pesquisa.

Agradeço a você Rê, sempre brinco que tenho duas mães. Você faz parte da minha família. Obrigada pelos anos de cuidado com minha mãe e meu irmão.

Quero expressar minha sincera gratidão a você, Sal, por nove anos de companheirismo e apoio. Sua presença foi fundamental para me dar forças diante de todos os desafios que enfrentei. Seja sendo meu alicerce enquanto trabalhava em uma CTI durante a pandemia e cada óbito isso me dilacerava e você me trazia para os culpados de tudo isso, mas ainda me acolhia. Seja me apoiando a embarcar em meio a este tumulto, a realizar um mestrado. Seja me encorajando a buscar justiça quando as cotas raciais eram desrespeitadas em um concurso. E, além disso, o fato de ter lido cada parte desta dissertação demonstra seu carinho comigo. Obrigada por me ajudar a trilhar essa jornada.

Meus agradecimentos em especial a você Drielle. Você é minha alma gêmea, sempre digo que somos destinadas a ficarmos perto uma da outra, quando você muda pra Sacramento sou convocada para lá também, você é convocada na prefeitura de Uberlândia, eu ganho que na justiça meu direito de ocupar a vaga do concurso na Universidade Federal de Uberlândia. Não vejo a hora de saber qual será nosso próximo destino. Amiga, obrigada por estar comigo e ser minha base nos momentos mais

difíceis da minha vida, sua amizade e apoio inabalável foram uma âncora durante os tempos turbulentos, e sou eternamente grata por sua presença em minha vida.

Também quero agradecer a minha comadre Vanessa, obrigada por confiar em mim com seu bem mais precioso, nossa Dudinha. Sua amizade desde que somos adolescentes me lembra de onde vim e pra onde eu quero ir. Obrigada amiga.

Fernanda, vulgo Casco, te ver tão grandona me motiva e me alegra. O México é só o começo para você. Tenho certeza de que seus voos serão ainda mais altos, o mundo é pequeno pra você. Obrigada pela escuta e carinho de sempre, ainda que distantes.

Agradeço todas as amizades que fiz em minha graduação (não vou citar nomes pois posso esquecer de alguém). Deixo registrado que as acompanho, ainda que de longe, vibro e torço por suas conquistas, as discussões e reflexões que fizemos faz parte da profissional e pesquisadora que sou hoje. Agradeço também minha eterna supervisora Fernanda, minha gratidão por tudo que você me ajudou e me ensinou, sua ética me ajuda no meu trabalho como assistente social e na construção desta dissertação.

Agradeço as companheiras de trincheira de pós-graduação, sobretudo Amabile e Thaís, mulheres negras revolucionárias em quem me inspiro, cada áudio trocado é um acalento e a certeza de não estar sozinha, seguimos!

Também é importante expressar minha gratidão aos colegas da Estes-UFU, em especial aqueles do 5º piso e do setor pedagógico. Sua colaboração e apoio desempenharam um papel significativo em minha jornada acadêmica e profissional. Além disso, não posso deixar de mencionar a importância fundamental da minha chefia em respeitar o direito de flexibilização de horário. Embora o direito exista, só se torna efetivo quando há vontade de fazê-lo. Sem isso, minha dissertação não teria sido possível, e por isso sou grata

Agradeço também cada usuário (a), paciente, impaciente, educando (a)/estudante, que de alguma forma confiou no meu trabalho em cada espaço de atuação que estive, a construção desta dissertação passa pelas inquietações e enfrentamentos das refrações da questão social em que nos deparamos.

Estendo meus mais profundos agradecimentos às pessoas dos grupos de estudos aos quais faço parte: o Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas” (GEPEM), onde a troca de conhecimentos, debates e reflexões proporcionados neste espaço me constrói e fortalece, tanto enquanto militante quanto como pesquisadora. A

contribuição de vocês tem sido inestimável em meu percurso. Além disso, quero saudar calorosamente meus e minhas companheiras do grupo “Relações Raciais e Marxismo”, um espaço fechado a pessoas negras que nos orienta em direção à prática da quilombagem como estratégia política. Um grupo que nos permite construir o marxismo que desejamos. Obrigada a todos por serem parte integrante da minha jornada.

Agradeço imensamente as sujeitas e sujeito desta pesquisa, agradeço não apenas por reservarem um espaço em suas agendas para contribuírem com este trabalho, mas, sobretudo, por dedicarem tempo e esforço na construção de um Serviço Social verdadeiramente comprometido com a construção de outra ordem societária.

Quero ainda expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, que não mediu esforços para compreender minha condição enquanto pós-graduanda, lidando com as demandas de duas jornadas distintas: a pesquisa acadêmica e o trabalho como Assistente Social. Sua disposição para lidar com cada problema e dúvida que surgiram e a aceitação do desafio de me orientar em uma discussão tão desafiadora foram fundamentais. Obrigada por sua dedicação, paciência e comprometimento ético-político pois eles foram essenciais neste processo. Obrigada Zé!

Agradeço a todas, todos e todes que, embora não tenham sido mencionados nominalmente, contribuíram em algum nível para a construção desta dissertação. E, por fim, quero expressar minha gratidão a todas, todos e todes que se empenham na construção da luta antirracista, antifascista, antimachista, antilgbtqia+fobica, aliada à luta pela emancipação coletiva. **Só a luta muda a vida!**

A vocês, o meu mais sincero e caloroso **OBRIGADA!**

“A fúria negra ressuscita outra vez”.

Racionais. Capítulo 4, versículo 3.

RODRIGUES, Cheliman Alves. **Relações raciais e Questão Social: Contradições dialeticamente racializadas e radicalizadas** – Um improrrogável debate ao Serviço Social. 2023. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Humanas e Sociais, Franca, 2023.

RESUMO

A pesquisa tem como principal objetivo investigar o espaço ocupado pela discussão que enfatiza a questão racial como um elemento essencial na gênese e perpetuação da questão social especialmente no contexto brasileiro, na formação em Serviço Social. Ela reconhece que a questão social constitui o objeto de trabalho dos (as) assistentes sociais e, portanto, deve ser compreendida em sua totalidade. Além disso, o estudo argumenta que o racismo estrutural desempenha um papel fundamental na manutenção da questão social no Brasil e que essa questão social no Brasil é ainda mais radicalizada por ser racializada, estando presente em seus fundamentos e manifestações. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza tanto pesquisa de campo quanto revisão bibliográfica para aprofundar a discussão. No componente de pesquisa de campo, o estudo envolve um diálogo com quatro docentes de Serviço Social, que, por meio de entrevistas semiestruturadas, compartilham suas percepções sobre a relação entre a questão social e a questão racial na formação de novos assistentes sociais. O objetivo fundamental é enriquecer as reflexões sobre a interconexão entre as questões étnico-raciais e a questão social, bem como avaliar a relevância desse debate na formação dos (as) assistentes sociais.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Questão social; Serviço Social.

ABSTRACT

The research has as main objective to investigate the space occupied by the discussion that emphasizes the racial issue as an essential element in its genesis and perpetuation of the social issue especially in the Brazilian context, in the training in Social Work. It recognizes that the social issue constitutes the object of work of social workers and, therefore, must be understood in its entirety. In addition, the study argues that structural racism plays a fundamental role in maintaining the social issue in Brazil and that this social issue in Brazil is even more radicalized because it is racialized, being present in its foundations and manifestations. The research adopts a qualitative approach and uses both field research and literature review to deepen the discussion. In the field research component, the study involves a dialogue with four Social Work professors, who, through semi-structured interviews, share their perceptions about the relationship between the social issue and the racial issue in the training of new social workers. The fundamental objective is to enrich the reflections on the interconnection between ethnic-racial issues and the social issue, as well as to evaluate the relevance of this debate in the training of social workers.

Keywords: Structural racism; Social issue; Social Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Mercado de trabalho e a população negra	55
Gráfico 2: Taxa de rendimento Médio em reais por hora.....	62
Gráfico 3: Taxa de Desocupação	63
Gráfico 4: Números de pessoas privadas de liberdade por raça/cor 2023	138
Gráfico 5: Variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas, universidades federais.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de mortes decorrentes de intervenção do Estado por raça ou cor – 2021.....	137
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEP	Projeto Ético-Político
PPGs	Projeto Político Pedagógico
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
UFAS	Unidades Formadoras de Assistentes Sociais
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFTM	Universidade Federal do Triângulo mineiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1 RACISMO: sete notas para uma análise estrutural	22
1.1. Falar em racismo estrutural no capitalismo é quase um pleonasmo	23
1.2. Escravização moderna e capitalismo	28
1.3. Pós-abolição, relações raciais e de classe	48
1.4. Relações de sexo e as relações raciais.....	56
1.5. O genocídio da população negra	63
1.6. População negra: (a)parte da luta de classes?.....	66
1.7. Acumulação Originária, lei geral da acumulação e questão social: o que elas podem nos trazer de contribuições para entendermos as relações raciais?	86
PARTE 2 QUESTÃO RACIAL E A IMPORTÂNCIA DA AGENDA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA A DEFESA DO PROJETO ÉTICO- POLÍTICO PROFISSIONAL.....	93
2.1 “Serviço Social fazendo as pazes com a história” : A construção e a reconstrução da profissão	94
2.2. Projeto ético-político profissional do Serviço Social	110
2.3. “Diretriz é norte, é o farol que tem que iluminar a formação”: As Diretrizes da ABEPSS.....	117
2.4. Questão social, Serviço Social e as relações raciais.....	122
2.5. Questão racial e formação profissional: “ <i>na perspectiva de indissociabilidade</i> ”	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE - ENTREVISTA	173
ANEXO - PARECER PLATAFORMA BRASIL	175

INTRODUÇÃO

Esse texto não tem a pretensão de esgotar o debate em torno da temática da dissertação. Pelo contrário, pretende trazer elementos que contribuam para reflexões sobre as relações raciais e a questão social para a categoria profissional dos (as) assistentes sociais e as pessoas interessadas na discussão. Apesar dos esforços, as relações étnico-raciais ainda são pouco debatidas (em maior ou menor grau) pelas entidades da categoria¹. Trata-se de um debate incipiente, inserido na disputa de projetos societários, não somente no Serviço Social. Por esse motivo, compreendendo que “viver é tomar partido” (Gramsci, 2020) e que, portanto, este estudo não é neutro – o que não significa que desconsidere a necessidade de construir conhecimento e de fazer ciência –, tem-se como hipótese que a questão racial é um componente fundante e de perpetuação da questão social, em especial no Brasil. Propõem-se, tomando como base a tradição marxista, debater o assunto.

Neste sentido, a pesquisa discute a questão racial como substância estrutural para a formação e perpetuação da questão social no Brasil, bem como o lugar que esta discussão deve ocupar na formação de assistentes sociais, tendo como inspiração a tradição dialética de Marx.

Sobre a questão racial enquanto um componente da questão social no Brasil, o trabalho concorda com Botelho, Ferreira e Lemos (2022) e entende que “não é possível ler a classe trabalhadora sem o debate étnico-racial, inserindo-o na centralidade da luta de classes” (2022, p. 1). Faz parte da agenda capitalista de dominação, a fragmentação, a individualização e a responsabilização de pautas coletivas e, por ser assim, está em sua agenda negar toda teoria ontológica para o entendimento destas problemáticas. No caso da questão racial, Almeida (2019) relata que compreender a sua reprodução como uma opção individual, desloca o debate público para uma questão de educação e caráter. Ou seja, não vai no cerne da questão e ignora seu elemento estrutural. Em compasso, Souza (2021) informa que o método histórico-dialético, que é o proposto neste estudo, auxilia a descolar a discussão racial do campo do reducionismo essencialista identitário liberal para o campo da produção do valor, evidenciando as complexas relações de produção e reprodução da vida.

1 São exemplos: a campanha do CFESS – CRESS: “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, 2017-2020, os materiais da ABEPSS: “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” e “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para avanço do debate”, 2017-2018.

Concordamos com Souza (2020) que ter a dimensão dos processos históricos que engendraram o modo de produção escravista colonial e a transição ao capitalismo dependente, nos auxilia sobremaneira a entender as relações entre o capital versus o trabalho, pois este foi um período histórico que demarcou o vir a ser destas relações.

Ainda que a pesquisa compreenda que a questão social não é somente formada pela questão racial ou, ao contrário, que a questão racial é composta apenas pela questão social, entendemos que existem nexos que foram historicamente indissociáveis na sua formação, e por isso se faz urgente apontá-los. A questão social:

tem suas raízes latentes na escravidão e no patriarcalismo, expressando-se no período colonial pelo trabalho escravo e pelas questões de raça e etnia, sendo um fenômeno presente durante todo o processo de formação da sociedade brasileira. Nesse contexto destacamos dois papéis relevantes desempenhados pela escravidão brasileira: o do trabalho servil, que submetia os negros à longas e exaustivas horas de trabalho, à precárias condições de moradia e sobrevivência, manifestando a desigualdade social existente na sociedade; e o das relações sexuais, materializada no livre exercício da sexualidade masculina, especialmente com as negras que eram tidas por seus senhores como objeto de satisfação sexual (Castro *et. al.*, 2014, p. 83-84).

E suas expressões imediatas, que são colocadas por Iamamoto (2006) enquanto manifestações de desigualdades, são em sua grande maioria direcionados às classes trabalhadoras que são racializadas como negras.

Sob a lógica racialista, os territórios majoritariamente negros (favelas, quilombos, assentamentos) são condenados como territórios “atrasados” (pela suposta incapacidade natural dos seus habitantes), e perigosos, onde justifica-se o baixo investimento do Estado em políticas públicas para esta população (reforma agrária, educação, saúde, saneamento básico) e a violência como mecanismo de controle. Dessa forma, a ação capitalista volta-se para o controle sobre territórios e corpos negros, criminalização de experiências de movimentos populares que buscam apontar alternativas ao capitalismo. Como tática de convencimento, utiliza-se a propaganda da guerra às drogas, ao mesmo tempo em que cresce a indústria de armas, favorecendo o capitalismo pela eliminação e isolamento dos inimigos potenciais ao sistema e ampliação de lucros pelo controle de armamentos (Botelho; Ferreira; Lemos, 2022, p. 2).

Compreendemos que o racismo é estrutural e estruturante da sociedade capitalista, por isso, é uma das manifestações da questão social² e dialeticamente é também um elemento que a gesta e a constituiu. Neste trabalho defendemos uma visão alargada da questão social e da própria relação racial, ao passo que análises cartesianas e positivistas que separam o que é racismo e colocam do outro lado o que é o capitalismo e a questão social, deixam de observar elementos intrínsecos e

² Indicaremos o que é questão social no item 2.2.

inseparáveis. Não tratam, porém, das relações que a questão social e racial gestam, que são desiguais, advindas do roubo do trabalho coletivo apropriado individualmente, que tem no racismo um determinante fundamental. Podemos, por exemplo, fazer uma analogia com um bolo, nada profunda, mas que exemplifica o que está sendo colocado. Quando fazemos um bolo, geralmente usamos algum tipo de farinha, gordura, podendo ser ovos, manteiga etc. e um líquido, tal como o leite. Depois que unimos os ingredientes e com a reação química do calor temos o bolo e neste momento não se diferencia mais o que é cada ingrediente. O que temos é o resultado da articulação entre todos estes ingredientes. Sabemos que a farinha não é o leite, mas no processo eles se interagiram e temos um produto final que não se explica por suas partes isoladas. Assim é a questão social e o racismo, ainda que didaticamente possamos diferenciar o que é cada um deles. Sozinhos não fariam o bolo, pois um depende do outro para existir o produto final. A América Latina e o Continente Africano formam bolos, na totalidade do bolo mundial, que têm ainda um gosto pior, pois os países de economias centrais ficaram o com a melhor fatia destes bolos.

A respeito da temática da dissertação, boa parte dela sempre esteve presente em minha vida, como uma mulher negra proveniente da periferia do interior de São Paulo (Ribeirão Preto - SP), cujos traços são descritos como "cabelo crespo e pele escura", conforme expresso em uma música dos Racionais. Experimentei desde a infância, especialmente na escola, a manifestação mais aparente do racismo, que se expressavam sobretudo em discriminações e preconceitos.

No entanto, foi na faculdade, a partir da aproximação com o movimento social (que dialogaremos mais a frente), que tive a possibilidade de identificar e nomear um racismo mais sutil, que se relaciona também com discriminações e preconceitos, mas que vai mais além: um racismo mais velado que explica questões mais profundas, relacionadas aos porquês de um dos bairros mais afastados do centro da cidade, como o que eu morava, era majoritariamente negro, à limitação de oportunidades de trabalho, e à presença predominante de jovens negros no comércio ilegal de drogas, entre outras, se apresentavam na vida de pessoas negras, como eu.

Foi nesse ambiente acadêmico contraditório, que pude me tornar politicamente negra e me reconhecer em outra letra dos Racionais, que a pele negra é "da cor da noite lisa e reluzente".

Ser negro não é uma condição dada a priori, com a mesma beleza, com a mesma naturalidade que é concedida ao branco, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por

cumprir um veredito impossível desejo do outro de vir a ser branco: são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social (Santos, 1983, p.77).

Foi o processo de tornar-me politicamente negra que permitiu mais concretamente que minhas vivências se traduzissem em um tema de pesquisa. Na qual posso ilustrar de forma resumida da seguinte maneira:

Iniciei minha trajetória acadêmica no ano de 2014, ano em que acessei a Universidade Estadual Paulista (UNESP), enquanto fruto das ações afirmativas de cotas raciais, bem como nela permaneci como estudante das políticas de permanência estudantil, que me aproximou das demandas e lutas estudantis. Acompanhada de mulheres, em sua maioria negras, de Serviço Social, compusemos a gestão do centro acadêmico Dandara dos Palmares, nome que sintetiza nossas preocupações e enfrentamentos. Importante pontuar que 2014 foi o ano de ingresso de mais negros nesta Universidade devido ao início da implementação de cotas raciais na instituição e isto não foi banal. Além de um avanço histórico, é um fator que incomodou a branquitude³ na qual, nós pessoas negras, nos deparamos com diversas violências. Fator que nos impulsionou a formar um coletivo negro, intitulado “Afrontar”, para enfrentarmos estas questões.

Neste processo de militância pude entender o que era o racismo estrutural⁴ e, portanto, observar um distanciamento entre o que era apresentado enquanto trabalhadores e trabalhadoras em sala de aula e a discrepância com realidade posta, ou seja, uma classe trabalhadora diversa e majoritariamente negra. O que se acentuou na experiência estágio e me motivou a escrever um trabalho de conclusão de curso em 2017.

Mas foi na prática cotidiana enquanto Assistente Social que a temática da pesquisa se amadurece e se fez urgente enquanto Assistente Social em um CTI (centro de tratamento intensivo) de covid19. A complexidade conjuntural de 2021, de crise do capital, pandemia, miserabilidade, acirramento do conservadorismo, do fascismo, do racismo e da administração da política do deixar morrer, reeditou a importância de adentrar novamente na universidade, no estudo, na pesquisa, de capacitar-se para o

³ Abordaremos no item 1.1 este conceito.

⁴ Discutiremos melhor este conceito no próximo capítulo.

enfrentamento aos tempos de barbárie e contribuir com a formação da categoria profissional a qual integro e construo.

Portanto, a necessidade de realização desta pesquisa se materializa com base na realidade concreta, a partir de observações e inquietações que dizem respeito a uma trajetória coletiva. Essa trajetória se vincula tanto à possibilidade histórica de ingresso da população negra nas universidades públicas por meio das ações afirmativas (entrada que se encontra no terreno da contradição), quanto ao próprio cotidiano do trabalho profissional enquanto Assistente Social que impulsionam, mesmo que insuficientemente, o debate racial na sociedade e no Serviço Social.

Os movimentos sociais tencionaram e ampliaram os debates historicamente abordados nas universidades, na particularidade da formação em Serviço Social, evidenciou lacunas a serem exploradas e preenchidas. E motivou a mim e outros (as) estudantes a se questionarem sobre a urgência de se alargar o entendimento do que significa a questão social, para além do quase rosário que resume a questão social no Brasil como a “contradição capital e trabalho nos marcos de 1930”, de forma vazia e abstrata, que, cabe dizer, nos interessa ampliá-lo e aprofundá-lo, mas não o desconsiderar. Ao passo que partir do entendimento da totalidade, se sabe, a profissão tem ignorado ou deixado de evidenciar processos históricos fundamentais para a gênese da questão social, que se reportam ao período escravagista de acumulação de capitais e ao período pós-abolição, como reprodução de trabalho superexplorado e precário, categorias primordiais para colocar o Brasil na divisão racial internacional do trabalho enquanto capitalista dependente.

A pesquisa almeja possibilitar o adensamento, o amadurecimento das reflexões a respeito da questão racial, da questão social e da formação em Serviço Social, bem como pretende trazer novos elementos e perguntas sobre a temática. Tem como objetivo geral, analisar a relação entre a questão racial e a questão social tendo como referência a obra de autores (as) marxistas negros (as) e pesquisadores (as) negros (as) do Serviço Social, com o objetivo de subsidiar o debate sobre a temática na profissão.

Para tal, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de campo. Enquanto sujeitos (as) da pesquisa foram selecionados 4 nomes. A escolha dos nomes dos (as) entrevistados (as) para esta pesquisa foi realizada considerando alguns critérios: serem docentes de Serviço Social de uma Universidade Federal; serem pessoas negras; serem pesquisadores (as) sobre as relações raciais com publicações em revistas ou

livros; possuírem disponibilidade de agenda para as entrevistas; serem de preferência de estados diferentes e estarem alinhados com projeto ético-político profissional⁵.

Foram, então, selecionadas (os) as (os) seguintes informantes: Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina - DSS/UFSC; Prof. Dra. Maria Cristina de Souza, Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – DSS-UFTM; Prof. Ms. Tales Willyan Fornazier Moreira, Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) do Departamento de Serviço Social, e Prof. Dra Maria Helena Elpídio Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo DSS/UFES.

Para esta coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, de forma dialógica, gravadas, transcritas e devolvidas a cada informante para possíveis ajustes, na qual utilizamos 8 (oito) perguntas previamente elaboradas (vide apêndice).

Além dessa fonte empírica, recorreremos a obras de autores (as) negros (as) úteis para atingir os objetivos propostos nessa dissertação. O trabalho, por estar amparado no materialismo histórico-dialético, procurará ainda dialogar com outros autores e autoras marxistas de diversas tendências, que, a partir da visão de totalidade, se preocuparam em situar a população negra no processo de gênese e reprodução do capitalismo periférico (Marini, 2013). Sendo estes (as); Eric Williams; Ângela Davis; Letícia Parks; Sílvio de Almeida; Clóvis Moura; Dennis de Oliveira, C. L. R. James, entre outros (as).

Dividimos a dissertação em duas partes: uma para tratar do racismo estrutural outra para tratar do Serviço Social e a Formação Profissional. No 1º item, denominado: “Racismo: sete notas para uma análise estrutural”, exemplificaremos qual será nossa trajetória metodológica para esta primeira parte do trabalho, sabendo que discutir racismo é um grande desafio e que dificilmente se esgota em uma dissertação de mestrado. A dissertação se propôs, nesta primeira parte, a

⁵ No processo de seleção dos (as) participantes desta pesquisa, empreendemos esforços para estender o alcance da mesma para docentes de outros estados do que os apresentados nestas linhas, a exemplo do estado do nordeste. Contudo, apesar desses esforços, alguns desses profissionais não puderam participar devido à falta de disponibilidade em suas agendas.

desenvolver sete notas introdutórias sobre os principais fundamentos do racismo que se articulam na composição da sua estrutura e em suas manifestações.

A primeira delas, item 1.1, denominada “Falar em racismo estrutural no capitalismo é quase um pleonismo”, discutiremos o que compreendemos enquanto racismo. Apontaremos para os fundamentos históricos que indicam a indissociabilidade da questão racial com o construto do capitalismo, bem como a sua importância para a reprodução e perpetuação. Portanto, abordaremos o racismo estrutural.

No item seguinte 1.2., “Escravidão moderna e capitalismo”, destacaremos os processos sócio-históricos que direcionaram para a escravização negra enquanto um processo econômico e racista e como a exploração do trabalho destas pessoas auxiliaram no acúmulo necessário para a estruturação do sistema econômico vigente. E ainda, abordaremos como foi o processo de abolição escravagista e qual o lugar que as pessoas negras ocuparam na sociedade e na luta de classes no período de construção das indústrias e do capitalismo maduro e dependente.

Na nota: 1.3, “Pós-abolição, relações raciais e de classe”, como o próprio nome explica, falaremos como se deu a passagem do trabalho compulsório escravocrata para o trabalho assalariado e quais foram os mecanismos de barreiras sociais utilizados para transformar a população negra recém “liberta” em trabalhadores (as) precarizados (as) e informais. Debateremos, ainda, neste item, os aspectos do nascimento e reprodução do racismo científico e da política capitalista-racista eugenista, componente da divisão racial do trabalho. Evidências históricas que nos apontam que a questão racial é uma questão estrutural, e por ser assim, ela perpassa – mesmo que não somente –, as particularidades da questão social.

No item 1.4., “Relações de sexo e raciais”, discutiremos o lugar da mulher negra na sociedade de classes e a sua funcionalidade estratégica ao capital.

No item, 1.5., denominado “Genocídio da população negra”, dialogaremos com a mais cruel face do racismo: a negação da vida a população negra. Neste item trataremos o genocídio da população negra enquanto a normalidade de funcionamento do capitalismo.

O item 1.6., “A população negra: (a) parte da luta de classes?”, debateremos a relação, ou não, entre questão racial e luta de classes. Para tal, dialogaremos com os movimentos de resistências e de mobilização que tiveram/têm a população negra como protagonistas do cenário de luta, tais como a quilombagem apresentado por Clóvis Moura, a revolta de São Domingues com C.L. R. James, entre outras.

No último item, 1.7., denominado “Acumulação originária, lei geral da acumulação e questão Social: O que elas podem nos trazer de contribuições para entendermos as Relações Raciais”, abordaremos os escritos de Marx, sobretudo os capítulos que confrontam a acumulação originária e a lei geral da acumulação. Isto para entender a relação entre a questão social e o Serviço Social. Desta forma, temos condições de negar ou afirmar a questão racial enquanto um componente estrutural da questão social.

Na segunda parte da pesquisa, denominado “Questão racial e a importância da agenda na formação em Serviço Social para a defesa do projeto ético-político profissional”, trazemos a relação com o Serviço Social, a questão racial, questão social e a formação profissional no sentido de situar o(a) leitor(a) de como realizaremos os debates que se seguirão.

No item 2.1., “*Serviço Social fazendo as pazes com a história*⁶: a construção e a reconstrução da profissão”, debateremos brevemente a gênese do Serviço Social, sua relação com a questão social, o Serviço Social no Brasil, o movimento de renovação e reconceitualização da profissão e a consolidação do seu projeto ético-político. No item, nos aproximaremos da formação em Serviço Social. Para tanto, traremos os elementos fundamentais para a sustentação desta profissão, seu projeto ético-político profissional, as suas categorias representativas, as suas diretrizes curriculares.

Nos itens 2.2.e 2.3 serão debatidos, sucintamente, o Projeto ético-político do Serviço Social, e as diretrizes da ABEPSS, ou seja, a trajetória sócio-histórica da entidade e os principais pontos das Diretrizes da ABEPSS.

Os itens 2.4 e 2.5, “Questão social, Serviço Social e as relações raciais”, e “Questão racial e Formação profissional: na perspectiva de indissociabilidade”, respectivamente, é estabelecido um diálogo com as pessoas entrevistadas considerando o objeto de estudo da pesquisa. Nestes itens, a análise da relação entre Serviço Social e questão racial adquire centralidade. Dialogaremos com nossas (os) entrevistadas (os) sobre suas percepções do debate da questão racial na formação profissional, considerando as lacunas existentes e de que forma o debate deve ser conduzido.

6 Fala de uma entrevistada: Maria H. Elpídio.

PARTE 1 RACISMO: sete notas para uma análise estrutural

Discutir racismo estrutural é compreender que os fundamentos que o alicerçam e o reproduzem têm magnitude profunda, vasta e multifacetada. Nas páginas seguintes, abordaremos esse tema compreendendo que o racismo performa todos os aspectos da vida social – objetiva e subjetiva – da população socializada enquanto negra que, por ser assim, também impacta a vida social dos não negros, significando vantagens a este segundo grupo. O racismo é gestado e reproduzido a partir das relações raciais estabelecidas sob as condições da sociedade do capital.

Longe de ter a pretensão de esgotar a temática, buscamos fornecer uma introdução aos elementos essenciais que facilitem nosso diálogo com o escopo desta dissertação, que abrangem as Relações Raciais, a Questão Social e o Serviço Social. Para isso, exploraremos os processos sociais que contribuíram para que o racismo seja um elemento fundamental para a aurora capitalista, bem como sua perpetuação, sobretudo no capitalismo das margens como o Brasil.

Para tal, destacaremos, ao longo do capítulo, sete notas sobre o assunto, sendo que estas elas tratam dos seguintes assuntos: racismo estrutural; escravização moderna; pós-abolição e relações raciais; relações raciais e de sexo; genocídio da população negra⁷; luta de classes; acumulação originária e lei geral da acumulação.

O construto destas notas tem o objetivo de apontar alguns elementos que nesta pesquisa merecem o destaque de duas questões:

- a) a relação indissociável entre a história da população negra e o erguimento do sistema econômico atual, sendo que foi a partir do trabalho da população negra que o capital pôde se consolidar. Sendo assim, o capitalismo estruturalmente se fez de relações raciais como seu fundamento de gênese e perpetuação;
- b) se o racismo é estrutural e estruturante no capitalismo, como então pensar a questão social sem todos os elementos que compõem essa complexa equação? Portanto, compreender a questão social é ter a ciência que ela está intrinsecamente entrelaçada com os processos sócio-históricos que influenciaram sua estruturação enquanto sistema econômico e o que ainda influencia a geração de riqueza no

7 Consideramos enquanto população negra/pessoa negra a somatória de pessoas socializadas enquanto pretas e pardas, tomando também como base o quesito raça/cor do IBGE.

sistema capitalista. Por isso, não se pode furtar-se de compreender as relações raciais e o racismo estrutural, sob a pena de reforçar uma visão fragmentada, tanto da questão social quanto das relações raciais.

1.1. Falar em racismo estrutural no capitalismo é quase um pleonasmo

Optamos por intitular este subitem com a afirmação **“Falar em racismo estrutural no capitalismo é quase um pleonasmo”**, pois reconhecemos que o racismo está intrinsecamente presente nessa forma de organização social. Portanto, abordar o racismo sem considerar sua natureza estrutural, que permeia tanto suas manifestações visíveis quanto suas dimensões mais veladas, seria insuficiente.

Dessa forma, afirmar que o racismo é uma característica estrutural (Almeida, 2019) pode parecer redundante. Contudo, tal redundância é crucial, principalmente considerando o apagamento histórico-social em relação ao racismo no contexto brasileiro. Assim, adotamos essa categoria neste estudo, pois é através dela que conseguimos compreender os mecanismos de funcionamento desse sistema econômico.

Segundo Almeida (2019) existem três concepções de racismo: o racismo individual, o racismo institucional e o racismo estrutural. O racismo individual é:

concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política (Almeida, 2019, p. 25).

O racismo institucional é definido

como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (...) a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2019, p. 25-27).

O racismo estrutural, por sua vez, é entendido pelo autor como um produto

(...) da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição (Almeida, 2019, p. 33).

Nesta pesquisa discutiremos a concepção do racismo enquanto estrutural, pois entendemos que é a concepção que nos permite compreendê-lo de forma mais abrangente, para além de suas manifestações imediatas. Isso nos ajuda a explorar tanto suas expressões visíveis quanto suas raízes mais profundas, especialmente sua relação com as entranhas do capital que utiliza do racismo para se gestar e se reproduzir.

O estudo diverge de concepções que sustentam o racismo como algo intrínseco, resultante de características fenotípicas inatas e inalteráveis entre os indivíduos humanos. Em contraposição, sustentamos que as diferenças fenotípicas entre seres humanos não são a raiz do surgimento do racismo moderno. Estamos em compasso com Ianni. Para o autor, raça e o racismo

são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação (Ianni, 2004 p. 23).

O racismo, na verdade, tem materialidade em processos históricos, políticos e econômicos, gestados na sociedade pré-capitalista, portanto ele é também uma manifestação capitalista. Cabe dizer que afirmar que o “racismo é um produto do capitalismo, não é negar ou diminuir sua importância ou o impacto na sociedade (...). É simplesmente explicar sua origem e as razões da sua perpetuação” (Taylor, 2019).

Em compasso com a afirmação do racismo ser um processo gestado e estruturado pelo capital, Moura diz:

O racismo larval que encontramos em todos os povos antes da aventura colonialista passa a revestir-se de uma roupagem científica e ser manipulado como se ciência fosse. No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referimo-nos ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra invocando argumentos “científicos” (Moura, 1994, p. 28)

Continuando com Moura, o autor destaca:

o racismo pode ser considerado — da forma como o entendemos atualmente — um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não foi por acaso que ele nasceu na Inglaterra e na França e depois se desenvolveu tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular (Moura, 1994, p. 29).

Conforme aponta Souza (2020), “o racismo estrutural emana do processo colonial que subjugou, escravizou e inferiorizou povos, territórios e culturas, vinculado ao processo fundante do modo de produção capitalista na Europa” (SOUZA, 2020, p.38). A autora ainda afirma (2020):

A formação sócio-histórica latino-americana tem no seu cerne, o racismo. Ele foi transformado numa força ideológica fundamental para a garantia da estrutura desigual que proporciona a produção do valor nos territórios que, uma vez colonizados, só puderam se estabelecer em um capitalismo dependente, subordinado à dinâmica das nações imperialistas (Souza, 2020, p. 38).

Assim como Oliveira (2021), entendemos que não há como falar de população negra dissociando-a da situação histórico-social concreta. Compreender o racismo enquanto estrutural é “conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (Oliveira, p. 67, 2021).

Para apreender os fundamentos que sustentam o racismo, é fundamental indagar como ele se relaciona com a economia, a política e a cultura. É preciso questionar as estruturas e instituições incumbidas em perpetuarem as desigualdades que assentam o racismo, ao passo que também o reproduz (SOUZA, 2020). Em acordo, Moura aponta (1994) que é “somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente” (MOURA, 1994, p. 28). Em sintonia com essa perspectiva, Silva (2012) destaca que a dominação de classes recorreu ao racismo estrutural para a exploração do ser humano pelo ser humano, intensificando sua subjugação.

Segundo Silva (2012), o racismo tem uma base concreta. É a partir desta base que são gerados os processos de subjetivações raciais que se relacionam com os preconceitos, discriminações, mas não somente como também se relaciona com a morfologia do trabalho, da economia e da cultura. Ou seja, é a partir das experiências, das relações sociais, históricas e econômicas, vivenciadas individualmente e

coletivamente, que serão germinados os aparatos sociais de divisão racial. Nascemos com uma definição biológica. E somente somos transformados em pessoas negras, indígenas, latinas, brancas etc. por um processo social.

Concordamos com Souza (2021) e compreendemos que racismo vai além do que está aparente, a exemplo da discriminação. Ainda que extremamente cruel aos que são oprimidos, o racismo por ser estrutural também tem relação aos elementos que estão velados que dialogam com os processos das relações de exploração. Para ela, a

compreensão do racismo requer superar as suas manifestações imediatas (superar dialeticamente, o que não significa ignorá-las, ao contrário, pois são o ponto de partida, o dado da realidade, embora caótico e superficial) e buscar as suas mediações e contradições com totalizações de maior complexidade. Ou seja, suas relações com o modo como se produz a vida na sociedade burguesa, centrada na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza; bem como as formas políticas e jurídicas correspondentes; só assim podem se explicitar as suas determinações, mas, também, como ele é determinante no conjunto das relações sociais em análise. Relações sociais, vale reforçar, dinamizadas pela desigualdade, pela exploração e pela dominação - de classe, raça e sexo, as quais constituem não apenas a dimensão da produção material da vida, mas, necessariamente, todas as suas dimensões - objetiva e subjetiva, material e espiritual, consciente e inconsciente, posto que são indissociáveis (Souza, 2021, p. 22, 23).

Almeida (2019) relata que o racismo moderno surge de ideias de raças que foram construídas a partir do período de expansão econômica mercantilista burguesa, na qual anterior a este período, os seres humanos identificavam-se pelas diferenças enquanto uma questão de pertencimento comunitário, político ou religioso. Somente com o nascimento da cultura renascentista sob o chão sócio-histórico da acumulação de capitais deste momento, que se gesta o ideário eurocêntrico do que é o ser humano, baseado no homem branco enquanto ser universal em detrimento de outras culturas e fenótipos que não se relacionam com a europeia.

Oliveira (2021) exemplifica que o racismo moderno é resultado do projeto eurocentrista do século XVI, que classificava racialmente os povos, e ele está atrelado à emergência do sistema econômico vigente. Ele ressalta que este racismo que tem classificações raciais enquanto um esteio, é produto do capital. Oliveira (2021) define eurocentrismo como:

uma narrativa ideológica que simplifica o processo civilizatório das tradições helênicas até o Renascimento e é com base nisso que se estabelece um padrão normativo racional que sustenta a hegemonia da “branquitude”. Esta branquitude normativa que se posiciona como centro hegemônico de uma tipologia de classificação racial que se expressa, primeiramente, na vertente

metafísica/religiosa (brancos cristãos e demais etnias não cristãs); passando pela “racional-científica” (teorias da eugenia, darwinismo social) e depois cristalizada a partir dos sentidos civilizatórios (povos desenvolvidos e não desenvolvidos) (Oliveira, 2021, p. 68).

Segundo Haider, “a identidade branca masculina é consagrada com o status de neutra, geral e universal (...). De fato, há uma política branca, um nacionalismo branco, a branquitude é a forma prototípica da própria ideologia racial” (HAIDER, 2019, p. 47).

Ainda no contexto do conceito de branquitude, Schuman (2012) define essa noção como um construto ideológico, cuja origem remonta ao projeto moderno de colonização. Esse projeto resultou na escravização e no tráfico de indivíduos do continente africano para o Novo Mundo, além da transferência de riquezas da África. Em outras palavras, a categorização racial das pessoas em brancas ou não brancas deriva de um processo histórico, econômico e social, os quais são constantemente moldados e remodelados, assim como o próprio racismo. A partir desse processo, desenvolve-se socialmente o conceito de raça, bem como se estabelece uma hierarquia racial.

Essa elite do poder que se autoidentifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se (...) uma escala de valores, sendo que o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro (Moura, 1988, p. 62).

Para Willians (2012), o racismo nasce de questões econômicas e não o contrário. Ele explica que, por meio do escravismo, “deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão” (Willians, 2012, p. 27).

Willians (2012) relata que as razões pelas quais ocorrerem a escravização da pessoa negra; para o autor estas razões, não se referem a condições morais, mas sim econômicas. Respeitosamente discordamos, pois compreendemos que existiu uma dupla relação, anteriormente exposta: o ideário de ser humano universal e o que era civilidade estava sendo gestado e corroborava para o estabelecimento da escravização de pessoas não brancas. Concordamos com Ortegá (2018) e entendemos que o racismo não é simplesmente uma expressão ou resultado das

desigualdades sociais capitalistas. Mas entendemos, também, que é insuficiente tentar compreender a dinâmica do racismo no Brasil sem levar em conta a necessidade de situar as relações raciais na estrutura social e econômica em que estão inseridas, portanto, sem compreender a dinâmica das classes sociais. Aceitamos a ideia de que:

a opressão dos escravos estava enraizada nas relações exploratórias de classe daquele sistema. (...) O capitalismo usou o racismo para justificar o espólio, conquista e escravidão, mas, como Karl Marx aponta, também usou o racismo para dividir e dominar – para colocar um setor da classe trabalhadora contra o outro e assim amortecer a consciência de classe” (D’Amato, 1999, p. 30 *apud* Taylor, 2019, p. 181).

Concordamos com Souza (2020):

o racismo é herança da escravidão colonial, nascida dos mesmos processos que possibilitaram a existência da sociedade burguesa moderna, de cujos espólios jamais poderá se livrar sem sucumbir-se. Por isso mesmo os mantêm e os reproduz, pois deles se alimenta. A exploração e a dominação racial, bem como a dominação patriarcal são os eixos estruturantes do capitalismo (Souza, 2020, p. 39)

Necessário explorar, todavia, a escravização na atualidade e suas relações com a sociedade capitalista.

1.2. Escravização moderna e capitalismo

É fundamental ressaltar que, ao afirmar que a escravização moderna de negros (as)⁸ e indígenas⁹ constituiu um período sócio-histórico que engendrou o racismo estrutural e o sistema capitalista, não se está sugerindo que a escravidão seja o único ponto de partida e término na história desses grupos. Pelo contrário, a história dessas pessoas transcende largamente esse período, abrangendo momentos

8 abordarmos nosso texto tanto no gênero feminino quanto no masculino (exceto quando se tratar de citações diretas), por meio dos parênteses (as), especialmente quando discutimos o período de escravização que engloba o sequestro, o povoamento, o trabalho, a influência na cultura do país e a resistência dessas pessoas, fazemos isso, pois a mulher negra desempenhou um papel crucial em todos esses aspectos, e é fundamental demarcar essa presença. Não somente no processo de escravização a mulher negra tem papel fundamental de ocupação dos lugares no capitalismo. Trataremos melhor destas questões no subitem 1.5.

9 Reconhecemos a importância de abordar as questões de exploração e opressão enfrentadas pela população indígena em nosso país. Contudo, dadas as limitações inerentes a uma dissertação, optaremos por analisar os aspectos econômicos, sociais e históricos relacionados à população negra. Em respeito à necessidade de um debate aprofundado sobre os povos indígenas, utilizaremos os termos "questão racial," "relações raciais," e "racismo" em vez de "questões étnico-raciais" ou "relações étnico-raciais," ao menos que sejam termos usados pelos autores. Ainda que reconheçamos a importância do elemento étnico na história do Brasil e na questão social.

anteriores e posteriores. No entanto, é imperativo reconhecer que esse período não pode ser menosprezado, visto que ele exerceu uma influência marcante na formação do sistema capitalista, o qual moldou nossas subjetividades, a produção cultural, o modelo de geração de valor e o acesso a direitos sociais.

Por isso, concordamos com Juliano (2022) na medida que conforme demonstrado também

não partimos da escravidão como o início da história negra, nem tampouco do continente africano e seus povos, mas de como esta faz uma cisão que muda o curso da população negra no mundo – Diáspora negra. Esse processo que conhecemos hoje como colonização, inaugura no curso da história uma dita modernidade, onde o sistema de escravidão racial é tomada como a mola do desenvolvimento das populações europeias, que forneceram bases para as atrocidades coloniais (Juliano, 2022, p. 191).

Souza (2020), em seu texto, chama a atenção e destaca o que este processo aviltante de escravização significou para os povos escravizados. Para a autora não significa somente manter viva a memória destas pessoas e todo o genocídio ocorrido, mas também implica demarcar o processo violento que inaugura o que hoje é a América Latina e seu capitalismo dependente¹⁰. Ela aponta que das 15 milhões de pessoas do continente Africano, vindas por meio do sequestro, cerca de um terço morreram durante o trajeto e quem sobreviveu teve sua expectativa de vida minada pela brutalidade que foi a escravização. Souza destaca que os mecanismos genocidas cunhados para exterminar pessoas negras e indígenas foram aprimorados e institucionalizados e seguem presentes na sociedade.

Essa afirmação não visa equiparar escravidão e racismo, ou mesmo apontar que o racismo é uma consequência simples das desigualdades de classe, mas que eles têm base concretas gestadas na sociedade do capital. É importante destacar os processos sócio-históricos que contribuíram para a consolidação do racismo estrutural, processos esses que estão profundamente ligados às raízes da escravização de povos negros. Essa conexão é evidente na esfera do inconsciente social, na construção do conceito de humanidade na sociedade capitalista, na dinâmica das classes sociais e nos acordos coloniais que se originaram e persistiram no âmbito do sistema capitalista.

¹⁰ Definido, na página 54, conforme Marini (2005) e demais autores (as) que têm contribuído para o desenvolvimento desse debate.

Em acordo a Cisne e Ianael (2022), “o racismo não pode ser compreendido apenas como construção ideológica, mas como elemento primordial da nossa formação social, indispensável para consolidação do capitalismo mundial emergente” (Cisne; Ianael, 2022, p. 193)

Compreendemos que não foi ao acaso a “opção” pelo Continente Africano por parte da Europa. Segundo Moura (1994), o racismo que se constituía foi o justificador deste processo, o racismo enquanto arma ideológica foi o pilar para o êxito do sistema colonial na época e é ainda hoje utilizado enquanto ferramenta de dominação e exploração no sistema capitalista. O autor aponta ainda que para o sistema colonial, o racismo de um lado auxiliou para “exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus” (MOURA, 1994, p. 30).

Os argumentos eram que a população originária que já residia nos países, não tinha direitos sobre a terra por serem primitivas e a população do Continente Africano sofria a maldição bíblica de Caim. Essas justificativas, absolutamente equivocadas, vão ganhando características “científicas” por meio de explicações biológicas ao longo do tempo (Moura, 2020). Segundo o autor, o racismo

não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar (Moura, 2020, p. 19).

Em outro texto que conversa com o processo descrito acima, Moura (2014) relata que a Europa no século XV, com a motivação de acúmulo de riquezas, foi a responsável por um estrangulamento étnico e cultural que foi imposto por meio da violência direta ou indireta, que introduziu nas áreas colonizadas (América do Norte, América do Sul e o Caribe). Isso se deu por meio do sequestro de pessoas negras do Continente Africano, o escravismo, violência esta advinda através da morte, tortura, evangelização e catequização forçada, que tinha como objetivo a dominação dos povos escravizados. “Toda essa população nativa ou compulsoriamente trazida da África fazia parte de uma massa sem história, sem máscara, sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória” (MOURA, 2020, p. 23).

Em acordo, Souza aponta que o colonialismo sintetizou e sintetiza

a globalização da guerra comercial; a exterminação e dominação de povos inteiros, econômica, social e culturalmente: a retomada da prática de

escravização e a transformação de homens e mulheres em mercadorias; a fundação de novas formas de organização do trabalho e da produção nos territórios invadidos; a drenagem permanente da riqueza produzida aos países invadidos; a drenagem permanente da riqueza produzida aos países dominadores; a exigência de um sistema protecionista e monopolista (Souza, 2020, p. 47).

Nesta direção, Silva (2012) demonstra que espanhóis e portugueses chegaram nas Américas e Antilhas e trataram de iniciar um processo de subordinação de povos nativos por meio de suas armas, dizimando-os, destruindo suas civilizações e sua cultura. Iniciou-se um processo de roubo de riquezas como o ouro, a prata e o pau-brasil que eram enviados a Europa, auxiliando o domínio destes países no comércio internacional.

Cabe ainda destacar que o escravismo patriarcal se diferenciou do escravismo colonial. Neste último, não se tinha a exploração do trabalho somente para fins domésticos, mas como um modo de produzir ganhos, no âmbito da acumulação comercial, portanto um processo histórico com características inéditas, como afirma Gorender (2016)

o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em sequência “regular” ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas (Gorender, 2016, p. 88).

Com as navegações vão se delineando necessidades novas, que não serão satisfeitas com produtos locais, sendo preciso buscar em lugares mais longínquos. Estava se estabelecendo uma interdependência dos países. O colonizador, então, tem no trabalho escravizado, já ocorrido em outras épocas na Europa (mas de forma diferenciada), uma resposta a esta demanda de trabalho, que se fosse buscada na Europa não seria absorvida. Por isso, estes optam politicamente em escravizarem pessoas para atenderem a demanda da colônia e da metrópole por trabalho. Concordando com o exposto, Conceição relata que

(...) não bastava a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva, a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Existia também o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a finalidade lucrativa. (Conceição, 2014, p. 33).

Willans (2012) destaca que os primeiros casos de tráfico e trabalho escravizado moderno estabelecido pela Europa se desenvolveram em termos raciais com os indígenas. Porém, o fato de que sendo os indígenas pessoas que têm no trabalho uma relação de modo de existência, estes (as) não conseguiram se adaptar a este trabalho forçado. Há de se considerar, ainda, que o branco trouxe consigo muitas patologias, fazendo com que eles (as) não aguentassem o ritmo explorado de trabalho. Em acordo, Willians (2012) salienta:

Os indígenas sucumbiram rapidamente ao excesso de trabalho exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco e à incapacidade de se adequar ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas [plantations]. Como escreve Fernando Ortiz: "Submeter o indígena às minas, a seu trabalho monótono, insalubre e pesado, sem senso tribal, sem ritual religioso [...] era como lhe tirar o sentido da vida. [...] Era escravizar não só sua carne, mas também seu espírito coletivo" (Willians, 2012, p. 27).

Logo depois, a escravização da população negra se generaliza. Para Silva (2012), este processo se deu pela "dizimação e a resistência da população indígena nas minas das colônias espanholas e posteriormente, nos engenhos de cana-de-açúcar na América portuguesa" (Silva, p. 33, 2012). Destaca-se que, assim como os (as) indígenas, a população negra sempre resistiu¹¹ à escravização, desde o sequestro no Continente Africano, ao trajeto forçado nos navios insalubres com o destino ao Continente Americano. Após o trajeto, já instaurados forçadamente nas Américas, não foi diferente. Conforme observado por Moura (1959), ao longo de todo o período de escravidão, foi evidente uma contínua resistência, com destaque para o movimento da quilombagem como uma manifestação representativa dessa resistência.

Abordando as particularidades do período escravocrata no Brasil, Moura (1993) chama a atenção para aspectos que diferenciam a escravidão no país em detrimento de outros países ou regiões da América. Essas diferenças estão relacionadas com o fato de pessoas negras escravizadas ocuparem todo território do país, diferentemente de outras regiões como da América do Sul. No Peru e na Colômbia, por exemplo, a escravização negra estava restrita a algumas regiões. No Brasil, o sistema escravocrata pré-capitalista se estabeleceu em toda extensão nacional, durando quase quatrocentos anos. Para o autor, a quantidade de africanos (as) sequestrados

11 Traremos no subitem 1.6 mais precisamente a respeito das resistências negras.

(as) trazidos (as) ao Brasil até 1850, demarca que a sociedade brasileira somente conseguiu se estabilizar e se desenvolver em decorrência da injeção demográfica permanente africana.

No espaço que hoje é o Brasil, as primeiras tentativas de escravização também foram cunhadas contra os povos originários e acompanharam a mesma tendência citada. Silva (2014) relata que a influência da igreja também dificultou a escravização indígena no país. Através da Companhia De Jesus, que via nos indígenas objetos de cristianização, os missionários enxergavam estes (as) enquanto selvagens a serem convertidos (as). A autora coloca que de um lado estava a exploração da mão de obra via colônia, de outro estava a segregação via Igreja em prol de uma dita preservação cultural. Para Silva (2014), as duas posturas produziam uma relação de conflito, que se transformou em um problema social, que mais tarde exigiu uma intervenção para além da Igreja por meio da Companhia de Jesus. A intervenção do Estado por meio da legislação pombalina, que não teve o resultado esperado, não atingiu o que se propôs com a legislação, que era a integração da população indígena na sociedade. Silva (2014) relata que, somente com o denominado “Estatuto do Índio”, se resolveu em parte a questão indígena. Continuando com a autora ela explica que:

A relação Igreja, Estado e sociedade provocou diferentes interesses entre colonos e missionários. Quanto aos primeiros, o objetivo foi integrar o índio à população geral do Brasil. As missões, por seu lado, queriam segregá-los em nome da preservação de sua cultura, isolando-os para evitar até mesmo o contato com a língua portuguesa. A metrópole, por sua vez não soube lidar com tal contradição daí as lutas intermináveis travadas ao longo de dois séculos até chegar à legislação pombalina, que se constituiu numa síntese desses conflitos, e ratifica nossa premissa das raízes de uma questão social latente (PRADO, n.d *apud* SILVA, 2014, p. 47).

O conhecimento do espaço por parte dos (as) indígenas também dificultava sua escravização. As fugas eram recorrentes e, como eles (as) conheciam as terras, ficava ainda mais dificultoso aos escravocratas encontrá-los (as).

É com esta conjuntura que se tem o declínio da mão de obra escravizada indígena e começa a se disseminar a escravização de povos negros em África, como forma de suprir a defasagem por mão de obra escravizada. Em acordo, Willians aponta que a Europa entendia

(...) que um negro valia por quatro índios. (...) O estoque indígena também era limitado, ao passo que o africano era inesgotável. Portanto, os negros foram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas aos índios na América. (Willians, p.28, 2012).

Conceição (2014), aponta que o processo de formação da sociedade escravocrata brasileira se relacionava com a dinâmica do desenvolvimento econômico-industrial da Europa, tendo como frutos um desenvolvimento social brasileiro marcado por gritantes desigualdades. Para Moura o escravismo no Brasil tem particularidades muito relevantes se comparada com outros países e regiões das Américas. O autor destaca que o escravismo no país

Percorre um périplo de tempo de quase quatrocentos anos, espraia-se na superfície de um subcontinente e mantém sua estrutura em todo esse imenso território durante esse período. Por outro lado, a quantidade de africanos importados até 1850 mostra como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se em decorrência da injeção demográfica permanente que vinha de fora. Ao contrário de outras regiões da América do Sul, como o Peru e Colômbia, onde o escravo negro ficou circunscrito a áreas determinadas, regionalizando-se o sistema escravista, aqui finco pé a escravidão em toda a extensão territorial do que hoje constitui a nação brasileira, marcando a existência de um modo de produção específico, no caso particular, o escravismo moderno (Moura, 1993, p. 5-6).

Para Moura (2014) houve duas fases do escravismo no Brasil: o escravismo pleno e o escravismo tardio. Ambos se diferenciam nos aspectos demográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

A primeira fase, como se pode deduzir, é a fase denominada como escravismo pleno em que se inclui a escravização indígena. Foi o período em que se estruturou o escravismo, que durou até cerca dos anos de 1850, quando se tem a proibição do tráfico de pessoas negras (ainda que fictícia, pois muitos destes traficantes burlaram este impedimento). O sistema escravocrata estava em seu auge. As plantações, especialmente nas regiões de produção de açúcar e posteriormente de café, eram intensamente dependentes de trabalhadores escravizados (as) (Moura, 2014)

Para o autor, os antagonismos presentes na sociedade brasileira (econômicos, sociais, culturais, étnicos e raciais), bem como as convergências e divergências ideológicas e comportamentais, são produtos do que se gestou na fase de escravismo pleno. Segundo Moura, se remetiam a uma questão fundamental que era a oposição estrutural que se encontra e se encontravam as classes, que naquele momento era formada por trabalhadores (as) escravizados (as) e por quem detinha o produto deste trabalho (Moura, 2014)

Já o escravismo tardio, ocorreu após a proibição do tráfico transatlântico de escravizados, pós 1850, embora tenha sido burlada em muitos casos. A economia brasileira começou a passar por mudanças estruturais e a mão de obra escravizada

começou a ser substituída por outras formas de trabalho, como o trabalho assalariado. O escravismo tardio foi caracterizado por um declínio gradual na importância econômica da escravidão, mas também por intensificar-se a resistência dos (as) escravizados (as) (Moura, 2014).

Segundo Moura (1989), as primeiras levas de pessoas negras trazidas do Continente Africano ao Brasil ocorreu por volta dos anos de 1549, na cidade de São Vicente. D. João III autorizou que cada colono trouxesse capturado até 120 pessoas para serem trabalhadores em suas propriedades tomadas dos indígenas. Porém, muitos destes colonos protestaram contra o limite estabelecido pois demandavam um número maior. Moura aponta também que alguns historiadores contestam esta data, já que havia pessoas negras que desembarcaram forçadamente em Fernando de Noronha em 1511. Ainda que existisse discordâncias a respeito das primeiras entradas de pessoas que viriam a ser escravizadas neste território que atualmente é o Brasil, houve uma entrada permanente de africanos (as), ao passo que em 1586 a população era cerca de 57.000 habitantes. Destes, 25.000 eram de brancos, 18.000 de pessoas indígenas e 14.000 de pessoas negras. Em 1798 a população já era de 3.250.000 habitantes, sendo que dentre estes 1.582.000 eram de escravizados (as) (221.000 eram dos (as) ditos (as) pardos (as), 1.361 000 eram de pretos (as) e 406.000 de pessoas negras libertas). Já entre os anos de 1817-1818, as estimativas eram de 3.817.000 de habitantes, em que 1.930.000 eram de escravizados (as), dos quais 202.000 eram de pessoas vistas como pardas e 1.361.000 de pessoas pretas. (isso desconsiderando a população de pessoas negras libertas do regime escravista que era de cerca de 585.000).

Porém, estes números são estimativas, ao passo que, como informa Moura (1989), não se é possível conhecer exatamente o número de pessoas negras que vieram sequestradas para o país, pois existia também o contrabando, fato que levava a se ter uma visão deturpada da realidade destes números. Para Moura (1989), a presença das pessoas negras do período escravocrata se confunde com a formação da Colônia, do Império posteriormente até o Brasil de hoje em dia.

O autor (1989) explica que primeiro o branco se instalava em um comércio ou buscava ganhar as terras por meio de sesmarias, para poder iniciar suas atividades na agricultura. E a exigência para conseguir tais terras através das sesmarias era ter escravizados (as).

Uma das razões pela opção do trabalho escravizado em detrimento do trabalho remunerado nas colônias, se deu pelo fato de que o processo de acumulação primitiva necessitava de mão de obra. Como existiam muitas terras devolutas, era preciso “fixar” o trabalhador ao modo de produção, pois se assim não fosse, este trabalhador iria se evadir e se transformar em produtor autônomo, mesmo que sua produção fosse apenas para consumo (Ianni, 1978).

Outro motivo possível para que a Europa pré-capitalista instaurasse a escravidão, foi o desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar, já que o colonizador demandava por um trabalho escravizado não apenas para fins domésticos, mas como força de trabalho especializada para extração.

Moura (1959) relata que as motivações internas também influenciaram na instauração da escravidão no Brasil. Ele explica que o surgimento da escravidão no país está ligado também ao próprio desenvolvimento da sociedade colonial, sendo que Portugal é quem fazia este intermédio dos interesses das grandes potências e a colônia.

Neste texto, compreendemos que este processo de instauração do sistema escravista nos países colonizados precisa ser observado na sua totalidade. Ou seja, tanto existiu a influência interna, como Moura explica, a partir do desenvolvimento da sociedade colonial, quanto externa, isto é, a demanda Europeia por acumulação de capitais. Para Ianni (1978), foi o capital comercial que gestou o escravismo nas colônias do novo mundo. O mesmo autor coloca que foi este mesmo processo que contribuiu para que a Europa, sobretudo a Inglaterra, tivesse a base para a formação do capitalismo industrial. Sendo assim, “o processo de formação da sociedade brasileira é reflexo da dinâmica do desenvolvimento econômico-industrial da Europa e se constitui em um desenvolvimento social marcado por intensas desigualdades” (Conceição, 2014, p. 35).

Segundo Marquese (2018), “a escravidão brasileira na longa duração guardou estreita articulação com as diferentes conjunturas da economia mundial capitalista” (MARQUESE, p. 212, 2018). Moura (1992) afirma que as pessoas negras escravizadas da época, atuavam em todos os níveis da divisão do trabalho. Na divisão social racial do trabalho, cerca de noventa por cento de trabalhadores (as) escravizados (as) eram destinados (as) para as atividades da agroindústria açucareira, além dos cafezais e minas. E os demais estavam destinados (as) ao trabalho doméstico. As pessoas escravizadas que não trabalhavam no engenho, nos

canaviais e nos cafezais, trabalhavam para escravizadores (as) exercendo a função de “mucamas, cozinheiras, cocheiros, carregadores de liteiras, transportadores de tigres, limpadores de estrebarias, moleques de recado, doceiras, amas-de-leite, parteiras, carregadores de lenha” (Moura, 1989, p.19).

Concordamos com Moura (1989), quando aponta que o trabalho das pessoas negras deste período era fundamental para a geração de valor, pois ele tinha uma função específica que era alimentar um mercado externo e interno. Para o autor, a pessoa escravizada “era trabalhador fundamental de uma economia que exigia uma técnica muito complexa, pois não era apenas uma economia extrativa, mas uma agroindústria cuja a diversificação interna do trabalho era bem acentuada” (MOURA, 1989, p.19). Destaca-se que a jornada média de um(a) trabalhador (a) escravizado (a) era de quatorze a dezesseis horas, vigiadas pelo feitor que não admitia descanso ou distrações (Moura, 1989).

Segundo Moura (1988), os (as) trabalhadores (as) escravizados (as) não realizavam apenas atividades da agroindústria, do cafezal e açucareira, que exigiam habilidades braçais. O autor ressalta a diversificação da divisão do trabalho já que homens, mulheres de todas as idades, trabalhavam nas mais diferentes atividades, especialmente no setor artesanal. E em alguns ramos, a força de trabalho mais habilitada – como aquela utilizada na metalurgia –, as técnicas eram importadas do Continente Africano e aqui aplicadas e desenvolvidas. Na região mineira, as pessoas negras foram as primeiras a desenvolver e aplicar a metalúrgica. Ademais, aprenderam os ofícios artesanais que os primeiros portugueses trouxeram e que, para eles brancos, não condiziam com sua condição. Isso oferecia oportunidade de lucro a quem se apropriava desta força de trabalho escravizada e o acúmulo de poupança para o comércio.

Moura (1989) coloca que o auge do escravismo foi também o auge da exportação do Brasil de açúcar para o mercado mundial. Para existir lucro, era essencial que se tivesse um comprador externo e que este produto fosse absorvido completamente por este mercado. Por sua vez, internamente era preciso que pessoas criassem valor através de seu trabalho da forma mais compensadora possível para a colônia e para a metrópole.

Sobre o modo de produção escravocrata e a relação com a economia mundial, Moura (1992) afirma que:

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro (Moura, 1992, p. 12).

Observa-se que a população negra escravizada participou da construção do Brasil e da economia capitalista mundial por meio de seu trabalho nas diversas áreas que estiveram presentes, mesmo não sendo um trabalho nos moldes capitalistas. Explica Ianni (1978):

Na sociedade capitalista, [...] predomina o trabalho livre, a mercadoria aparece fetichizada a consciência do operário e do burguês. O fato de que o operário vende a sua força de trabalho por um salário especificado em contrato, de que pode vender a diversos compradores, sucessivamente, e de que pode variar o preço dessa venda, nas condições do mercado, cria no operário a ilusão de que o concreto é o salário, ou a mercadoria, e não o trabalho alienado, a mais valia. A mercadoria acaba por apresentar ao operário como estranha e independente de e, fetichizada. Ao passo que para o escravo a mercadoria surge imediata e explicitamente como produto do seu trabalho e da sua pessoa (Ianni, 1978, p. 39).

Segundo Moura, as pessoas negras entre as libertas e escravizadas, povoaram e trabalharam em diversos espaços no país. São exemplos:

as charqueadas do Rio Grande do Sul, nos ervaais do Paraná, nos engenhos e plantações do Nordeste, na pecuária do Paraíba, no minério em Goiás e Minas Gerais, nas atividades extrativas na região Amazônica e não apenas povoou, mas também através de seu trabalho ocupou os espaços sociais e econômicos (Moura, 1992, p. 7).

Para Moura (1992), os (as) escravizados (as), além de plantarem e colherem, estavam envolvidos (as) em técnicas e profissões necessárias para a prosperidade e o dinamismo dos engenhos. E quem se beneficiava desse trabalho, direta ou indiretamente, eram “um todo rosário de membros parasitários, indo dos funcionários fiscalizadores, padres hóspedes e parentes e até especialmente o senhor de escravos” (Moura, 1992, p.11).

Moura (1992) expõe que eram os (as) negros (as) que produziam a riqueza daquela época. Também ressalta que essa produção era adquirida através de normas de trabalho que quem ditava era a “classe senhorial e pelas estruturas de poder da época” (Moura, 1992, p.8). O mesmo autor (1992), indagando sobre as condições que a população negra produzia esta riqueza, aponta importantes diferenças em relação ao trabalho assalariado propriamente dito: enquanto o trabalho no capitalismo avançado se apropria de uma força de trabalho necessariamente assalariada (coisificada como objeto explícito da extração de mais-valia), a escravização que

buscava desumanizar a pessoa escravizada como objeto em si, que entrega sua força de trabalho sem a mediação do salário. Ambas as formas beneficiaram, certamente, a formação e a consolidação da sociedade do capital.

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado, ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semente, como o porco ou o cavalo (Moura, 1992, p. 11).

Gorender coloca também a necessidade deste trabalho escravizado ser produzido por meio de vigilância constante, na qual ele explica que:

A direção do trabalho escravo foi, em consequência, inconcebível sem feitores e capatazes, de chicote em punho. Daí uma característica inerente à economia escravista: o alto custo da vigilância. Convém esclarecer o que isto significa. Todo processo coletivo de trabalho requer certa direção centralizada. Essa direção constitui necessidade do próprio processo de trabalho e também representa um trabalho produtivo, seja exercida pelo chefe comunitário nas formas sociais primitivas ou pelo capitalista, funcionando como administrador (manager ou gerente da produção). O mesmo não se dá com a direção exclusivamente requerida pela necessidade da vigilância de trabalhadores explorados na execução de suas tarefas. Tal tipo de direção não decorre das exigências intrínsecas do processo coletivo de trabalho e não encerra, por conseguinte, caráter produtivo. Consiste apenas num gasto improdutivo, cuja necessidade só advém da natureza antagônica das relações de produção. Necessidade que adquire no regime escravista a mais aguda forma encarnada nos feitores de turmas de escravos (Gorender, 2016, p. 105).

Porém, ainda que se faça paralelos com a necessidade de vigilância do trabalho no capitalismo moderno e o modo de produção escravocrata, importa pontuar que segundo Gorender (2016) o custo da vigilância do trabalho no período escravista era quatro vezes maior se comparado ao capitalismo. Isso porque havia, por parte do (a) trabalhador (a) compulsório (a), uma oposição radical para produzir este trabalho, exigindo dos setores dominantes aparatos de vigia e de repressão mais intensificados. Por não existir neste trabalho o fetiche da mercadoria e alienação da exploração, os (as) trabalhadores (as) tinham consciência que o que produziam não era deles e que sua força de trabalho era apropriada sem qualquer espécie de pagamento. Eram, portanto, unicamente alimentados (as) para desempenharem suas funções, em uma tentativa de igualá-los (as) à condição animal e substituíveis quando considerados (as) imprestáveis.

Moura (1992) pontua que “a história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social” (Moura, 1992, p.4). Para ele, mesmo a população negra participando de todas as áreas da economia que estava se desenvolvendo, esta não pôde desfrutar da divisão dessa riqueza, assim como a classe trabalhadora em geral, sendo ela negra e não negra, não participa até os dias atuais. “Houve de um lado, uma demanda mundial pelos produtos aqui produzidos, mas, de outro, uma impossibilidade estrutural de os produtores dessa riqueza participarem e se beneficiarem dela” (Moura, 1989, p.12)

Segundo o mesmo autor (1992), quem detinha o acúmulo da riqueza socialmente produzida, podendo exportar e comercializar o produto deste trabalho, eram os escravocratas. Portanto, o que existia era a apropriação da força de trabalho, do lucro, da capacidade humana, dos corpos, mentes e, o que era ainda mais grave, a tentativa sistêmica de apropriação por parte do sistema colonial da humanidade destas pessoas. Ou seja, havia naquela época um antagonismo, que para Moura era também um antagonismo de classe. Segundo ele:

uma classe era: [...] constituída pelos senhores¹² de escravos ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole; outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil-colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros [...] (Moura, 1959, p. 20).

Em outro texto, Moura (1993) aponta que existia uma estratificação naquela sociedade: a classe de trabalhadores (as) escravizados (as) que era a classe oprimida; e dos escravizadores que seria a classe opressora /dominante, que para o autor era a contradição fundamental daquela sociedade. Salienta que a população negra escravizada do período resistia para garantir sua sobrevivência material, social, biológica e espiritual.

Gorender (2016), concordando com a colocação de Moura (1993) de que existia uma sociedade de classes no período da escravização moderna, destaca que depois que a escravidão saiu da fase embrionária, ela adquiriu contornos muito bem

12 Clóvis Moura descreve como “senhores de engenho” aquelas pessoas que detinham a posse de indivíduos escravizados(as). Na atualidade, a palavra senhores, segundo o dicionário da língua portuguesa, é um termo utilizado enquanto tratamento cerimonioso ou respeitoso. Neste texto, não temos nem cerimonia ou respeito aos nossos algozes. Portanto, utilizaremos escravizadores. O termo “senhores” para designar estas pessoas somente será utilizado quando se tratar de citações diretas.

definidos e institucionalizados na sociedade já dividida em classes sociais sob as determinações do capitalismo.

Segundo Moura (1993), é através desta contradição que a classe dominante cristaliza o racismo, na medida em que se propaga que as pessoas negras eram inferiores e, por isso, passíveis de serem escravizadas. A escravidão moderna utiliza estratégias que recuperam essa tradição, tendo em vista que pessoas indígenas e pessoas negras são vistas como diferentes dos padrões estéticos eurocêntricos dominantes. Estratégias ressignificadas da escravidão clássica que denominaram os povos escravizados daquela época de bárbaros, justificando a sua escravização.

Destaca-se que, segundo o autor (1989), a população negra que neste território foi escravizada, não apenas contribuiu com o Brasil com o produto gerado pelo seu trabalho e seu povoamento, mas também com sua cultura. Para ele, a contribuição negra é fundamental para o *ethos* da cultura brasileira até os dias de hoje, sendo que o exercício de sua cultura ganha o tônus de resistência social a este regime escravocrata que nos oprimia e nos transformava em máquinas de trabalho. Sobre este aspecto o autor destaca:

Durante a escravidão o negro transformou não apenas a sua religião, mas todos os padrões das suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece se amalgamar no seio da cultura dominante, no entanto desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um papel de resistência social que muitas vezes escapa aos seus próprios agentes, uma função de resguardo contra a cultura dos opressores (Moura, 1989, p. 34, 35).

O mesmo ocorreu com a língua. Por não possuírem uma única língua devido a virem de vários locais diferentes do Continente Africano, os primeiros povos, os povos bantos, que vieram forçados ao que seria posteriormente o Brasil, incorporaram à nossa linguagem milhares de vocabulários na estrutura da língua portuguesa. Porém, esta incorporação não foi vista com bons olhos pela classe dominante por associar a população negra ao que é ruim, tratando esse vocabulário como chulo. O mesmo aconteceu com as vestimentas que usavam a população negra: ela ficou vista como roupas típicas da cozinha, da arquitetura ou da música. Tudo que se derivava de pessoas negras era ruim, folclórico, rústico, pouco rebuscado, ao contrário do que vinha de fora, advindos da cultura ocidental (Moura, 1989).

O Brasil colonial tinha sua economia fundamentada na mono-agricultura, uma prática manual destinada às pessoas escravizadas que produziam para os escravagistas donos de terras, com o comando do monopólio comercial da

metrópole. O país se constituía em uma economia de exportação, mais especificamente de açúcar, que se apropriava do trabalho escravizado por meio dos latifúndios, da monocultura e da produção em larga escala (Moura, 1959).

Conceição (2014) destaca que Portugal tinha o intuito de apenas explorar a terra, pois aparentemente era um lugar que não possuía metais preciosos. Por isso, a exportação só poderia se derivar de produtos agrícolas. Como os portugueses tinham a experiência com a produção de açúcar, esta foi a escolhida. A região inicialmente eleita para desenvolver a agricultura foi o Nordeste, que também enfrentava a oposição holandesa até sua definitiva expulsão em 1645. Após essa ocorrência, Portugal passa a estimular as descobertas de metais. Em consequência, ocorre no século XVIII, a eclosão do surto minerador focalizado no centro-sul do país (Minas Gerais). Nesse período, surge a necessidade de mão de obra escravizada na exploração das minas, mas o trabalho nelas se esgotou rapidamente, seja pelo modo de extração utilizado ser um modelo de superexploração, seja por este tipo de exploração exigir altos investimentos. Devido ao esgotamento das minas, volta-se a concentrar esforços econômicos na agricultura.

É ancorado no processo de acumulação originária que o país se articula para criar as condições materiais necessárias para o surgimento da sociedade capitalista. O que nos permite confirmar: o capitalismo no Brasil está intrinsecamente ligado à escravidão. Segundo Ianni (1978), as estruturas de apropriação econômica e de dominação política em sociedades escravocratas como no Brasil, tinham base nas exigências da produção de mais-valia absoluta articulada a um conjunto de opressões. Todavia, é preciso reconhecer a polêmica: seria adequado adotar, para a realidade brasileira da época, a categoria marxiana mais-valia absoluta em um contexto marcado pelo trabalho escravizado? Para nós, esta categoria neste contexto, somente faz sentido, considerando que esse trabalho escravizado já se inseria em um processo de crescente mundialização do capital. Para o autor:

Nestas formações sociais, as unidades produtivas como os engenhos de açúcar no Nordeste [...] estavam organizadas de maneiras a produzir e reproduzir, ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia absoluta, a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, de repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista” sobre desigualdades raciais e outros elementos. A alienação do trabalhador (escravo), característica dessas formações sociais implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em sua atividade produtiva, no produto do seu trabalho e em suas atividades religiosas e lúdicas [...] (Ianni, 1978, p.13).

Foi por meio do fruto do trabalho da população negra que o capital comercial e, posteriormente o capital industrial jovem, tiveram as condições de se estruturarem e se reproduzirem. Estas pessoas foram exploradas duplamente: a) a partir do produto de seu trabalho que aparece sem o véu do fetiche e do salário; b) e através da tentativa de furtar sua humanidade. É de suma relevância compreender a escravização de pessoas negras a partir de seus interesses econômicos e estas pessoas enquanto seres que exerciam determinado tipo de trabalho funcional à acumulação originária do capital e ao capitalismo industrial propriamente dito (século XIX), de modo que, assim, nos colocamos do lado certo da história e retificamos a humanidade que lhes foram negadas e a exploração que lhes ocorriam. Marx (2004), na seguinte passagem, situa os (as) trabalhadores (as) negros (as) escravizados (as) como trabalhadores (as), e a importância da emancipação humana real que considera a diversidade da classe trabalhadora: “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (Marx, 2004, p.372). Ao passo, que estes (as) eram considerados (as) como propriedades de outrem, e que mesmo não sendo nas condições de trabalho remunerado, essas pessoas ainda sim, trabalharam, eram exploradas, aviltadas e expropriadas. Marx escreveu:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão; sem algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (Marx, 2017, p. 103).

Em compasso, Willians (2012) entende que o escravismo foi fundamental para a gênese do capital, ao passo que foi com esse processo de acumulação originária que a Europa, sobretudo a Inglaterra, teve condições materiais para o desenvolvimento da sua indústria. Ele aponta, que esta acumulação foi possibilitada e derivada do trabalho da pessoa escravizada e pelo tráfico triangular de pessoas. Em suas palavras, o autor (2012) afirma que:

Assim, o comércio marítimo triangular deu um triplo estímulo à indústria britânica. Os negros eram comprados com artigos britânicos; transportados para as fazendas, eles produziam açúcar, algodão, anil, melaço e outros produtos tropicais, cujo processamento criava novas indústrias na Inglaterra; e, enquanto isso, a manutenção dos negros e seus donos nas fazendas fornecia mais um mercado à indústria britânica, à agricultura da Nova Inglaterra e aos pescadores da Terra Nova. Em 1750, praticamente não existia nenhuma cidade mercantil ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma maneira ao comércio colonial triangular ou direto. Os lucros

obtidos forneceram um dos principais fluxos da acumulação do capital que na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial (Willians, 2012, p. 74).

Oliveira, (2021), citando o historiador Gorender, diz que o modo de produção do escravismo colonial no Brasil guarda relação com a lógica de produção do valor, tanto ao se pensar no tráfico de pessoas escravizadas, quanto ao se pensar nas mercadorias que eram produzidas por estas, estando inseridas no circuito do mercado mundial. Oliveira (2021) ainda destaca que a emancipação das colônias não culminou em uma ruptura com a ordem do sistema mundial. O que ocorreu foi apenas um reposicionamento. O autor (2021) explica que o capitalismo que se consolidava, manteve as hierarquias globais, pois a principal função do racismo é estabelecer níveis diferentes de ocupações no sistema de produção, sejam eles no modo de produção escravagista colonial ou no modo de produção remunerado, ao passo que isso significa acessos diferentes à riqueza socialmente produzida.

Silva (2012), concordando com Oliveira (2021), afirma que o capital estabeleceu no escravismo a expropriação do sobre trabalho, com o intuito de acelerar o processo de acumulação de capitais. Para o autor (2012), a escravidão moderna teve um caráter industrial e auxiliou a consolidar o comando do capital comercial, reunindo as condições necessárias para a transição do modo de produção capitalista para sua forma concorrencial-industrial.

Ainda com Silva (2012), o sistema colonial foi o embrião do sistema capitalista. O escravismo foi estratégico para o incremento do capitalismo. O mesmo (2012) resgata a importância do período absolutista na Europa para a consolidação da revolução burguesa, e como o escravismo teve um papel estratégico para esta conjuntura. Segundo o autor:

o escravismo colonial, sobretudo o dos negros, determinou a acumulação primitiva de capitais, na medida em que enviou grandes quantidades de ouro, prata e matérias primas para os países absolutistas da Europa, sendo convertidas em capital no conflituoso comércio internacional. O escravismo colonial também alimentou o tráfico de africanos escravizados, contribuindo também no envio de grandes somas de capital para os cofres do Absolutismo europeu, sobretudo o da Inglaterra (Silva, 2012, p. 28).

Neste sentido, pode-se entender que o capital comercial gestou e desenvolveu as formações sociais baseadas no trabalho escravo nas colônias, sendo que este trabalho era subordinado aos movimentos do capitalismo comercial da Europa. Por isso, não importava como este processo se dava.

O capital comandava o processo de acumulação sem preocupar-se com o mando do processo de produção. O comerciante europeu se enriquece comprando barato com as vantagens de exclusividade que a metrópole mantém sobre os negócios da colônia e vendendo mais caro. O dinheiro se valoriza no processo de circulação da mercadoria (Ianni, 1978, p. 8).

Concordando, Eurico (2011) coloca que a escravização de pessoas negras em África foi exigência da expansão capitalista, que necessitava de força de trabalho e matérias primas. Mas, para que a sociedade escravocrata se sustentasse, era preciso muito mais do que apenas apoiar-se na acumulação externa. Para sua manutenção era necessário todo um aparato ideológico hegemônico, era preciso uma formação social sólida e articulada internamente.

Segundo Ianni (1978), era necessário articular organizações políticas econômicas, aparelhos de repressão e controle. Direcionar a sociedade para a naturalização, independente das metrópoles, ou seja, as sociedades escravagistas eram articuladas para controlar hegemonicamente a sociedade da época, podendo assim resistir por algum tempo às contradições internas e externas.

Estes processos de repressão supracitados, serviam para controlar os corpos negros, pois conforme apontamos, estas pessoas não vivenciaram o vilipêndio de forma atônita. Assim como enfatiza Eurico (2011), enquanto processo contraditório, a população negra resistiu e lutou por sua liberdade em toda sua história, história esta que não se inicia com a escravização e não acaba nela.

Da mesma forma que, através da acumulação originária alicerçada no trabalho escravizado, o capitalismo se engendra e se consolida, contraditoriamente será a sua necessidade de reprodução ampliada, como sistema econômico que tem em seu fundamento a compra e venda de força de trabalho para retenção de mais-valia¹³, que contribuirá para corrosão do sistema escravocrata.

Sobre o processo de decomposição do sistema escravagista, Eurico (2011) aponta que no século XIX a decadência do modo de produção escravista era perceptível e que se deu a partir da proibição da Inglaterra no tráfico marítimo de pessoas negras e pelos estabelecimentos de Leis.

Moura (1992), por sua vez, relata que o estabelecimento destas leis tinha o intuito de proteger os investimentos já realizados de capital no (a) trabalhador (a)

13 Discorreremos sobre essa categoria em Marx no subitem 1.6. "Acumulação Originária, Lei geral da acumulação e Questão Social: O que elas podem nos trazer de contribuições para entendermos a Questão racial".

escravizado (a) (vejam, proteção da propriedade privada e não da pessoa). Para tal, foram promulgadas leis como a Lei do Sexagenário (que determinava a libertação de pessoas escravizadas com mais de 60 anos) e a Lei do Ventre livre (que estabelecia a alforria de crianças nascidas de mães escravizadas). Segundo Moura:

A Lei dos sexagenários, por exemplo, serviu para descartar a população escrava não produtiva, que apenas existia como sucata e dava despesas aos seus senhores. A Lei do Ventre-Livre condicionava praticamente o ingênuo a viver até os vinte anos numa escravidão disfarçada trabalhando para o senhor (Moura, 1992, p. 57).

É importante destacar o movimento dialético de todo este processo, desde a instauração e “abolição”, bem como, o que está relacionado com as motivações para ambos, que envolvem tanto as condições externas quanto internas, que influíram para a existência da escravatura no país e para sua “extinção”. Nesse sentido, é importante salientar que este movimento de transição de sistema econômico e de abolição da escravatura, precisa ser observado como forma de totalidade, na qual os elementos sócio-históricos externos e internos estão imbricados e se correlacionam.

A respeito das motivações de abolição e supressão do modo de produção escravista, Pires e Costa (2000) apontam os seguintes fatos:

- imposição da metrópole com respeito a suas dependências coloniais;
- imposição de nação estrangeira em decorrência de atritos econômicos e/ou armados;
- decisão política adotada de maneira unânime pelas próprias elites escravistas dominantes ou decorrente de uma cisão no corpo das mesmas de sorte a levar a um confronto entre as facções discordantes do qual, no caso, sairia vencedora a ala favorável à abolição;
- sublevação dos cativos;
- uma forte expansão da demanda internacional por tal ou qual bem produzido por dada economia escravista poderia levá-la a encontrar tamanhas restrições quanto ao aliciamento de mão-de-obra cativa que a busca de uma alternativa não-escravista se impusesse;
- correlativamente, a retração violenta dos mercados mundiais para os bens oferecidos por dada economia escravista poderia levá-la, no médio prazo, ao colapso, pois faltar-lhe-iam os recursos para sustentar-se enquanto tal;
- a supressão do tráfico também conduziria, na falta de uma oferta interna renovável de cativos, inexoravelmente, ao desaparecimento, em prazo mais ou menos dilatado, do capital escravista-mercantil (Pires e Costa, 2000, p. 101-102).

Segundo Menezes (2010), a abolição do sistema escravocrata se deu por 3 fatores: pela resistência e lutas travadas pela população negra, pela pressão da Inglaterra motivada pela busca de novos consumidores e pela própria lógica do sistema capitalista.

Moura (1992) descreve vários elementos internos que motivaram o Brasil a considerar uma reorganização do sistema de trabalho. O primeiro desses elementos

decorreu da decadência econômica no norte e nordeste, regiões que enfrentavam poucas perspectivas de recuperação. Isso resultava em uma carga excessiva da população escravizada sobre essas áreas, sem que houvesse uma produção correspondente. Paralelamente, a população negra livre estava envolvida em uma economia camponesa pouco lucrativa, o que, de acordo com o autor, caracterizava uma situação de penúria nessas regiões. O segundo elemento interno derivou do ingresso dos fazendeiros de café do Sudeste e de Minas no mercado global. No entanto, a desvantagem dessa mercadoria era sua produção baseada na exploração da força de trabalho escrava. A utilização de trabalho assalariado, argumenta o autor, oferecia uma forma mais eficiente de gerar excedentes, tornando-se uma alternativa mais favorável. O terceiro aspecto se relaciona com a resistência através dos quilombos, um movimento de desafio que expunha as marcas da sociedade colonialista e desempenhava um papel crucial no avanço do fim do sistema escravista.

Conforme observado por Moura (1992), esse contexto evidenciou o desenlace iminente de uma crise escravista. A Europa, com seu capitalismo mais avançado, estava direcionando investimentos para setores estratégicos como transportes, iluminação, portos e bancos, gerando uma contradição entre o trabalho livre e o compulsório que progressivamente se intensificaria. Essa contradição culminou na Guerra do Paraguai, na qual cerca de 90.000 negros foram envolvidos, muitos deles perecendo. Aqueles que fugiam da servidão e se alistavam voluntariamente na esperança de serem libertados após a guerra encontraram, ao contrário, a reescravização. O resultado dessas perdas e das fugas de negros devido à guerra abriu espaço para o trabalho livre, personificado pela imigração.

Segundo Ianni (1978), a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi motivada pela evidente alienação inerente ao trabalho escravo, contrastando com a forma fetichizada que caracteriza o trabalho remunerado. A coexistência de trabalhadores (as) escravizados (as) e "livres", que desempenhavam as mesmas funções, levava os últimos a terem consciência de sua alienação, uma vez que a exploração era flagrante no sistema escravocrata. Enquanto os (as) trabalhadores (as) assalariados (as), ao realizarem atividades semelhantes, percebiam-se como explorados (as). Ademais, os métodos de coerção e repressão empregados pelos proprietários de escravizados para impor o trabalho compulsório eram mais transparentes do que aqueles presentes no trabalho assalariado. O fator lucrativo também exerceu influência, uma vez que os proprietários de engenhos

passaram a compreender a lógica do capital, percebendo que os lucros eram mais vantajosos por meio do trabalho assalariado. Isso ocorre porque a produção de mais-valia se dava através do “trabalho livre”, assalariado, permitindo que aqueles que detinham os meios de produção obtivessem condições mais favoráveis para aumentar seus ganhos diminuindo seus custos de produção.

A abolição da escravatura também surgiu como uma resposta a uma demanda capitalista, com o propósito de resolver a questão do branco capitalista e não em prol das pessoas negras. Menezes (2010), expõe essa questão na seguinte passagem:

Os escravizados se constituíam em meio de produção. Eram também um investimento caro e arriscado, pois eram passíveis de fugas e morte precoce (por exaustão, doenças, maus tratos, homicídio ou suicídio) – não dando chance aos escravagistas de recuperarem os valores investidos na sua aquisição. Por sua condição, os escravizados não tinham salários e, portanto, não consumiam. Empregar trabalhadores assalariados era mais barato (pois não teria gastos com alimentação), a mão de obra excedente poderia ser dispensada da colheita, além da possibilidade de se economizar nos gastos com vigilância (Menezes, 2010, p. 19).

1.3. Pós-abolição, relações raciais e de classe

Gonzalez (2020) aponta que o racismo serviu como pilar ideológico no pós-abolição da escravatura no Brasil, bem como este “passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (Gonzalez, 2020, p. 28).

Conforme Guimarães (1995), o Brasil, após a abolição do processo de escravização da população negra, não experimentou, pelo menos de forma explícita, um sistema de segregação racial como o que ocorreu nos Estados Unidos ou na África do Sul. No entanto, isso não impediu que o país desenvolvesse mecanismos de separação e diferenciação racial. Esses mecanismos têm raízes profundas em nossa história, inclusive na literatura, como exemplificado por Gilberto Freyre no início dos anos 1930, Donald Pierson nos anos 1940 e as pesquisas de antropólogos e sociólogos na década de 1970. Todos esses estudiosos, de maneira geral, contribuíram para reforçar a ideia, tanto para o mundo quanto para a população brasileira, de que o Brasil era caracterizado por uma harmonia racial, sustentando assim o mito da democracia racial.

Entendemos, assim como Gonzalez (2020), que no Brasil Gilberto Freyre foi o principal expoente da literatura racista que apontava o país enquanto uma democracia

racial. Nas palavras da autora “Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistia em nosso país (...)” (Gonzalez, 2020, p. 43)

A ideologia da democracia racial passou a ser uma narrativa predominante, sugerindo uma suposta harmonia racial no país. No entanto, essa ideologia, apesar de seu apelo aparentemente inclusivo, mascarou as profundas desigualdades raciais e a discriminação persistente que continuavam a afetar a população negra no Brasil. O modelo de racismo brasileiro é peculiar, caracterizado por uma sofisticada etiqueta de distanciamento social e uma grande discrepância em termos de status e oportunidades econômicas entre diferentes grupos raciais. Isso coexiste com uma igualdade jurídica formal e uma aparente ausência de diferenciação formal. No Brasil, existe um sistema complexo e ambíguo de diferenciação racial, que se baseia principalmente em diferenças fenotípicas (Menezes, 2010).

Em consonância Menezes (2010), com a Lei Áurea as pessoas escravizadas adquiriram uma igualdade apenas formal. Ao passo que se manteve no pós-abolição uma segregação racial não declarada, pois a população negra foi impedida de acessar os trabalhos formais e os meios de produção, a terra por exemplo. Desde 1822, a terra estava disponível para quem a ocupasse primeiro, mas em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, a população negra foi impedida de se tornar proprietária de terras, ao contrário do que ocorria com os colonizadores. A partir dessa Lei, somente aqueles que pudessem comprá-la teriam acesso à terra. Esse fato contribuiu substancialmente para o afastamento das pessoas negras dos centros urbanos após a abolição.

Menezes (2010) aponta outra contradição desse processo, pois as pessoas negras, por meio de seu trabalho, desempenharam um papel fundamental no sustento e enriquecimento da economia durante a transição para o capitalismo no Brasil. No entanto, após a abolição da escravidão, elas foram deixadas de lado na reorganização da produção, à medida que o Estado implementou uma política pública que privilegiava a contratação de trabalhadores europeus. O Brasil, com o objetivo de substituir a mão de obra anteriormente realizada pela população escravizada, começou a financiar a vinda de imigrantes europeus para o país, especialmente italianos, já nos anos de 1885 e 1888. É relevante destacar que grande parte dos recursos que originalmente seriam destinados a um fundo de emancipação dos escravizados foi redirecionada para subsidiar essa iniciativa. O Estado desempenhou um papel ativo ao utilizar subsídios, propagandas e incentivos para atrair

trabalhadores europeus para o Brasil, reforçando assim a ideologia do branqueamento que estava ganhando força no país.

Compreendemos que o racismo moderno tem suas raízes em uma base objetiva que se desenvolve no Brasil desde os tempos da escravização da população negra. Essas raízes se fortalecem com a disseminação das teorias de hierarquia racial e, posteriormente, nos anos 1930, com a emergência do mito da democracia racial. Além disso, o avanço do capitalismo desempenhou um papel crucial, negando a essa parcela significativa de trabalhadores/as o acesso às relações de trabalho formais, à terra, aos direitos e à cidadania.

Em acordo, Gonzalez (2020) descreve que o mito da democracia racial

(...) encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores (Gonzalez, 2020, p. 31)

Segundo Fernandes (2008), o regime escravista se desintegrou sem prover qualquer garantia ou apoio à massa de trabalhadores negros escravizados que estavam sendo libertados para ingressar no mercado de trabalho assalariado. A burguesia branca, que havia se consolidado por meio da exploração do trabalho e da desumanização das pessoas negras escravizadas até então, não foi compelida a assumir a responsabilidade pela sustentação daqueles a quem explorou. Nem o Estado, nem a Igreja, nem qualquer outra instituição se encarregaram de preparar a população negra para a nova organização do trabalho e da vida que estava emergindo.

Sem meios de subsistência e de conhecimento perante a vida e ao sistema societário que se formara, os(as) negros (as) se viram sem recursos para se adaptar de forma concreta à nova reestruturação de exploração do trabalho. Segundo Fernandes (2008), a sociedade brasileira não se preocupou com o destino da pessoa negra após abolição, recaindo sobre ela toda a responsabilidade de se reeducar, se transformar para dar conta de novos parâmetros societários.

Em acordo, Silva (2019) traz um panorama deste processo:

Com a generalização do trabalho proletário e o fim do tráfico e da escravidão, a vida dos trabalhadores negros não sofreu praticamente nenhuma mudança de direção, uma vez que o racismo continuou atuando no cotidiano desses trabalhadores, agora com o objetivo de rebaixar o valor da força de trabalho desses indivíduos, mantendo-os na mesma posição social para que estivessem aptos apenas a determinados postos de trabalhos, notadamente aqueles dispensados por trabalhadores mais qualificados, ao passo que até mesmo os direitos sociais mais fundamentais (que a essa altura já estavam generalizados entre os demais trabalhadores) lhes eram negados (Silva, 2019, p. 26)

Conforme a análise de Moura (1992), ao considerar uma reconfiguração do modelo de trabalho influenciado pelo pensamento dominante, surgia a concepção de um tipo diferente de trabalhador: o trabalhador branco. O autor identifica o entrelaçamento entre os preconceitos raciais enraizados nas elites brasileiras e os interesses comerciais dos setores da burguesia local que se uniram e investiram na estratégia imigrantista (Moura, 1992, p. 59).

O projeto capitalista de nação que foi elaborado pela hegemonia dominante brasileira, tinha como um ponto central a exclusão de uma grande parte da população do país, as pessoas negras. Ao passo que era importante ao projeto republicano liberal uma formação do mercado de trabalho tendo como expressão o trabalhador europeu imigrante. O racismo que legitimou e justificou o sistema brutal escravagista reconfigurou-se e serviu para justificar e legitimar o autoritarismo da burguesia nacional, da sociedade do trabalho assalariado, abstrato e alienado (Oliveira, 2000).

No mesmo sentido, Ortegá (2018) descreve que o

processo de transição do regime escravista para o capitalista, a mão de obra escravizada passa a ser substituída pela mão de obra livre e assalariada. Isso, porém, não significa dizer que o trabalhador que antes era escravizado foi absorvido como assalariado. Num sentido contrário, estudos como o de Sales dos Santos (1997) demonstram a intensificação da importação de mão de obra de países europeus, com vistas a substituir os trabalhadores negros, movidos pela ideologia racista do sucessivo branqueamento da população brasileira (Ortegá, 2018, p. 418).

É nesse contexto que a população negra passa a ocupar um papel predefinido na estrutura emergente de classes no Brasil. Esse papel diverge da posição de um trabalhador assalariado explorado. Pelo contrário, à medida que o capitalismo avança e a era industrial se instaura, há um impulso adicional para determinar o lugar ocupado na divisão social e racial da população negra nos espaços produtivos. Com o avanço do capitalismo e advento das indústrias, o capital terá ainda mais subsídios para afastar a população negra dos espaços de produção, podendo inclusive se utilizar da discriminação racial para destinar os espaços que essa população ocupava. Nesses

lugares se expandem os trabalhos sem aparatos jurídicos, os ditos bicos. Quijano (2005) denomina este processo como divisão racial do trabalho. Afirma:

(...) as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associadas e reforçando-se mutuamente (...). Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho (Quijano, 2005, p. 108).

Para o autor (1959), a massa de trabalhadores escravizados trazidos compulsoriamente ao Brasil, movimentou a economia neste período. É neste íterim que o trabalho manual passa a ser considerado prática para as pessoas escravizadas, o que demonstra o lugar que cada um ocupava naquela sociedade, em que as estruturas que estavam se consolidando, demarcariam o que é mundo do trabalho para população negra atualmente, no qual aos (às) racializados (as) como negros (as) se destina as práticas manuais, o trabalho pesado e os trabalhos informais. Por outro lado, aos (às) racializados (as) como brancos (as), se destina a chefia, os cargos com direitos sociais. Não descartamos que existem pessoas racializadas como brancas em trabalhos precarizados, mas que massivamente a estrutura capitalista delimitou este lugar aos pretos e pretas. Estamos em consonância com Taylor (2019) no seguinte trecho:

As disparidades são resultados dos trabalhadores brancos se beneficiarem diretamente da opressão dos trabalhadores negros? Isto é, os trabalhadores brancos recebem mais em média porque trabalhadores negros recebem menos? Aceitar essa explicação significa ignorar o maior beneficiário da disparidade dos salários – os empregadores e patrões. O uso do racismo pelos empregadores para justificar pagar menos para trabalhadores negros rebaixa os salários de todos os trabalhadores – os empregadores desfrutam da diferença (Taylor, 2019, p. 189).

Para Moura (1988), o aparelho ideológico da dominação presente na sociedade escravocrata gerou um pensamento social coletivo que perdura até os dias atuais. Na medida em que a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre, permaneceu quase que inalterada, os mecanismos de dominação, inclusive os de cunho ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados. Segundo o autor (1993) o trabalho produzido por pessoas escravizadas auxiliou para estruturar a sociedade brasileira. Foi neste período que se “estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classes após a abolição” (Moura, 1993, p.8).

É com o auxílio da mão-de-obra escravizada advinda do Continente Africano, que o Brasil tem suas bases para a consolidação enquanto capitalismo periférico (Marini, 2013).

Marini (2005) define capitalismo dependente como:

as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, p. 4, 2005)¹⁴.

Pode-se compreender que o racismo é um dos pilares para a consolidação do Brasil enquanto capitalismo dependente, ao passo que, segundo Almeida (2019), por intermédio do racismo é possível, através do processo de subjetivação racista, se normalizar a superexploração do trabalho, ao passo que a superexploração massivamente atravessa a vida de trabalhadores negros e negras.

Em compasso Silva (2019) afirma:

A dependência, a escravização da força de trabalho, o intercâmbio e a integração desigual ao mercado mundial são manifestações do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Nesse contexto, os países de capitalismo avançado desenvolveram suas indústrias às custas da expropriação de metais preciosos, alimentos e matérias primas oriundas das nações latino-americanas (Silva, 2019, p. 19).

Almeida, (2019), ancorado no conceito de Marini (2013), define superexploração do trabalho como o:

pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista (Almeida, p. 105, 2019).

14 Importante ressaltar que o debate sobre o sentido do capitalismo dependente na América Latina não se restringiu ao grupo da teoria marxista da dependência. Desenvolveu-se amplamente dentro dos marxismos e relativamente fora dele, sofrendo atualizações importantes. Entre elas, por exemplo, no campo marxista, encontram-se as contribuições particulares de Florestan Fernandes (2009) e Francisco de Oliveira (2003), que abordam a questão da dependência como modernização conservadora e desenvolvimento desigual e combinado. Importante contribuição e atualização é oferecida por Claudio Katz (2020).

Segundo Souza (2020), “o racismo é, no capitalismo dependente, uma determinação fundamental na racionalização dos desníveis sociais criados pela apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e externas” (Souza, 2020, p. 60). Segundo a autora, ele antecede ao modo de produzir valor do capitalismo e remota ao período escravocrata, sendo o racismo produzido a partir da dominação imperialista. Para ela,

o racismo expressa, portanto, no capitalismo dependente, a racionalização do abismo social criado entre nações desenvolvidas para a normalização da superexploração da força de trabalho e para a organização da dominação da classe trabalhadora. A hierarquização entre os expropriados baseada na raça, cor da pele ou etnia é fundamental à realização, tanto do rebaixamento do valor da força de trabalho, quanto da cisão entre os/as trabalhadores/as, sua alienação diante da essência dos processos constitutivos da sua miséria, e portanto, da sua capacidade de se organizar, coletivamente, para confrontá-los (Souza, 2020, p. 60-61)

Para Moura (2020), o racismo enquanto aparato ideológico de subordinação é multifacetado; por assim ser, ele também tem um aspecto político, sendo que ele se expressa a partir da dominação de países de capitalismo centrais contra os países de capitalismo dependente a exemplo do Brasil, que fizeram parte do modo de produção colonial, e que para o mesmo, este processo de dominação destes países se faz presente até os dias de hoje. Não por acaso, os países de capitalismo dependente são, em sua maioria, constituídos por populações não-brancas.

Segundo Gonzalez (2020), no contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que no país se caracteriza por ser desigual-combinado e dependente, existe uma superpopulação (exército industrial de reserva), que é considerada indispensável para os interesses do capital. Essa superpopulação é predominantemente composta por pessoas que se encontram em situações de desemprego ou subemprego, e, de acordo com a autora (2020), esses espaços são ocupados não por acaso, por pessoas negras.

Em acordo, Oliveira (2000) coloca que este processo culminou em um:

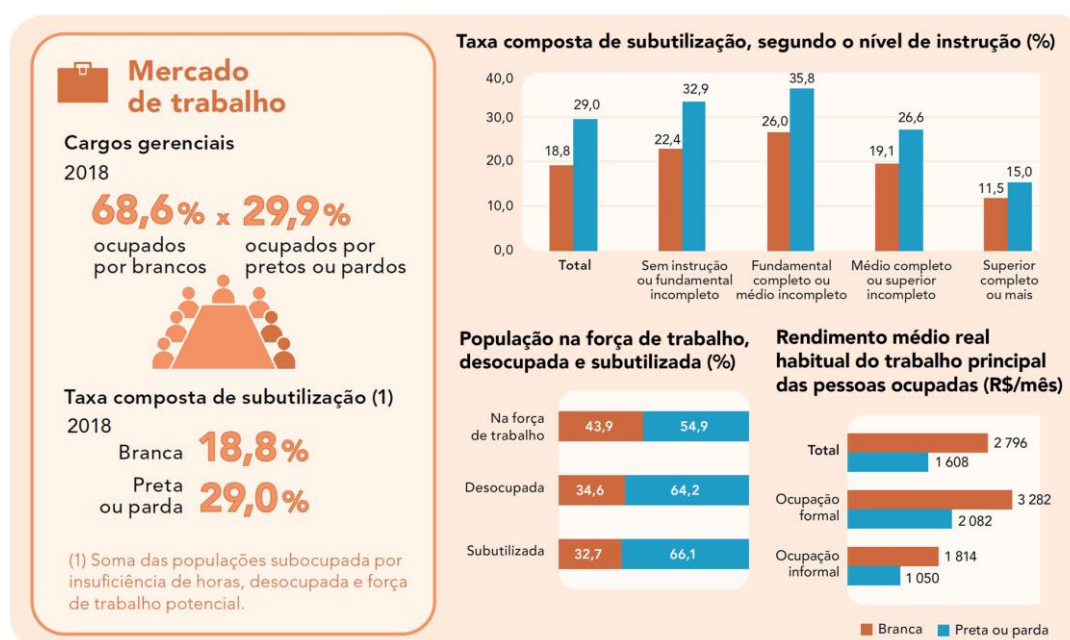
(...) resultado da passagem de um sistema econômico sustentado pelo escravismo para um capitalista, porém, dependente e voltado para o atendimento das demandas externas. Neste sentido, este capitalismo dependente reforçou uma posição já ocupada pelo país quando colônia e sustentado pelo sistema escravista (Oliveira, 2000, p. 9)

Gonzalez (2020), explica que tanto indivíduos racializados como brancos quanto aqueles não brancos, sofrem as consequências da exploração capitalista. No

entanto, devido à opressão racial que recai de sobre a população negra, os trabalhadores brancos se beneficiam diretamente da exploração ou até mesmo da superexploração que afeta o primeiro grupo. Por sua vez, aqueles racializados como brancos desfrutam dos dividendos do racismo, pois possuem uma vantagem competitiva no que diz respeito ao acesso às posições que, na estrutura de classes, implicam em recompensas materiais e simbólicas.

A respeito deste aspecto podemos observar um pouco, a partir dos dados apresentados no Gráfico 1, elaborado pelo IBGE, que esta realidade não é apenas abstrata e que esta desigualdade de classe e racial se mostram na concreticidade.

Gráfico 1: Mercado de trabalho e a população negra



Fonte: IBGE (2018)

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018), a população negra é a que mais sente as refrações das disparidades oriundas deste sistema econômico. Ainda que a estas mesmas pessoas representem mais de 55,8% da população brasileira, somente 29,9% destas ocupam cargos de chefia, o que nos faz questionar a falácia liberal do tão falado “Pretos no topo”, conforme aponta Parks (2021). Para ter um topo é preciso que se tenha um chão, uma base de sustentação, base esta que é fundamentalmente composta pela população negra. Concordamos com a autora (Parks, 2021), que estes lugares com um pouco mais de acesso de direitos e melhores salários, não amenizam um sistema econômico predatório que

sobrevive da carnificina de pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIAPN +¹⁵, e o conjunto da classe trabalhadora. Assim como a autora, entendemos que a população negra ocupar estes ditos topos é “perfumar o excremento que transborda do esgoto capitalista” (Parks, 2021, p. 14), portanto, sem efetividade na prática, pois como apontado no infográfico, a população negra ainda desponta a taxa de desocupação somando 64,2% enquanto população branca soma 34,6%, nesta mesma categoria. E ainda a população negra significa 54,9% da força de trabalho brasileira enquanto a população branca representa 43,9%.

Segundo o mesmo instituto, a discrepância também se manifesta no que diz respeito à renda mensal quando comparado pessoas negras e brancas. Os dados indicam que a média de renda mensal da população negra brasileira ocupada é, no geral, de R\$1.608.00, enquanto a população branca possui uma média de \$2.796.00.

Outro engodo capitalista que é derrubado pelos dados apresentados, é o de que com a educação das pessoas negras terá iguais condições no mercado de trabalho. A ilusão de “vencer” no sistema capitalista pelo estudo é desmistificada, já que a desigualdade persiste independentemente do nível de instrução, considerando, também, que a taxa de substituição é de 15% para pessoas negras com superior completo enquanto é de 11% para pessoas brancas.

1.4. Relações de sexo e as relações raciais.

Preferimos não incluir, ao longo dos capítulos, explicações que abordassem a questão da mulher negra, que assim como os homens negros também vivenciaram a escravidão e vivenciam os rebatimentos do racismo. A mulher negra possui particularidades que merecem serem observadas. Por isso, decidimos apresentar essas considerações em uma nota separada, pois reconhecemos que as experiências das mulheres negras possuem características distintas que merecem ser apontadas. Compreendemos também a importância de abordar esses pontos (ainda que de forma

15 A questão da LGBTQIAPN+fobia é de extrema importância e não deve ser ignorada. É fundamental compreendermos a amplitude do preconceito, da discriminação, das mortes nas ruas e da negação constante de direitos que a comunidade a LGBTQIAPN+ enfrenta diariamente. É crucial ressaltar que o preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero é vivenciado por pessoas de diferentes classes sociais e raças. No entanto, em uma sociedade em que as diferenças são exploradas pelo capital como formas adicionais de exploração e opressão, essa população muitas vezes é vista como descartável ao capital. Embora esta pesquisa não se aprofunde diretamente nesse tópico, uma vez que não é diretamente nosso objeto de estudo, demarcamos aqui, nossa preocupação com essa temática.

incipiente), mesmo que as relações de sexo não sejam o foco principal do nosso trabalho. Deixar de fazê-lo seria a omissão de um aspecto fundamental no entendimento do racismo estrutural. Concordamos com Cisne e Ianael (2022) que apontam:

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe (Cisne; Ianael, 2022, p. 192)

Concordamos com as autoras (2022) e entendemos a necessidade de considerar nas análises o papel que desempenham o racismo e patriarcado no capitalismo, uma vez que estes têm historicamente contribuído para a opressão, exploração e dominação, especialmente as pessoas que são simultaneamente afetadas pela discriminação racial e de sexo. Nesse sentido, ao abordar a estruturação da sociedade de classes no Brasil, torna-se essencial não apenas compreender a consolidação da sociedade escravista, mas também reconhecer a importância do patriarcado. É fundamental analisar as particularidades das vidas das mulheres, com destaque para as mulheres negras e indígenas que vivenciaram a escravização.

Para Conceição (2014), a dominação na era moderna está intrinsecamente ligada aos emaranhados entre racismo, luta de classes e patriarcado. Nesse contexto, a mulher negra enfrenta essa convergência de opressão e exploração, como uma dinâmica dialética que não deve ser hierarquizada, mas que, quando somadas, resultam em desafios concretos. Carneiro (2003) apresenta que a convergência do sexismo e do racismo tem um impacto na formação de uma hierarquia racial, sendo que é preciso explicar a vida das mulheres negras a partir das relações de produção e reprodução social. Frequentemente mulheres negras assumem uma posição subordinada, desvalorizada e considerada menor em relação ao homem e a mulher branca, seja no espaço da produção propriamente dita ou da reprodução social da força de trabalho (trabalhos domésticos, escolas, hospitais, entre outros espaços destinados ao cuidado e à educação da força de trabalho).

Davis (2016) aponta que o mito da fragilidade feminina nunca foi estendido à mulheres negras. Elas sempre trabalhavam com a mesma carga que homens negros escravizados no cotidiano do processo de escravização. A autora aponta, ainda, que

mulheres negras daquele período trabalhavam como homens e muitas vezes eram castigadas como mulheres, sendo estupradas e ou mutiladas. Segundo a autora:

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravidão. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspeto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravidão começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. O sistema da escravidão define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos (Davis, 2016, p. 10).

A respeito das punições sexuais Davis (2016) destaca que:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (Davis, 2016, p. 26).

Sobre este aspecto, do sofrimento enquanto mulheres, Cisne e Ianael (2022) colocam que as mulheres negras escravizadas não tinham apenas seus corpos apropriados pelo sistema escravocrata, mas também o produto que produziam, como no caso das assim chamadas “amas de leite”. Também eram estas que garantiam a reprodução gratuita da força de trabalho, na medida em que geravam as pessoas que seriam transformadas em mercadorias e gerariam as riquezas e o acúmulo da metrópole e da colônia.

Elas ainda destacam as diferenças gritantes entre a mulher branca e negra, e o porquê devemos considerar este aspecto.

enquanto as mulheres brancas são propriedades dos pais, e posteriormente dos maridos, experimentando processos de submissão, sem direito à participação da vida em sociedade, as mulheres escravizadas, além de subordinadas ao domínio masculino, têm seus corpos apropriados para o trabalho forçado e exploração e violência sexual (Cisne; Ianael, 2022, p. 194)

Estamos em acordo com as autoras quando apontam que não se pode falar em uma mulher enquanto um ser universal¹⁶, “para apreender as condições materiais

16 Vale destacar, que utilizamos o termo relações de sexo em vez de relações de gênero por se tratar melhor do que entendemos o que significa ser mulher, ao passo que esta mulher universal não existe. Existe uma gama de possibilidades do que é ser mulher. Neste sentido, mulheres trans, ser mulher negra trans, tem mediações ainda mais profundas que precisamos compreender. Neste trabalho, porém, não tocamos nestes aspectos pelas limitações que há em uma dissertação de mestrado.

particulares de cada uma, levando em consideração, especialmente, que as dimensões de sexo, raça e classe de maneira articulada diferenciam ou mesmo tornam desiguais suas vivências” (Cisne; Ianael, 2022, p. 194).

Gonzalez (2020) descreve como era a rotina da mulher negra após abolição da escravidão. Explica que quando a igualdade jurídica foi decretada (considerando que igualdade jurídica é diferente de igualdade material), as mulheres negras assumiram um papel central como alicerce de suas famílias e comunidades. Elas eram responsáveis pelo sustento de outros membros de suas famílias, implicando no aumento substancial de sua carga de trabalho, uma vez que eram obrigadas a conciliar suas tarefas na casa das patroas com suas responsabilidades familiares. A autora narra que o cotidiano das mulheres negras daquele período iniciava às 3 horas, 4 horas da madrugada. Essas mulheres tinham que buscar água nas fontes comuns da favela, preparar a comida para seus familiares, realizar tarefas como lavar e passar roupa e coordenar as responsabilidades das filhas mais velhas no cuidado dos mais jovens. Somente retornavam para casa à noite, após servir o jantar e deixar tudo em ordem na casa de suas empregadoras.

A autora (2020) ainda destaca que esta realidade permanece em muitos lares de mulheres negras do país que ainda enfrentam uma carga desproporcional de trabalho e responsabilidades, sendo mal remuneradas e estando nos piores lugares de postos de trabalho.

Em acordo com as observações feitas por Cisne e Ianael (2022), há uma divisão racial e sexual do trabalho que afeta particularmente a mulher negra. As autoras afirmam que:

a colonização a partir da reorganização do poder baseada na classificação racial do trabalho, combinou-se de forma precisa à divisão sexual do trabalho e, dialeticamente, à exploração capitalista. O controle do trabalho da população negra e indígena durante a escravização traz reverberações até a atualidade, não apenas como um legado do passado, mas como relação social dinâmica e estrutural que continua estabelecendo lugares de inferioridade e desigualdade no interior da sociedade (Cisne; Ianael, 2022, p. 193).

Estamos em compasso com as mesmas autoras e compreendemos que a lógica do capital está intrinsecamente entrelaçada com as dinâmicas de exploração e

apropriação que têm raízes no patriarcado e no racismo. Nesse contexto, as mulheres enfrentam a opressão devido à condição de sexo e essa opressão se agrava quando combinada com as opressões relacionadas à raça e etnia.

Em convergência com o exposto, segundo Amaral (2011), o patriarcado, o racismo e o capitalismo operam de forma interligada, onde cada contradição reforça as outras, intensificando o processo de dominação e exploração. Isso ocorre tanto na relação entre homens e mulheres, onde os homens dominam as mulheres, quanto na relação entre burgueses e trabalhadores (as), em que os burgueses exercem domínio sobre os (as) trabalhadores (as), assim como na relação entre brancos (as) e negros (as), onde os brancos (as) oprimem os (as) negros (as). O mercado de trabalho se torna um espaço onde essas três contradições convergem simultaneamente: as relações de classe, uma vez que o capital e o trabalho se confrontam ali; as relações de sexo, manifestadas na divisão sexual do trabalho; e as relações de raça e etnia, que também desempenham um papel significativo nesse jogo contraditório.

Nessa direção, as contribuições oferecidas pelas autoras nos indicam que a afirmação de Ângela Davis de que mulher negra ocupa a base da pirâmide social capitalista (Alves, 2017), feitas no Brasil, na UFBA (Universidade Federal da Bahia), em 2017, está absolutamente correta. Mais do que isto, essa afirmação, aliada com o que foi exposto nesse tópico, nos trazem elementos para compreensão das vivências da mulher negra na sociedade capitalista racista, bem como os porquês delas serem as que sentem as maiores refrações deste sistema econômico racista e os maiores impactos das crises cíclicas do capital. O que ocorreu no período da pandemia de Covid -19 é um bom exemplo.

A pandemia de covid-19 foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Devido à rápida disseminação global desse vírus, declarou-se a primeira pandemia do século XXI (Souto *et al.*, 2020). Essa pandemia não foi composta apenas por um vírus: ele sozinho não culminou na desagregação do mercado de trabalho e na política de morte de mais de 700 mil pessoas no país, que já estavam em curso antes dela. Tudo isso se intensificou com pandemia e agravou a barbárie que já era visível.

Não foi uma coincidência que a primeira vítima fatal da pandemia de Covid-19 no Brasil tenha sido uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica. É importante mencionar seu nome: Rosana Aparecida Urbano. Demarcamos a

importância de sua vida, para que sua memória permaneça viva. **Rosana Aparecida Urbano, presente!**

Rosana Aparecida Urbano - 1962-2020

Uma pessoa dedicada e um exemplo de vida, serenidade e força de vontade. Rosana gostava de comer — bolos de chocolate estavam entre seus preferidos —, de jogar cartas e de ir aos cultos da igreja. Prazeres simples e prosaicos, dessas coisinhas que trazem um sorriso ao rosto de puro contentamento, quase uma alegria de criança. Quando combinavam de ir à casa de alguém, gostava de sair bem cedo, não esperava por ninguém. Seu sonho era terminar de pagar o apartamento e se aposentar. Sonhos simples, de uma mulher trabalhadora e dedicada aos cuidados com o filho Ivo. Aliás, se qualquer pessoa dela precisasse, Rosana ajudaria sem hesitar. Curioso como é esse o perfil que mais se vê entre as mulheres a que tanto pelem para manter suas famílias nesse país tão desigual: elas não costumam importar-se apenas com seu bem-estar, a dor do outro dói também nelas, elas se importam, são incapazes de negar ajuda, afeto, comida, o que quer que seja (Inumeráveis, Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil, 2023).

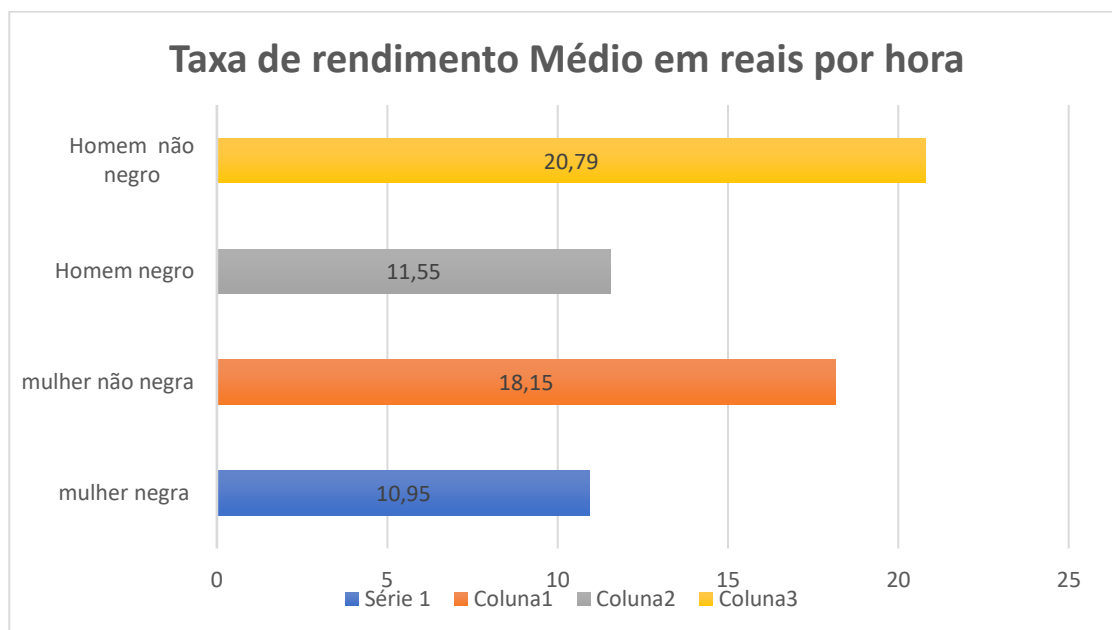
Em acordo com o exposto, Gouvea evidencia:

O vírus, em si, mesmo que entrasse em contato com seres humanos, provavelmente não teria a mesma taxa de letalidade se houvessem sistemas públicos de saúde em condições de contingenciá-lo, sistemas públicos de pesquisa em condições de estudá-lo, sistemas públicos de produção em condições de organizar o acesso aos insumos necessários. As relações de produção capitalistas inviabilizam a priorização da vida no contingenciamento da COVID-19 e explicitam a dimensão ética estética da crise, ao colocar em xeque os valores de nossa época histórica, sempre condicionados ao valor de troca como finalidade teleológica sobre determinante (Gouvea, 2020 p. 21).

O Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos), analisando os dados do PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do 3º trimestre de 2019 e 2020, ou seja, analisando o primeiro ano de pandemia, confirmou o que foi aqui exposto. Os resultados dessa análise revelaram impactos da pandemia nas mulheres, sobretudo nas negras. No período supracitado, segundo o Dieese (2020), subsidiados pelo PNADC, houve um aumento significativo de mulheres fora do mercado de trabalho, representando cerca de 8,6 milhões de mulheres: uma diminuição de 5,7 milhões na ocupação destas e um acréscimo de 504 mil mulheres desempregadas. Além disso, as taxas de desemprego entre mulheres negras e não negras aumentaram em 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, com destaque para a alarmante taxa de desemprego de 19,8% entre as mulheres negras. Esses números refletem os impactos desproporcionais da pandemia nas mulheres e ressaltam as desigualdades de sexo e raciais persistentes na sociedade

que se exacerbam nas crises. Para ilustrar esta realidade, trazemos os seguintes gráficos:

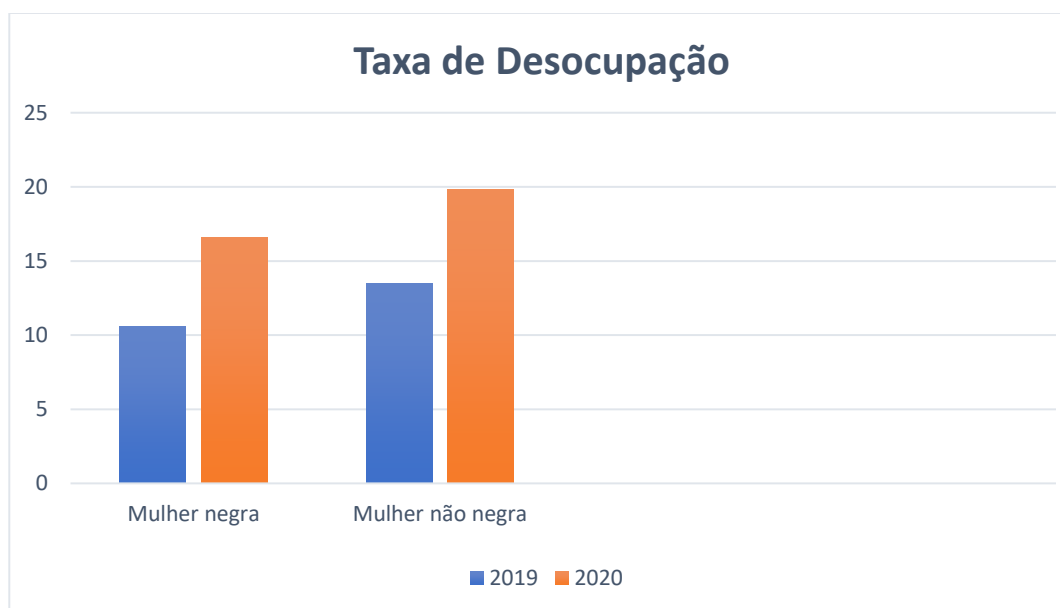
Gráfico 2: Taxa de rendimento Médio em reais por hora



Fonte: Dieese (2021). Elaborado pela autora.

Conforme evidenciado no Gráfico 2 de 2020, as disparidades salariais entre gênero e raça são notáveis. As mulheres negras ganharam, em média, R\$ 10,95 por hora, enquanto as mulheres não negras receberam R\$ 18,15 por hora. Entre os homens, a remuneração foi de R\$ 11,55 por hora para os homens negros e R\$ 20,79 para os homens não negros.

Esses dados revelam que as mulheres negras ganham significativamente menos do que todas as categorias analisadas. Elas ganham 47,34% a menos do que os homens não negros, 39,66% a menos do que as mulheres não negras e 5,20% a menos do que os homens negros. Além disso, a questão racial se torna evidente ao comparar a diferença salarial entre um homem negro e uma mulher não negra. Nesse caso, uma mulher não negra ganha 36,36% a mais do que um homem negro.

Gráfico 3: Taxa de Desocupação

Fonte: Dieese (2021). Elaborado pela autora.

Quando analisamos as taxas de desocupação, comparando as relações de gênero nos mesmos períodos mencionados, é evidente um aumento em ambas as categorias, tanto para mulheres negras quanto para mulheres não negras. Em 2019, a taxa de desocupação para mulheres negras era de 10,6%, e em 2020 houve um aumento significativo para 16,6%. No caso das mulheres não negras, a taxa de desocupação era de 13,5% em 2019 e subiu para 19,8% em 2020.

É importante observar que o cálculo desses números precisa ser questionado, uma vez que não realiza uma análise qualitativa dessas ocupações. Esses números abrangem todos os tipos de trabalho, incluindo os formais, informais, trabalhos temporários sem direitos trabalhistas e precários. Portanto, estar ocupado não significa necessariamente estar em um trabalho que garanta a reprodução social.

1.5. O genocídio da população negra

Ainda no limite de uma dissertação, é inviável tratar de racismo estrutural sem mencionar o sistemático genocídio da população negra no país. Sabendo que, como discorre Alves (2018), o racismo enquanto estrutural e estruturante do sistema econômico vigente moldou e molda as instituições que, funcionando sua normalidade (percebiam normalidade pois é forma normal que o capitalismo funciona), aplicam a ideologia racista de dominação de forma a perpetuar as relações de produção

capitalista racista. Essa forma de sociabilidade racista culmina para a população negra em um projeto político genocida orquestrado pela classe dominante do Brasil sob a vida da população negra.

Por isso, é importante destacar que não podemos compreender completamente o brutal genocídio de pessoas negras sem reconhecer que ele é sustentado pelo racismo estrutural. Nesse contexto, é crucial entender que o genocídio da população negra não é um evento ou fenômeno que pode ser explicado isoladamente. De acordo com Ortegá (2018), o genocídio da população negra representa um processo ativo dotado de intencionalidade, direcionado de forma racialmente determinada. Segundo o autor, o genocídio da população negra tem dois sentidos, denotativo e conotativo, em que ele explica ambos da seguinte forma:

No sentido denotativo está o movimento político e jurídico de classificar o conjunto de processos a que está submetida a população negra (no caso específico, a brasileira), como um crime de genocídio. Isto implica o reconhecimento de organismos internacionais e as penas e indenizações legalmente previstas para esse tipo de caso, como foi o genocídio do povo judeu pelo regime nazista (Flauzina, 2014). Em seu sentido conotativo, está o uso da categoria genocídio como capaz de elucidar as conexões entre as violências e violações perpetradas contra a população negra, tratadas, via de regra, pelo Estado e pelas políticas sociais como problemas isolados. Nesse sentido, a predominância de pessoas negras entre os casos de mortalidade materna, de evasão escolar e de encarceramento não são fenômenos independentes (Almeida, 2015). Estão essencialmente ligados por esse processo genocida, que é perverso, pelo fato de transcorrer ao longo dos séculos de existência do país, sem nunca ser enunciado enquanto tal, mas sempre como uma “coincidência” de tragédias (Ortegá, 2016) (Ortegá, 2018, p. 424).

Juliano (2022) afirma que este genocídio está em curso desde o processo de escravização desta população e que permanece atualmente. Segundo a autora:

O genocídio sistemático do povo negro tem início no século XVI com o sequestro dos povos africanos, saque aos recursos naturais e riquezas dos territórios africanos iniciando o curso de um processo violento: a colonização, a escravidão negra nas Américas representa o maior crime contra a humanidade que de forma íntima e específica estabelece o processo de formação histórico, social dos países então colonizados, assim como o Brasil (Juliano, 2022, p. 191).

O genocídio da população negra no Brasil é um processo sistemático que resulta na produção de morte, tanto objetiva quanto simbólica, implicando na produção da morte física, cultural e social. Objetiva-se por meio a violência estatal direta, violência privada, políticas de morte, da falta ou precariedade de acesso de políticas públicas como a saúde, assimilação forçada e aculturação, bem como, a criminalização da identidade negra, entre outros fatores (Brandão; Cury; John, 2020).

Alves (2018) descreve a política de estado de embranquecimento do país, a partir do incentivo à miscigenação e do estímulo à imigração europeia. Junta-se a isso: a perseguição e demonização sistemáticas das religiões de matriz africana; a quebra da autoestima; o analfabetismo; o desemprego estrutural; o empobrecimento; as mortes decorrentes de doenças tratáveis; o encarceramento em massa; e a falta de políticas públicas que realmente atendam às necessidades das pessoas negras, como alguns exemplos de manifestações do genocídio da população negra.

Flauzina (2006) destaca o sistema penal e o Estado como elementos significativos na reprodução do genocídio da população negra. Ela ilustra essa afirmação mencionando o caráter violento das abordagens policiais, o aumento significativo das prisões em massa e as mortes resultantes das ações repressivas do Estado como exemplos nítidos dessa dinâmica. Para a autora, na América Latina o racismo é o fundamento que sustenta a existência de um sistema penal genocida.

Alves (2018), também em acordo, aponta o Estado enquanto um dos responsáveis pela manutenção deste genocídio. Segundo o autor, o genocídio da população negra no capitalismo periférico brasileiro se manifesta como uma política do Estado burguês que converte a ideologia racista de dominação em um mecanismo para manter as relações de superexploração no modo de produção capitalista, política essa que coloca a população negra em uma condição de extrema exposição. Tornam-se suscetíveis a diferentes formas de exploração de sua força de trabalho e sujeitas a diversas formas de violência que caracterizam a sociabilidade perpetuada pelos padrões do capital.

O encarceramento em massa e o extermínio de jovens negros nas periferias brasileiras são as formas mais evidentes e alarmantes do genocídio. Isso delimita um cenário em que a criminalização dos pobres e pretos, juntamente com seu aprisionamento e extermínio, se tornaram estratégias de controle e reorganização da sociabilidade dentro do contexto capitalista no Brasil. Dentro da estrutura das relações de produção no capitalismo periférico brasileiro, o indivíduo, alvo dessas práticas de criminalização, encarceramento e extermínio, é predominantemente negro (a) (Alves, 2018)

Em compasso, Ortegá (2018) pontua que temos no Brasil um processo de extermínio da juventude negra na medida que ele aponta os índices do mapa da violência (2014) e descreve que 70% dos homicídios são perpetrados sob vidas

negras: enquanto os homicídios de pessoas brancas diminuem, na contramão homicídios de jovens negros aumentaram.

Alves (2018) nos explica que o genocídio negro vai para além da morte física. Para o autor, o genocídio também são os aparelhos capitalistas raciais que:

barra o acesso da população negra ao mercado de trabalho nas melhores condições, nos cargos de chefia ou gerência, impede o acesso do grupo racial negro aos serviços de saúde de forma qualificada de modo a perpetuar as mortes por doenças curáveis, impede o acesso e a permanência na rede de ensino básico e superior. Tatuia uma mira nas costas dos adolescentes e jovens negros, fazendo com que estes sejam alvo de violências físicas perpetradas pelas agências policiais e pela banalização da vida negra que permite que grupos de justiceiros se sintam no direito de amarrar um jovem negro acusado de cometer um crime, a um poste e o espanquem até a morte (Alves, 2018, p. 15).

Ainda com o autor (2018), ele aponta a guerra às drogas como uma política de Estado que tem como função de controle racial genocida. Para ele,

Cabe-nos discutir ainda que, a falácia da “guerra às drogas” como estratégia de combate ao tráfico e comércio ilegal de drogas, se tornou um aparato do Estado burguês brasileiro para o controle racial e manutenção das estruturas a favor da classe dominante no país. O grupo racial socialmente identificado como negro, na maioria jovens entre 15 e 29 anos de idade, se encontrando ou não na condição de usuários de substâncias psicoativas, é criminalizado, e com o aparato midiático sobre controle hegemônico burguês, é construído a imagem do negro como criminoso, como traficante, o retratando como inimigo número um da nação, o que legitima toda e qualquer violência empregada pelo Estado na tentativa de conter, encarcerar e exterminar a ameaça negra ao mundo branco (Alves, 2018, p. 16).

1.6. População negra: (a) parte da luta de classes?

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias têm sido a história das lutas de classes” (Marx, Engels, 2005, p.40); “O único lugar onde os negros não se rebelaram foram nos livros de historiadores capitalistas” (James, 1939, p.22). Quando estas duas declarações são encontradas no início deste capítulo, algumas pessoas podem não imediatamente perceber a ligação entre elas. No entanto, é vital notar que elas capturam a apreensão histórica do movimento da realidade. De certa maneira, essas afirmações expressam a captura do movimento do real e representam, em certa medida, a afirmação de que a história da luta de classes é feita por sujeitos (as) políticos (as) em todos os períodos históricos da humanidade.

Isso não se descola da história da população negra, como alguns historiadores capitalistas ou pós-modernos¹⁷ insistem em ocultar.

Nossa interpretação é que as batalhas travadas pela população negra ao longo da história humana estão enraizadas e intrincadas nas relações de classe, mas nem por isso deixam de ser relações raciais. Estamos de acordo com Silva (2019) e entendemos que as relações raciais “por meio de muitas mediações, estão inseridas nas dinâmicas da luta de classes, antes como necessidade de justificação de um processo econômico e agora como consequência da desigualdade social promovida pelo capital” (Silva, 2019, p. 30).

Segundo Duarte e Queiroz (2016) existe no imaginário social racista uma visão distorcida da história da escravidão nas Américas, nas quais pessoas escravizadas são vistas enquanto objetos passivos da história, portanto, incapazes de articular resistências, revoltas e construir projetos políticos contra o sistema que as objetificava.

Em contrapartida a este imaginário, Moura (1993) emerge como um proeminente defensor da luta e resistência negra, enquanto expressão da luta de classes, no qual o autor enfatiza a quilombagem como um movimento social estruturado e a defende enquanto um agente de mudança social. O autor define a quilombagem como um conjunto de movimentos de protesto entre pessoas escravizadas, que tinham o quilombo como ponto central de organização. A definição de quilombos, conforme estabelecida pelo rei de Portugal por meio de uma consulta do conselho Ultramarino em 1740, é a seguinte: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1993, p. 11).

De acordo com Moura (1992), a quilombagem representou um movimento de resistência e transformação social contra a escravidão no Brasil, orquestrado por escravizados (as) dissidentes. Este movimento se configurou como uma força que desgastou gradualmente o sistema escravista, contribuindo para a crise desse modelo e a eventual transição para o trabalho livre. Para Moura (1992), a quilombagem foi uma manifestação das contradições de classe e raça. O autor (1993) salienta que a quilombagem: “expressava a contradição da época fundamental da época, isto é, aquela que existia entre os escravos e os seus senhores e aparecia, em consequência

17 Ver Mario Souza, Revista SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 202-219, jan.-jun./2016.

disso, em todas as áreas e épocas em que o sistema de produção escravista foi estabelecido” (Moura, 1992, p. 12).

Conforme o autor (1989), a quilombagem se configurou como um movimento emancipacionista que precedeu em muito o surgimento do movimento abolicionista. A particularidade desse movimento reside em sua natureza radical, desprovida de quaisquer formas de mediação entre sua dinâmica e a classe dos colonizadores que mantinham a escravidão. Para o autor, a violência era o elemento que poderia tanto solidificar quanto dismantelar tal movimento. De um lado, figurava a população negra escravizada; do outro, os colonizadores escravizadores e os aparatos de repressão por eles empregados para sufocar essa insurreição.

Moura (1989) argumentava que os quilombos se destacam como o modelo de resistência mais expressivo desse período histórico, não apenas pela quantidade de casos, mas também pela sua consistência ao longo do tempo. Embora outras formas de resistência, como as guerrilhas, o banditismo quilombola e diversas manifestações de protesto individuais ou coletivas também tenham existido, os quilombos se sobressaíam. Em outro texto o autor destaca que:

para ter uma ótica mais acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastraram por todo o período, mas o quilombo foi a unidade básica de resistência (Moura, 1993, p.13, 14).

Os quilombos erguiam uma barreira social, cultural e militar contra o sistema opressivo que tentava subjugar-los. A estabilidade da unidade do quilombo era relativa, variando conforme a intensidade das ações repressivas dirigidas contra ela. A quilombagem era vista como a expressão social de maior relevância para a população escravizada. Os colonizadores que praticavam a escravidão não subestimavam sua importância e empregavam diversos recursos para combatê-la. Isso englobava o uso de recursos militares, políticos, jurídicos e até mesmo táticas de terror. Eles se valiam das leis metropolitanas adaptadas à colônia, alvarás e outros dispositivos repressivos. Isso até mesmo abarcava a constituição de milícias formadas por "capitães-do-mato", a concepção de instrumentos de tortura e outras formas não-institucionalizadas de repressão, frequentemente empregadas (Moura, 1989).

Em todo o território nacional onde a instituição da escravidão prevalecia, emergia uma contraposição marcante, representada pelos quilombos ou mocambos, comunidades de dissidentes negros. Estes grupos empreendiam esforços que

minavam as forças produtivas, seja através de ações militares ou do resgate de indivíduos escravizados (as). Do ponto de vista econômico, essa reação implicava na retirada das forças produtivas que estavam sob o controle dos escravizadores. A organização desses quilombos incorporava elementos das experiências tribais trazidas pelos (as) escravizados (as) do Continente Africano, perdendo, neste contexto, seu caráter de supérstite à medida em que os (as) escravizados (as) se insurgiam. Esse processo culminava em uma negação ativa do sistema escravocrata. A hierarquia estabelecida nas comunidades quilombolas introduzia um novo conjunto de valores, concebido pelos membros do quilombo. Isso significava uma transformação profunda na relação que anteriormente se dava entre os colonizadores escravizadores e as pessoas escravizadas. Tal dinâmica era substituída por uma nova estrutura, que operava dentro das fronteiras de controle estabelecidas internamente nos quilombos (Moura, 1988).

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele poderia afirmar-se. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituía-se em fato normal da sociedade escravista (Moura, 1988, p. 103).

Moura (1993) argumenta que o quilombo era uma instituição intrínseca à sociedade escravocrata, uma vez que as fugas das pessoas escravizadas decorriam dessa condição. Essa situação as levava a se organizar em grupos dissidentes com seus semelhantes, visando garantir sua própria sobrevivência. Sendo o uso da guerrilha um elemento complementar ao quilombo, nestas guerrilhas os (as) aquilombados (as) atacavam as estradas, roubavam mantimentos e objetos que não eram produzidos nos quilombos.

O autor (1993), citando o estudo de Édison Carneiro, caracteriza as lutas travadas pelos (as) escravizados (as) brasileiros da seguinte forma:

a) a revolta organizada, pela tomada do poder político, que encontrou sua expressão mais visível nos levantes negros malês (muçulmanos) na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos; tão bem exemplificados por Palmares (Moura, 1993, p. 14).

Vale ressaltar que, quando enfatizamos que a luta era travada por escravizados e escravizadas, esse destaque não é por puro ideologismo. Mulheres negras estavam presentes nestas lutas por liberdade. Assim como temos o exemplo de Zumbi dos Palmares, também temos o exemplo de Dandara dos Palmares e tantas outras. Segundo as autoras Cisne e Ianael (2022),

Desde o início da vida em cativeiro, a população negra, negando a visão da escravização dócil e passiva, participa como elemento primordial na criação de estratégias de rebeldia e confronto à instituição. Nesse contexto, as ações executadas pelas mulheres correspondem à negação do modo de produção escravista e a consequente oposição ao mando dos senhores proprietários. Assim, travando um movimento entre opressão e resistência, elas arquitetavam diferentes alternativas para sobreviverem e se libertarem. (...) Nesse sentido, os constantes conflitos oriundos da sociedade escravista patriarcal aliado ao crescente descontentamento da população escravizada resultam na insurgência de ações contínuas contrárias à escravização. As mulheres cativas recorreram a várias formas de recusa à dominação que lhes são impostas. Podendo ir desde ações individuais e cotidianas, como fugas, abortos, infanticídios e suicídios, até ações mais coletivas como as participações nas rebeliões e na formação de quilombos. Durante toda a época colonial é possível reconhecer na sociedade escravista, uma cadeia ininterrupta de resistência, não apenas com ações pontuais e raras, mas também em uma luta permanente e articulada nas manifestações de inconformismo pela liberdade (Cisne; Ianael, 2022, p, 195-196).

Concordamos com a análise de Moura (1993) que aponta a prática da quilombagem como um movimento social amplo e radical. Este movimento não se limitava somente às pessoas negras fugitivas, mas também acolhia diversos outros grupos marginalizados, como indígenas perseguidos (as), curibocas, indivíduos alvos da polícia, bandoleiros, devedores do fisco, dissidentes do serviço militar, mulheres sem ocupação definida, pessoas brancas pobres e mulheres profissionais do sexo.

No âmago desse movimento, encontravam-se aqueles oprimidos pelo sistema colonial. Nos quilombos e em outras manifestações da quilombagem, a população excluída encontrava uma chance de se reconstituir socialmente. É por meio dessas características que a quilombagem ganha uma dimensão de movimento social de alcance nacional. Desde os primeiros momentos da sociedade colonial, ela se articulou em todo o território, atravessando todo o período escravista. Seu papel era desarticular o sistema vigente e representar uma constante ameaça à classe dos colonizadores escravocratas, como observado no exemplo da República de Palmares (Moura,1993)

Em acordo Menezes (2010), a República de Palmares é um exemplo da resistência à exploração e opressão vivida pela população negra. Segundo ela, além de um sinônimo de resistência

(...) a partir do século XVII, na região de Pernambuco, o Quilombo dos Palmares criou uma organização com sociabilidade diversa, com regras próprias, tendo uma economia próspera e terras férteis de propriedade coletiva voltadas para a policultura. Estima-se que sua população oscilou entre 20 e 30 mil habitantes ao longo de sua existência (Menezes, 2010, p. 20).

Moura (1993) apresenta a ideia de que a violência empreendida pelas pessoas escravizadas era, predominantemente, uma resposta à violência infligida em seus próprios corpos. Ele ressalta que a crueldade perpetrada pelo Estado era tão intensa que a reação dos (as) escravizados (as) se manifestava como uma contrarreação violenta. O autor aponta que a metrópole via os quilombos como uma afronta direta à sua autoridade, resultando em medidas extremamente rigorosas, como evidenciado pelo alvará de 1741. Esse alvará ordenava que a letra "F" (que representava "fujão") fosse marcada a fogo no rosto das pessoas negras dissidentes encontradas em quilombos; em casos de reincidência, a pena consistia em cortar uma das orelhas.

Nesse contexto, Luiz Gama (citado por Kassan, 2013) sustentava que toda forma de violência praticada pelas pessoas escravizadas era uma reação de legítima defesa.

(...) ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativas de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar violência contra o aparelho de dominação militar, ideológico e políticos que o desumanizava como ser (Moura, 1993, p. 24).

Moura (1993) argumenta que todos os mecanismos de repressão desenvolvidos pelos escravizadores, tanto da colônia quanto da metrópole, e chancelados pelo Estado, não se mostravam capazes de deter a organização dos negros e o movimento quilombola.

Os quilombos criarão vários focos de ação nas margens do Rio Paraíba, de onde incursionarão para atacar as fazendas mais próximas. Ali juntar-se-ão aos índios que também lutaram contra a escravidão, constituindo força capaz de atacar inesperadamente os senhores de engenhos que, alarmados e temerosos de suas atividades, várias vezes solicitarão providências à câmara contra tais atos. As providências surgirão. Isso, porém, não impedirá que os quilombos continuem atacando até vilas e povoados (Moura, 1959, p. 70-71).

James (1939), nos expõe que em todo o momento que houve escravização também houve resistência. A pessoa negra pacífica, sem intelecto que não ousou lutar, só existiu nos livros de liberais. James, por exemplo, destaca:

A história revolucionária dos negros é rica, inspiradora e desconhecida. Negros se rebelaram contra os caçadores de escravos na África; rebelaram-se contra os comerciantes de escravos no Atlântico. Se rebelaram nas plantations. O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugaram a tripulação e tomaram controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos (James, 1939, p. 21).

Em acordo, Moura (1993) afirma que em toda parte do Brasil como em outras partes da América onde houve escravização moderna, os quilombos se proliferaram. Para o autor era uma expressão do protesto negro contra as condições de aviltantes e alienadas que estas pessoas viviam. “Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marron*, o quilombola portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (Moura, 1993, p.11).

A respeito desta organização das pessoas negras pelo globo, destaca-se a importância da Revolução Haitiana. James (1939) coloca que a revolução haitiana foi um movimento revolucionário comandado por escravizados (as) e pessoas negras libertas, no final do século XVII, na ilha de São Domingos, até então uma colônia francesa, movimento que por meio da luta destas pessoas, culminou na conquista da independência da ilha. Segundo o autor, a Revolução Haitiana escancarou a hipocrisia dos movimentos iluministas que pregava liberdade, fraternidade e igualdade, ao passo que esta liberdade se aplicava somente a burguesia europeia branca.

A revolta que ocorreu na ilha de São Domingos (território atual do Haiti), foi sem precedentes na história das Américas, pois foi a única revolta conduzida por pessoas negras escravizadas ou livres que evoluiu para uma revolução, resultando na destruição do sistema escravocrata de plantações. Essa revolução transformou o Haiti no primeiro país negro fora da África. O impacto dessa revolução gerou um intenso receio de que insurreições em larga escala pudessem ocorrer em outros territórios das Américas ainda sob sistema escravista (Nascimento, 2008).

Continuando com Nascimento, ele coloca:

De uma rebelião, transforma-se em uma revolução, na qual se envolvem, direta ou indiretamente, a França, a Espanha e a Inglaterra. O resultado é que, sob a liderança de Toussaint L'Ouverture, os negros e ex-escravos

conseguem governar a ilha, mas continuam sob a tutela da França. Com Jaques Dessaline dos franceses é proclamada a sua independência. O restante da ilha continuou dominado pelos espanhóis e hoje corresponde ao território da República Dominicana (Nascimento, 2008, p.127).

Sobre a revolução Haitiana Moura (1993) destaca:

(...) ligados ao culto vodu, os escravos negros daquela área da ilha de São Domingos transformaram os núcleos negros refugiados nas florestas no fermento mais importante das forças que iriam conquistar a sua independência. Desde a primeira revolta em Makantal, em 1758, até a libertação do país, em 1804, os negros rebeldes são o contingente social e militar mais importante desta luta (Moura, 1993, p. 12).

Segundo Fontella e Medeiros (2007), a relevância da Revolução Haitiana ultrapassa os limites geográficos estabelecidos do território que é hoje o Haiti. Eles destacam que a Revolução Haitiana culminou no primeiro Estado independente que foi construído por ex-escravizados (as). A Revolução Haitiana resultou na transformação radical daquela sociedade. As pessoas negras, ao se organizarem, conquistaram a abolição do escravismo e possibilitaram a emergência de uma nova ordem social, que suprimiu as elites coloniais e metropolitanas, tornando o Haiti a primeira colônia americana a romper com os laços coloniais que os atrelavam à Europa, eliminando qualquer possibilidade de retorno à situação anterior à colonização. Em relação ao ineditismo deste processo os autores relatam:

Pela primeira vez a Europa e a América presenciavam um processo revolucionário em que as classes subalternas coloniais subjugavam seus opressores – coloniais e metropolitanos. O Haiti nasceu da fantástica resistência e luta dos escravos e mulatos contra todas as classes que os dominavam. O confisco e a depredação da infraestrutura da plantation escravista e o massacre a todos os brancos que restavam na parte ocidental da ilha foi o batismo de sangue desse novo Estado que acabara de emergir (Fontella; Medeiros, 2007, p. 69).

Eles apontam que:

a Revolução Haitiana, após diversos avanços e recuos, desembocará na declaração do primeiro Estado independente construído por ex-escravos e negros libertos em janeiro de 1805. Durante esse período, inúmeras discussões e disputas foram realizadas nos dois lados do Atlântico a respeito das ideias de igualdade, liberdade, raça, colonialismo, nacionalidade e cidadania, as quais tensionaram as fronteiras das pretensões universalistas dos princípios revolucionários do ocidente. Dentro desse contexto, a insurgência de São Domingos foi gestada em um imenso caldeirão cultural, em que a religião, as diferenças linguísticas, as organizações comunitárias alternativas e o hábito das plantations desempenharam papel crucial nos rumos das movimentações de negros e negras (Duarte; Queiroz, 2016, p. 29).

De acordo com Fontella e Medeiros (2007) a revolução haitiana foi um fantasma que pairava sobre as cabeças dos colonialistas não se limitando apenas a São Domingos. O receio de revolta e organização negra influenciou os colonizadores em toda a América, incluindo o Brasil. Esse medo teve um impacto nas percepções dos colonizadores em relação à população negra, afetando a forma como eles as compreendiam. Os autores (2007) destacam que a relevância da Revolução Haitiana ultrapassou as fronteiras geográficas do haitiano. A partir desse evento, o temor relacionado a população negra se disseminou por toda a América Latina e deixou sua marca em todo o processo de independência das principais colônias latino-americanas. Como afirmam os autores: “Depois da Revolução Haitiana, a América Latina não seria mais a mesma, por todos os seus recantos se disseminaria o medo negro” (Fontella; Medeiros, 2007, p. 69). Sobre este medo Nascimento (2008) destaca:

a Revolução Haitiana mostrou às classes de senhores brancos da América que guerras civis internas ou mesmo guerras de independência contra o poder metropolitano levariam à destruição dos regimes coloniais que elas tanto buscavam proteger. “Haitianismo” foi o termo que circulou pelos quatro cantos da América e que era usado para mulatos, escravos e livres em todo o mundo atlântico (Nascimento, 2008, p. 127)

Segundo Nascimento (2008), a Revolução Haitiana também ocasionou em um recrudescimento das leis relacionadas à escravidão e uma ampliação dos métodos coercitivos. Além disso, gerou uma atitude menos tolerante em relação às pessoas negras livres. Para os indivíduos escravizados (as), a revolução mostrou que era viável conceber um movimento que conduzisse a sua libertação.

Em essência, a Revolução Haitiana atuou como um catalisador que desencadeou o medo negro na mentalidade colonialista. Esse medo, por sua vez, teve um impacto profundo na visão dos colonialistas e nas ações dos colonizadores em relação aos (às) escravizados (as) e influenciou o curso dos eventos históricos na América Latina, incluindo seu caminho em direção à independência (Nascimento, 2008). Neste sentido, ter a dimensão da importância da relevância do Haiti no Brasil nos leva a concordar com a frase “Pense no Haiti, Reze pelo Haiti, O Haiti é aqui”, popularizada por Caetano Veloso e Gilberto Gil, ao passo que ela captura as conexões da luta da população negra de forma mais geral. O Haiti também é, até os dias de hoje, um exemplo de êxito de luta anticolonial. O que nos leva a afirmar sua

importância no sentido de nos debruçarmos sobre sua história, bem como da relevância quando o assunto é luta de classes no capitalismo dependente.

Moura (1989) dedicou-se a situar a população negra na luta de classes. Ele afirma que a população negra no Brasil trava lutas, destacando que desde sua chegada ao Brasil em diáspora, essa população esteve envolvida em lutas sociais. Ele afirma que ao longo da história brasileira, desde os tempos coloniais até o presente, a população negra não apenas contribuiu para a povoação do país, a criação de riquezas e a transmissão de sua cultura, mas também desempenhou e continua a desempenhar um papel ativo nos movimentos políticos que marcaram sua trajetória social e histórica. Ela não apenas se manifestou como um ator político na luta pela independência e na Revolução Farroupilha, mas também se engajou intensamente nos movimentos radicais da plebe rebelde, como na Cabanagem no Pará e no movimento Cabano em Alagoas, assim como, na Inconfidência Mineira e nas revoltas baianas. O autor (Moura, 1989) salienta que a presença negra sempre esteve presente, independentemente de sua proporção. Após o término do regime escravista, a população negra se uniu aos movimentos sociais, sendo exemplo disso a participação em Canudos, na comunidade liderada pelo Beato Lourenço, e desempenhando um papel mais proeminente na Revolta de João Cândido. Moura pontua que foi consistente a participação da população negra no cenário político do Brasil, abarcando diferentes momentos históricos, desde os primórdios coloniais até após abolição da escravatura. Nas palavras do mesmo,

Desde as primeiras lutas sociais no Brasil que o negro, ao delas participar, conseguiu ampliá-las e transformá-las em lutas sócio raciais. Isto é: colocou um componente novo, abriu o leque de participação e reivindicações, porque uniu essas lutas de explorados às reivindicações da etnia negra, que além de explorada era discriminada racialmente (Moura, 1989, p. 40)

Segundo Barbosa (2018), a presença de negros e negras nos movimentos sociais do Brasil, integra a própria história do Movimento Negro no país, ao passo que as ações políticas organizadas por esse movimento social não são descoladas da própria conjuntura histórica vivenciada na totalidade. O autor, fundamentado em Marx, destaca que:

(...) os movimentos sociais são preconizados pelos processos históricos originados nas lutas de classes MARX (1985). Ou seja, lutas abertas ou invisíveis sempre em permanentes conflitos entre opressores e oprimidos. Independentemente, do modelo de sociedade ou contexto histórico que estão inseridos, pois se houver relações sociais entre opressores e oprimidos inevitavelmente haverá movimentos sociais (Barbosa, 2018, p. 2).

Um movimento que merece destaque é o movimento que ficou reconhecido como a Revolta da Chibata. O uso do açoite como medida coercitiva era usado na Marinha do Brasil, mesmo depois da abolição jurídica da escravatura. Todos os marinheiros, na maioria negros, eram açoitados por determinação dos oficiais superiores, às vistas dos companheiros no convés das belonaves (Moura, 1989).

Assim, foi-se criando as condições materiais para uma revolta nos marujos, que não aceitavam mais passivamente esse tipo de castigo. O movimento que tinha como protagonistas Francisco Dias, João Cândido e outros tripulantes do Minas Gerais. Em outros navios os marujos também se organizavam, a exemplo do cabo Gregório no navio São Paulo e do cabo André Avelino, no Deoroto. Porém, esse movimento tem sua ebulição em 22 de novembro de 1910, quando em face da indignação da marujada em presenciar o espancamento do seu colega, o marinheiro negro Marcelino foi açoitado 250 vezes no convés do navio Minas Gerais, desmaiou e continuou a ser espancado. O grupo, tendo João Cândido como líder, tomou os navios em um golpe rápido. E após aproximam-se do Rio de Janeiro, mandaram um recado ao presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca e ao ministro da Marinha, exigindo a supressão do uso da chibata (Moura, 1989).

O governo ficou estarecido acreditando se tratar de um golpe político das forças inimigas. Criou-se um pânico em grande parte da população e muitas pessoas fugiram por medo. Em apenas um dia tiveram 12 composições especiais para a cidade de Petrópolis, contendo cerca de 3.000 pessoas. Todos os navios amotinados hastearam bandeiras vermelhas, e alguns navios fiéis ao governo tentaram fazer frente a eles, mas sem sucesso. Processo que ocasionou em um impasse ao governo, ao passo que de um lado estava a Marinha que exigia a punição dos revoltosos amotinados e a morte de alguns oficiais da armada. Em contraposição, o governo e os políticos que compreendiam que não teriam forças para cumprir essa exigência. Isso porque os marinheiros organizados estavam militarmente muito mais preparados do que a Marinha de Guerra, pois possuíam as artilharias que estava apontada para a capital da então República (Moura, 1989).

Depois de muitas reuniões políticas aprovou-se um projeto de Anistia aos revoltosos, ocasionando a descida das bandeiras vermelhas dos mastros dos navios. Era um indício que a revolta que teria durado 5 dias, havia saído vitoriosa. Era, assim,

abolida o uso da chibata enquanto medida disciplinar na Marinha de Guerra do Brasil (Moura, 1989).

Porém, as forças militares inconformadas com a solução política encontrada, iniciam um processo de retaliação contra os marinheiros. João Cândido, entendendo os perigos, tenta reunir-se com o comitê geral da Revolução, mas não é recebido. Enquanto isso, reúnem-se agora civis e militares, com o intuito de resgatar, na visão destes, o “brio da marinha” que foi atingida pelo movimento. E assim, é decretado que qualquer marinheiro podia ser sumariamente demitido. Portanto, a anistia foi somente um pretexto para desarmar a revolta (Moura, 1989).

O que ocorreu com o João Cândido e seus companheiros de revolta, não foi diferente com o que ocorre com a população negra e ou com pessoas não negras que ousam se organizar atualmente. Moura (1989) informa que boa parte deles foram presos e executados por ordem da Marinha e do Estado.

A respeito dos companheiros de luta de João Cândido, o autor (Moura, 1989) explica:

Os 66 marujos que se encontravam em uma masmorra do Quartel do 1º Regimento de Infantaria, são embarcados juntos com assassinos, ladrões e marginais para serem descarregados nas selvas amazônicas. Os marinheiros, porém, tinham destino diferentes dos demais embarcados. Ao lado dos muitos nomes da lista entregue ao comandante do navio, havia uma cruz vermelha, feita a tinta, o que significava a sua sentença de morte. Esses marinheiros foram sendo parceladamente assassinados: fuzilados sumariamente e jogados ao mar (Moura, 1989, p. 69).

Sobre João Cândido, Moura (1989) destaca que:

não embarca no *satélite*, juntamente com alguns companheiros forma recolhidos a uma masmorra da ilha das Cobras, onde viviam como animais. Dos 18 recolhidos ali, 16 morreram. Uns fuzilados sem julgamento, outros em consequência das péssimas condições em que viviam enclausurados. João Cândido enlouqueceu, sendo internado no Hospital dos Alienados. Tuberculoso e na miséria, consegue, contudo, restabelecer-se física e psicologicamente. Perseguido constantemente, morre como vendedor no Entrepasto de Peixes da cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e até sem nome, estes heróis que um dia foi chamado, com mérito de *Almirante Negro* (Moura, 1989, p. 69).

A revolta da chibata termina em 1911, e não se pode negar que essa revolta foi um marco importante na história do Brasil, sendo um evento que delineou a história da luta de classes que é composta pelas relações raciais no país, sendo trabalhadores negros em sua maioria que o compunha. Não podemos dizer que ela não foi exitosa, ao passo que foi a partir desta revolta que se foi abolida brutal prática da chibata,

sendo questionada e extinta oficialmente. Ainda que a classe dominante tenha se organizado para calar o movimento matando seus líderes, seja de morte por fuzilamento, de fome, a morte pelo encarceramento ou a morte pela falta de saúde física e mental e de emprego, foi um movimento legítimo e suas consequências foram significativas ao país.

É crucial ressaltar que tanto a Revolta da Chibata quanto outros movimentos em que a população negra esteve envolvida, destacam a compreensão de que, apesar da abolição legal urgente e significativa, essa libertação não se traduziu em melhorias substanciais em suas condições de vida.

Um exemplo notável dessa percepção, conforme discutido por Corrêa e Naques (2019), foi a criação de espaços pela comunidade negra no Brasil. Esses espaços, organizados como locais de mobilização racial, eram representados por clubes, grêmios e/ou associações. Eles desempenhavam funções com um caráter assistencial, cultural ou recreativo. Através desses espaços, a população negra buscava não apenas se unir em solidariedade, mas também enfrentar os desafios que persistiam mesmo após a abolição da escravidão.

Outro espaço que merece destaque é que, para Moura (1989), um dos movimentos mais importantes para compreendermos a trajetória da população negra brasileira na sua luta por cidadania, foi a imprensa negra paulista, cujo primeiro jornal foi denominado como *O Menelick*, que começou a circular em 1915. Os (as) negros (as) paulistas, entendendo a necessidade de um movimento de identidade étnica, e enfrentando os entraves que a grande imprensa branca lhes impunha para que os (as) negros (as) pudessem inserir as suas pautas negras, recorreram à solução mais viável: a criação de uma imprensa negra, na qual eles (as) poderiam colocar seus anseios de denúncia contra o racismo, bem como a sua vida associativa, cultural e social (Moura, 1989).

O autor também destaca que além do *O Menelick*, outros veículos surgiram após este:

A rua e o Xauter, 1916; O Alfinete, 1918; O Bandeirante, 1919; A Liberdade, 1919; A Sentinela, 1920; O Kosmos, 1922; O Getulino, 1923; O Clarim da Alvorada e Elite, 1924; Auriverde, O Patrocínio e O Progresso, 1928; Chibata, 1932; A Evolução e A Voz da Raça, 1933, O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra, 1935; A Alvorada, 1936; Senzala, 1946; Mundo Novo, 1950; O Novo Horizonte, 1954; Notícias do Ébano, 1957; O Mutirão, 1958; Hífen e Niger, 1960; Nosso Jornal, 1961; e Correio d'Ébano, 1963 (Moura, 1989, p. 70).

De acordo com Moura (1989), esses jornais, ao longo de cerca de 50 anos, tiveram uma influência significativa na formação da ideologia da comunidade negra em São Paulo, moldando seu comportamento. Esses periódicos eram sustentados pelos próprios grupos que os editavam, e contavam com a colaboração financeira de membros da comunidade para se manterem em funcionamento. Essa colaboração criou algo inédito no Brasil.

Moura (1989) ainda pontua que a imprensa tinha suas próprias contradições, inclusive estabelecendo um código de moral conservador para os (as) negros (as).

(...) não refletiam nas suas páginas os grandes acontecimentos nacionais. Nada sabemos pela sua leitura, da Coluna Prestes, da revolução de 1930, do movimento de 1932 em São Paulo, da revolução comunista de 1935 e de outros acontecimentos relevantes, nesse período. Há mesmo, uma certa cautela tática, pois neles também não se encontravam notícias ou comentários sobre o movimento sindical, as lutas operárias, greves e a participação dos negros nesses eventos. Também não se encontra críticas aos governos (Moura, 1989, p. 71).

Contudo, o autor (1989) também realça que esses jornais desempenhavam um papel essencial como meios organizativos para a comunidade negra, bem como se constituíram enquanto espaço ideológico e informativo independente, cuja sua consciência racial determinou sua continuidade, ainda que intermitente.

Aponta, ainda, para o papel exercido pelos dois principais jornais: “O Clarim da Alvorada”, que forneceu dados e informações importantes à comunidade negra para que ela tivesse condições de se auto identificarem na sua negritude; o jornal “A Voz da Raça”, foi o órgão da Frente Negra Brasileira (FNB), movimento que contribuiu para consciência negra não somente em São Paulo, mas em outros estados. Isso elevou o nível de identidade da população negra, fortalecendo sua consciência racial.

A Frente Negra Brasileira (FNB), mencionada anteriormente, foi fundada em 1931. Segundo Moura (1989), representou um movimento político de alcance nacional. Entre seus principais líderes estavam figuras notáveis como Francisco Lucrécio, José Correia Leite e Raul Joviano do Amaral. A FNB tinha uma estrutura organizacional elaborada, incluindo um Grande Conselho composto por 20 membros.

Moura (1989) também destaca as contradições dentro da frente. Inicialmente, a ideologia da FNB era monarquista, uma postura imposta pelo seu primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos. Essa ideologia acabou influenciando a trajetória do movimento, que assumiu uma visão direitista. Moura (1989) observa que essa

visão direitista levou muitos membros a adotarem posições simpáticas ao integralismo e ao nazismo, o que trouxe contradições ideológicas ao movimento.

Apesar dessas contradições, a FNB cresceu rapidamente, conquistando adeptos em todo o Brasil. Isso fortaleceu o movimento a ponto de ele se transformar em um partido político. Entretanto, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, marcando o início do Estado Novo, trouxe um golpe de Estado que resultou na dissolução de todos os partidos políticos, incluindo a FNB. Esse período autoritário pôs fim às atividades da frente e marcou um momento de repressão política no Brasil (Moura, 1989).

Barbosa (2018) destaca que a Frente Negra Brasileira

Foi a mais importante entidade de afrodescendentes, na primeira metade do século. No campo sócio-político, a Frente Negra funcionava perfeitamente. A entidade possuía departamento esportivo, cultural, educacional, setorial de mulheres e a secretaria de formação política com ênfase na instrução moral e cívica. Todos esses setoriais tinham a sua coordenação que era centralizada por um Grande Conselho que supervisionava todos eles. Do ponto de vista organizativo, a entidade trabalhava satisfatoriamente. Dessa forma, muitas entidades de negros que cuidavam de recreação filiaram-se à Frente Negra. Existiam diversas sociedades em São Paulo e pelo interior afora. Por isso, a Frente cresceu muito, cresceu de tal maneira que tinha delegação no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, etc. (Barbosa, 2018, p. 6).

Ainda com as controvérsias e divergências inconciliáveis com a ideologia da FNB, no que diz respeito aos interesses da população negra trabalhadora, a FNB, segundo Pereira (2010), figura entre os três principais marcos da luta do movimento negro na história do século XX no Brasil. Por isso, a menção dela neste capítulo. Acompanhado do Teatro Experimental do Negro (TEN), de Abdias Nascimento, nos anos 40, e por fim, a reorganização do movimento negro no final da década de 1970, um movimento robusto que segundo Silva (2019) tinha um caráter radical de transformação social anticapitalista.

Segundo Moura (1989), o Teatro Experimental Negro (TEN) contribuiu para dinamizar a consciência negra brasileira por meio dos ensaios e apresentação de peças, bem como através da edição da revista Quilombo, um meio de apresentar e tornar público o pensamento do TEN.

A respeito do grupo o autor informa que:

O TEN teve de experimentar grandes dificuldades, quer financeiras, quer ideológicas, suspendendo as suas atividades no palco, mas sempre procurando levantar o problema do negro. Neste sentido o TEN organizou o Instituto Nacional do Negro e ao mesmo tempo procurou imprimir às suas

atividades um conteúdo de elite cultural negra. Sob sua influência foi convocada a Conferência Nacional do Negro, em 1949. Desse encontro participaram Edilson Carneiro, Guerreiro Ramos e outros intelectuais negros e brancos (Moura, 1989, p. 75).

De acordo com autor, o TEN, após algumas atividades artísticas e sociais, foi se desarticulando. Porém, sua contribuição marcou profundamente a ideologia da negritude, sobretudo entre a classe média negra carioca.

Avançando no contexto histórico, em 1964, o Brasil foi impactado por um golpe militar. Estabeleceu-se uma ditadura cívico-militar-empresarial que perdurou até 1985. No entanto, o movimento negro não cessou suas lutas e esforços de organização. De acordo com Barbosa (2018), “mesmo com toda repressão instaurada pelo Estado ditatorial, o Movimento Social Negro Brasileiro permaneceu em busca de seus objetivos” (Barbosa, 2018, p. 7).

Vale ressaltar que a luta negra inscrita nessa sociabilidade, também é um movimento social com contradições e heterogenia. Contém diversidades e disputas de projetos políticos, convergentes e às vezes até antagônicos, sendo que estas disputas são travadas internamente no próprio movimento e externamente no conjunto da sociedade. Portanto, seria importante considerar sua heterogeneidade, tratá-los enquanto movimentos negros. Porém, neste texto, assim optamos por movimento negro, pois é a forma que dialoga com Lélia Gonzalez que afirmava que, se é movimento negro, se trata no singular (Pereira, 2010)

Barbosa (2018) ressalta que, em 1965, sob a pressão das resoluções da Conferência Internacional do Trabalho de 1958 e com o receio de possíveis levantes da comunidade negra, o governo ditatorial assinou a Convenção 111^a da OIT sobre Discriminação no Emprego e Profissão. Essa convenção considerava a discriminação racial e a incitação ao ódio racial como crimes contra a segurança do Estado, proibindo sua propagação inclusive através da imprensa, panfletos, radiodifusão ou televisão. No entanto, essa medida contraditoriamente intensificou a repressão política contra os ativistas da luta antirracista.

Os aparatos repressivos do regime ditatorial acusaram os militantes do movimento negro de fomentarem conflitos raciais e de serem propagadores do marxismo. Apesar disso, a militância conseguiu conquistar avanços significativos. Um exemplo disso foi a fundação, em 1969, do Centro de Estudos Africanos na USP, sob a liderança de Clóvis Moura, uma das figuras mais proeminentes da sociologia brasileira. Esse centro promovia palestras e pesquisas acadêmicas, em colaboração

com Florestan Fernandes, abordando a situação da população negra no Brasil (Barbosa, 2018)

Outro marco importante foi a criação do Grupo Palmares em Porto Alegre/RS, no ano de 1971. Nesse mesmo ano, em novembro, o grupo realizou a Semana de Literatura Afro-Brasileira, uma homenagem a Zumbi dos Palmares. Esse evento histórico serviu como base para a posterior instituição do Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil. (Barbosa, 2018).

Barbosa (2018), evidencia a resistência do movimento negro no período ditatorial. Ele afirma que:

De certa forma, quanto mais a ditadura militar apertava o cerco, mais o Movimento Social Negro se articulava. No ano de 1975, surgiu a Fundação da Federação das Entidades Afrobrasileiras do Estado de São Paulo – SP e o Jornal Versus Seção Afro-Latino-América (12ª à 24ª edição). No lançamento da secção do Afro-Latino-América (n. 11 Jornal Versus), a jornalista Neusa Maria Pereira escreveu contundente manifesto em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista (Barbosa, 2018, p. 8).

Neste sentido, a respeito da supracitada resistência e luta da população negra, Barbosa (2018) aponta que o ano de 1978 adquire uma importância singular, pois ele demarca os 90 anos da Abolição da Escravatura. Foi através de diversos protestos, ainda que em meio à repressiva ditadura empresarial-militar, que o Movimento Social Negro Brasileiro contemporâneo ressurgiu, tendo suas raízes entrelaçadas com a esquerda política brasileira. O autor (2018) explica que o Núcleo Negro Socialista desempenhou um papel ativo na formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, dando início a protestos nas ruas contra a ditadura, que descortinavam o mito da democracia racial e a violência policial.

No mesmo período emerge o Movimento Negro Unificado, MNU, tendo sua inauguração pública ocorrida em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo Naques e Nery (2019), o MNU foi uma das organizações mais importantes do movimento negro brasileiro. Por meio dele se aglutinavam pautas que estavam diretamente imbricadas às pautas raciais, inclusive aproximando-se com o marxismo.

Passou a denunciar o racismo como elemento solidificado na formação social brasileira. E ainda, esse movimento também se colocou como uma estrutura que passou a perceber o próprio sistema capitalista como incompatível com a luta antirracista e, portanto, não reivindicavam mais a integração, denunciavam o racismo e a exclusão de classe, ou seja, o movimento negro passa a ter uma formação político-ideológica marxista, assim, passa a haver

uma leitura sobre raça e classe (Cardoso, 2002; Pereira, 2011; Domingues, 2007 *apud* Faleiros; Nery, 2019).

Faleiros e Nery (2019) apontam que a partir do MNU, o Movimento Negro como um todo passa a reconhecer as interações com os partidos políticos como uma abordagem significativa para alcançar políticas públicas em prol da comunidade negra. Essa colaboração com os partidos políticos ocorre de maneira notória, mantendo simultaneamente o foco nos movimentos de ação direta.

Os anos de 1980 marca um momento de reconhecimento do Movimento Social Negro Brasileiro, enquanto uma vigorosa força política dentro da disputa do Estado. Processo contraditório que, ao mesmo tempo que demarca a institucionalização e organização sistemática negra no cenário Estatal, também se apresenta enquanto um processo em que houve a cooptação deste movimento. Neste contexto, uma série de ações se desenrolou, delineando uma dinâmica de forças entre o avanço e a conciliação (Barbosa, 2018).

Assim, testemunhamos a fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros - IPEAFRO-SP em 1980; a criação do Grupo União e Consciência Negra do Brasil – RJ em 1981; a realização do III Congresso de Cultura Negra das Américas na Pontifícia Universidade Católica/SP em 1982; o estabelecimento dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil - APNs – SP em 1983; ainda no mesmo ano, o I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia – RJ reuniu mulheres negras dos movimentos de favelas, do Movimento de Mulheres e do Movimento Negro, momento que aponta para o avanço das pautas e as exigências da mulher negra no cenário político (Barbosa, 2018). A exemplo do ano de “1986, no estado de Minas Gerais, a Fundação do Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais e as amarrações em todo território nacional para reunião da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte (...). Posteriormente, ocorreram várias outras articulações para esse objetivo” (Barbosa, 2018, p. 8).

No final da ditadura, na primeira metade dos anos 1980, as ações empreendidas que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 foram umas das conquistas mais notáveis do movimento negro brasileiro (Barbosa, 2018). No seu Artigo 68, presente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Constituição reconheceu a propriedade definitiva das terras aos remanescentes de quilombos que estivessem ocupando suas áreas. Além disso, a Lei Caó, nº 7716/19 foi promulgada, tipificando o crime de racismo e modificando a Lei

Afonso Arinos, que anteriormente tratava essa infração como uma contravenção penal. Outra conquista significativa foi a garantia do direito de voto para os analfabetos.

E ainda tivemos a promulgação das seguintes leis, que para Barbosa (2018), representaram conquistas do movimento negro:

Por força da luta incansável do Movimento Social Negro Brasileiro, ainda assistimos as implementações das Leis 10639 (2003); Estatuto da Igualdade Racial (2010); Cotas Raciais nas Universidades (2012); Cotas Raciais no Serviço Público (2014), que passaram a serem consideradas ações afirmativas públicas positivas dentro do Estado brasileiro (Barbosa, 2018, p. 12).

Embora compartilhemos da visão de Barbosa (2018), reconhecemos a importância de considerar todos os processos abordados neste subcapítulo como intrinsecamente contraditórios. Isso se dá em virtude das dinâmicas que se desenrolam nesta sociedade marcada por contradições essenciais e fundamentalmente antagônicas. Nesse contexto, não se limita apenas a uma série de conquistas cunhadas pelos sujeitos (as) políticos (as), tampouco se restringe unicamente a concessões dadas pelo Estado/capital. Trata-se de um processo dual, onde cada avanço civilizatório dentro da sociedade capitalista é tanto fruto de concessões quanto de conquistas, conforme destaca Behring (1998). Concordamos com Barbosa (2018) e entendemos que “dentro do Estado conciliatório capitalista, (...) embora buscassem tentativas de promover a igualdade racial, esgotaram-se nos próprios limites das concessões que a democracia capitalista elitista branca” (Barbosa, 2018, p. 13).

Nesse contexto, Silva (2019) observa que tal conciliação serviu para dismantelar a unidade da classe trabalhadora em seu aspecto mais amplo, ao passo que alimentava a ilusão de que seria viável tornar o sistema capitalista mais humano por meio de poucas reformas. No entanto, o autor ressalta que a criminalização do racismo em nível individual, ainda que necessário, não impede a persistência do racismo estrutural. É crucial notar que ele se perpetua e subsiste através do próprio sistema capitalista. Nesse sentido, reformas não impedem que pessoas negras continuem a ocupar as piores posições no mercado de trabalho, enfrentarem desproporcionais desafios de saúde mental e física, sejam submetidas ao encarceramento em massa. E ainda não blindam a população negra da vivência do

genocídio como uma realidade perpetrada pelo Estado, que age enquanto representante do capital. Para o autor,

A crise estrutural do capital e a crise da própria democracia burguesa têm demonstrado cada vez mais a impossibilidade de reformas do Estado que beneficiem os trabalhadores e as populações oprimidas, pois ainda que o racismo tenha sido criminalizado, a população negra continua sendo controlada nas grotas e favelas etc. através da violência racista do próprio Estado e de forças paramilitares (Silva, 2019, p. 31).

Nesse ponto, o autor evidencia, através de dados concretos, as razões pelas quais o capitalismo exerce uma crueldade particular em relação à classe trabalhadora negra.

Em 2017, houve 65.602 homicídios, cerca de 179,7 homicídios por dia, uma média de 7,48 assassinatos por hora. O Brasil chegou mais uma vez ao maior nível histórico de assassinatos e toda essa violência tem um recorte que evidencia o racismo. Cerca de 75,5% das vítimas são negras. A taxa de homicídio para cada 100 mil pessoas negras foi de 43,1 enquanto a do restante da população foi de 16,0 apresentando um crescimento nos últimos 10 anos de 33,1% para a população negra e 3,3% para os demais grupos identitários. Houve uma redução de 0,3% na taxa de homicídio contra populações não negras, em 2017, enquanto que em relação à população negra ela cresceu 7,2%. A crise nos presídios contribuiu para esse crescimento, indicando uma relação ainda mais profunda entre encarceramento e assassinato como estratégias racistas. O Rio Grande do Norte chegou à taxa de 87,0 homicídios para cada 100 mil negros e Alagoas tem o maior nível de desigualdade nos homicídios, para cada um não negro assassinado 18,3 negros têm suas vidas encerradas. O Estado brasileiro é o terceiro na lista dos que mais prendem pessoas no mundo, são cerca de 300 presos para cada 100 mil habitantes e 67% destes são jovens e negros. Os números sugerem que a desproporção na taxa de homicídios e encarceramento está relacionada com a nova face do racismo brasileiro: a prisão e o assassinato como modelo de controle social dos trabalhadores negros e pobres (Silva, 2019, p.31).

Em resumo, os pontos discutidos evidenciam algumas realidades inquestionáveis. A população negra integra a classe trabalhadora de maneira incontestável, essa população desempenha e desempenhou ao longo da história um papel ativo na luta e na resistência da classe trabalhadora que é diversificada e multifacetada, sobretudo no Brasil. Contudo, é crucial observar que, como em qualquer processo societário, as lutas sociais e os movimentos sociais são permeados pela contradição e o movimento negro não foge (e nem poderia) fugir desta máxima. É imperativo reconhecer esse fato para evitar formas de idealismo ou de fatalismo que desconsideram que o movimento negro, como qualquer movimento social, pode ser conservador, reformista ou revolucionário (Viana, 2016). Mas ainda assim, mesmo nesse contexto

contraditório, os processos descritos neste item se encaixam na definição de movimento social, conforme apontado por Viana (2016):

Os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais que geram mobilizações geradas por uma insatisfação social com determinada situação social específica que também constituem senso de pertencimento e objetivos, o que pressupõe certo desenvolvimento da consciência e formas organizacionais (Viana, 2016 apud Viana, p. 4, 2016).

Portanto, as lutas empreendidas pela população negra estão inseridas na complexa e dialética história da luta de classes no país, seja pelos embates travados na abolição e no pós-abolição da escravização, seja devido a sua exploração na fase da acumulação primitiva que levou à formação do capitalismo dependente no Brasil, ou a persistência desta exploração ao longo do tempo, envolvendo perpetuação e reprodução.

1.7. Acumulação Originária, lei geral da acumulação e questão social: o que elas podem nos trazer de contribuições para entendermos as relações raciais?

Segundo Marx (2013), a industrialização, enquanto processo econômico e social, dá origem a uma nova ordem societária que em sua essência é desigual e contraditória, uma vez que a produção de riquezas construídas socialmente é apropriada de forma individual, produzindo miséria e que dialeticamente gera as condições objetivas para sua própria superação.

Nesta direção, é importante enunciar que, segundo Marx (2013), a lei geral da acumulação se vincula ao destino da classe trabalhadora, ao passo que esta lei – tendencial – se relaciona com a riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e acumulada privadamente pela burguesia. É necessário pontuar que a lei geral da acumulação exposta por Marx, possui intrínseca relação com o que o convencionou denominar como questão social (a produção ampliada do pauperismo absoluto e relativo).

Para explicar a Lei geral da acumulação capitalista, Marx (2013) regata, de forma um tanto irônica, os autores da economia clássica burguesa e realiza contrapontos a estas análises. O autor (2013) apresenta o que ele chama de composição orgânica do capital, que possui um duplo sentido: composição do valor e composição da matéria. A primeira diz respeito à demanda crescente de força de trabalho para acumulação capitalista que, sob o aspecto do valor, se divide em capital

constante (investimento do capitalista em meios de produção) e capital variável (investimento em força de trabalho). E a matéria que se refere à composição técnica do capital que, para Marx, se divide em meios de produção e força de trabalho viva, sendo que há uma estreita relação entre ambas. Marx aponta que a

composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a composição do capital total desse ramo da produção. Por fim, a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país (Marx, 2013, p. 836).

Portanto, a composição orgânica do capital é para Marx (2013) o resultado da relação entre estas duas dimensões: capital constante e capital variável. Nesta relação a burguesia destina, relativamente, mais recursos ao capital constante (destinado ao incremento dos meios de produção) e menos para o capital variável (o que se refere ao pagamento da força de trabalho). Segundo o autor (2013), essa equação resulta em 3 tendências: as crises capitalistas que serão estruturais neste modo de produção; a proletarização da força de trabalho, enquanto classes antagônicas; e a massa de trabalhadores que não são absorvidos pelo emprego formal, que o autor denomina de exército industrial de reserva (na sua heterogênea formação, pensada a partir das condições do capitalismo inglês da segunda metade do século XIX).

Segundo Conceição (2014), o exército industrial de reserva consiste no contingente de trabalhadores que não foram absorvidos pelo trabalho formal, mesmo estando aptos ao trabalho, mantendo-se ora empregados, ora desempregados. O excedente de trabalhadores (as) acirra a competitividade entre eles (as), já que não existe trabalho para todos (as), tendendo a rebaixar seus salários, condição que impede muitas vezes os (as) trabalhadores (as) de se organizarem enquanto classe (Iamamoto, 2011, apud Conceição, 2014). Para a autora (2014), a valorização do capital e a exploração que resulta em mais-valia (trabalho realizado e não pago), acontecem na mesma medida que se desvalorizam os salários da classe trabalhadora. Citando Marx, a autora relata que a:

acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, [...] que

ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (Marx, 2001, p.733 *apud* Conceição, p. 18, 2014).

Marx ainda expõe a razão da existência desta superpopulação a partir do funcionamento do capital:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2013, p. 858).

A acumulação primitiva é o ponto inicial do sistema de metabolismo social do capital. Segundo Silva (2012), é com a escravatura que o capital, intrinsecamente articulado ao mercantilismo e à acumulação originária, cria as condições materiais para a base econômica necessária para o surgimento da sociedade burguesa brasileira tardia, com traços coloniais insuprimíveis. Ele explica que, dessa acumulação primitiva, situa-se o ponto de partida do sistema de metabolismo social do capital. É a partir das relações de produção gestadas neste período, que se formam as bases para a reprodução do capital. Silva explica que a partir da escravatura,

se inicia com um cenário adverso: de um lado, a crise do feudalismo e, do outro, o desenvolvimento do capital mercantil. Sob novas bases justificadoras, o trabalho escravo, junto ao tráfico de cativos, seria uma das alavancas da acumulação primitiva, gênese do sistema socio metabólico do capital (Silva, 2019, p. 14).

Octavio Ianni (1978) destaca que ao mesmo passo que surgia o trabalho livre na Europa, criava-se o trabalho compulsório nas colônias, a exemplo do Brasil. Enquanto na Europa se constituía o trabalho “livre” por conta da manufatura e do surgimento da indústria, nas colônias eram criados e expandidos os trabalhos compulsórios. Contradição que fazia parte de um processo mais amplo: o processo do capital comercial. Na medida em que se alargavam as bases do capitalismo comercial com a colonização de terras e povos, instauravam nestes lugares engenhos, fazendas, plantações etc. A Europa tinha base para que ocorresse, principalmente na Inglaterra, como expressão da acumulação originária, a gradativa consolidação do capitalismo industrial amplamente hegemônico no século XIX como ordem mundial. Ao mesmo tempo em que a assim chamada acumulação primitiva

permitiu à Europa, sobretudo à Inglaterra, as condições materiais e históricas para a formação do capital industrial, este processo produzia nas colônias a escravidão.

Na mesma direção de Ianni, Menezes (201) discorre:

o pleno desenvolvimento das forças produtivas na Grã-Bretanha resultou na instalação e aprofundamento das formas primitivas de exploração da mão de obra (escravização de africanos) na periferia do mundo naquela época (incluindo o Brasil). Ou seja, a busca pelo progresso britânico e a consequente necessidade de desenvolvimento de suas forças produtivas subsidiaram e foram credoras de um modo de produção no Brasil, voltado a exportação de matérias-primas, cuja força de trabalho foi submetida a penas perpétuas e também hereditárias em regime de escravidão. Existia, portanto, uma relação de reciprocidade e complementaridade entre o desenvolvimento da metrópole e o atraso da colônia, entre a representação do progresso que parasita o arcaico, numa relação de tipo “orgânica” e de simbiose (Menezes, 2010, p. 23).

Durans (2014), concordando, diz que o processo de escravização da população negra fez parte da dinâmica colonial que culminou na acumulação capitalista e no desenvolvimento do capitalismo Industrial europeu. Para Marx (2013), a assim chamada acumulação primitiva se relacionou com um processo que não foi idílico; pelo contrário, ele foi realizado à base de muita violência e extorsão. O autor informa que a acumulação primitiva, como próprio nome diz, se relaciona a um longo e complexo processo de acumulação prévia, ainda que se deva destacar a sua presença até os dias atuais como acumulação originária para novos processos de acumulação (Fontes, 2020).

Para o autor (Marx, 2013), o processo histórico de acumulação se apresentou para os destituídos de forma brutal, amparados na expropriação de terras dos trabalhadores rurais e de em um aparato legal que obrigava e punia duramente quem não se submetesse ao trabalho nos moldes capitalistas. O capital teve condições históricas e materiais para afastar o trabalhador dos meios de produção, ou seja, dos seus meios de subsistência, empurrando o trabalhador ao trabalho assalariado. Marx ainda faz uma analogia com o pecado original bíblico, que resultou na implicação de homens e mulheres precisarem viver com seu suor, e a questão chave que Marx observa é: diferente do pecado original, no pré-capitalismo nem todos precisavam viver desta forma, já que eles viviam e vivem, ainda hoje, no capitalismo, à base do suor de outrem.

E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2013, p. 960).

Silva (2019), amparado em Marx, descreve a acumulação primitiva como:

um processo de transição por meio do qual a violência converteu-se em potência econômica, parteira de uma nova forma histórica. Esse novo modo de produção reuniu capital e força de trabalho livre pela violência do Estado Absolutista. Além disso, foram criadas leis e produzidos argumentos políticos, ideológicos e científicos que naturalizaram a desigualdade como uma categoria inerente ao ser social. A essência do indivíduo burguês (egoísta e competitiva) foi universalizada e sacralizada como a essência humana. Marx, portanto, percebeu que o resultado da acumulação primitiva foi o roubo e a violência, que criaram as condições para a reunião de uma massa de capitais e de força de trabalho livre. Assim nasceu o capital, uma relação social avassaladora e com limites estruturais cada vez mais explícitos, produzido por meio da exploração da mais-valia do proletariado, processo pelo qual fica evidenciado sua forma contraditória e destrutiva (Silva, 2019, p. 15).

Neste caso, o suor que se coloca no processo da assim chamada acumulação primitiva, significa trabalho não pago realizado para concentração. Destaca-se, nesta pesquisa, o trabalho extenuante realizado por trabalhadores (as) negros (as) escravizados (as), enquanto fundamento desta forma de acumulação que subsidiou o modo de produção capitalista na sua gênese. Nas palavras de Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 2013, p. 998).

Segundo Oliveira,

A acumulação de riquezas que permitiu que estas se constituíssem em capital foi obtida via a superexploração da mão de obra escrava e também via relações de caráter mercantil com as potências econômicas mundiais, na época, a Inglaterra. Percebe-se então que a associação dependente e a superexploração foram fatores fundamentais para o tipo de acumulação primitiva de riquezas que possibilitou a edificação do capitalismo no Brasil (Oliveira, 2000, p.10).

Em acordo Silva (2019), o produto gerado pelo trabalho de escravizados (as) colônias, se mostrou como um dos principais impulsionadores econômicos que fortaleceu a consolidação do capital monetário, evoluindo para o capital industrial. Isso gerou a necessidade de expansão dos mercados e as demandas resultantes aceleraram o processo de desenvolvimento desse sistema. No entanto, essa força econômica também se construiu a partir de uma calamidade humana, de genocídio contra diversas etnias das Américas, africanas e trabalhadores de todo o mundo. De acordo com o autor, o sistema colonial, atuando como um propulsor inicial do processo de acumulação, desempenhou um papel fundamental na dinâmica de reprodução do

capital comercial e usurário que culminou no desenvolvimento do capital monetário. A colonização das Américas e das Antilhas estava intrinsecamente ligada ao processo de reprodução do capitalismo comercial. A violência que teve início na Europa foi ampliada nos territórios americanos, nas Antilhas e na África.

O epicentro do comércio de escravizados (as) no continente Africano estava situado no golfo da Guiné e abrangendo os reinos do Benim, Congo e Angola. A expansão desse mercado de escravos demandou o estabelecimento de uma verdadeira indústria marítimo-comercial, base do sistema atlântico. A geração de riqueza por meio do trabalho da pessoa escravizada compensava os investimentos e impulsionava a constante expansão desse mercado. Como resultado, os Estados absolutistas europeus invadiram o continente africano, implementaram uma colonização intensiva e se envolveram no sequestro de homens e mulheres para transportá-los (as) para além-mar (Silva, 2019).

Salienta-se que é este processo que possibilita à burguesia a sua reprodução ampliada, garantindo a sua acumulação em maior ou menor quantidade dependendo das condições históricas postas. Estas tendências são as fagulhas da tensão entre o capital e o trabalho, que aqui entendemos como base fundante da questão social.

Marx (2013) caracteriza esse movimento como aquele que gera o pauperismo no processo de acumulação do capital, como relação social de expropriação continuada. Portanto, a questão social, assim caracterizada pelo parlamento inglês na segunda metade do século XIX, é explicada pelo autor de “O Capital” no processo histórico de constituição do capitalismo e do capital, como relação social, processo este por ele denominado “a assim chamada acumulação primitiva” e a “lei geral de acumulação capitalista” (Marx, 2013). Sobre a acumulação do capital na atualidade, destaca Conceição:

Um intenso processo de incorporação de capital constante, que corresponde a inovações tecnológicas, configuradas na lógica de acumulação para a valorização do capital e ampliação de mais-valia (Santos *apud* Conceição, 2014, p. 19).

É importante destacar que se convencionou em denominar a questão social o conjunto sociopolítico destes desdobramentos de generalização da pobreza, uma vez que a classe desapropriada não aceitou sua condição de usurpados e reagiu de diversas formas, configurando-se como ameaça à ordem burguesa (Netto, 1992). Sustentamos a ideia que define a questão social como um processo contraditório cuja

riqueza é, ao mesmo tempo, socialmente produzida e privadamente apropriada, que se expressa em acontecimentos sociais, econômicos e políticos sustentados em uma profunda desigualdade social com níveis diversos de opressão. Isso conspira contra os interesses da hegemonia burguesa, reafirma as contradições sociais, a luta de classes e a constituição diversa da classe trabalhadora que possui cor, etnia, gênero e sexualidade, pois a história mostra que os (as) explorados (as) sempre resistiram às situações de exploração e opressão a que são submetidos.

Portanto, a questão social sustenta-se na desigualdade econômica e nas múltiplas desigualdades aí ancoradas na sociedade capitalista (com particularidades nos países periféricos). Ao mesmo tempo, é constituída por rebeldia, pois envolve indivíduos que vivenciam as disparidades sociais e que a ela resistem e se opõem (Iamamoto, 2001). A mesma autora (2001) define questão social como:

Expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (Iamamoto, 2001, p. 40).

Assim sendo, após esta breve apresentação dos processos sócio-históricos que formam a base do capitalismo, do racismo estrutural no Brasil e como este último compõe a questão social, aprofundaremos, a seguir, o debate sobre a formação em Serviço Social a partir das considerações expostas até aqui.

PARTE 2 QUESTÃO RACIAL E A IMPORTÂNCIA DA AGENDA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA A DEFESA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

*"Eu canto a vida,
eu canto a liberdade,
como os lírios crescem em nossos campos,
livres, selvagens.
Se já não crescem como antes,
existe algo sombrio,
é preciso abrir uma clareira no bosque.
Não me limitarei ao campo da arte...
e não escolherei momento, tempo e modo,
de exaltar-te,
lírio, flor, canção, fruto,
amor — a liberdade.
Não calarei jamais
e sempre te direi a mais bela, a mais pura.
Se já não crescem como antes os lírios
em nossos campos,
existe algo sombrio,
é preciso abrir uma clareira no bosque".*

Carlos Mariguella

À primeira vista, temas como o racismo estrutural, a questão social, a institucionalização do Serviço Social, a renovação da profissão no Brasil, o projeto ético-político profissional e seus elementos, como as diretrizes da AbepssABEPSS e a formação profissional, podem aparentar a alguns observadores desavisados como discussões e processos histórico-sociais desconexos que não têm relação entre si. No entanto, este trabalho nos convida a uma outra análise. Reconhecemos que estas temáticas são intrínsecas aos movimentos sócio-históricos que se relacionam com processos que dialogam com a universalidade.

Pedagogicamente, ainda que não são temáticas descoladas, compreendemos a importância de apresentar esses conteúdos de maneira sequencial. Isso se deve ao fato de que não é viável abordar a questão racial e a formação em Serviço Social, sem primeiro discutir o conceito de racismo estrutural (que fizemos na primeira parte deste trabalho) e explorar a história do próprio Serviço Social. Essa abordagem sequencial, adotada unicamente por motivos didáticos, permite uma compreensão mais aprofundada da formação profissional atualmente defendida pela categoria. Ademais, contribui para entender e pautar a discussão do racismo como parte integrante desta formação.

Para tal, nesta segunda parte do trabalho, discutiremos a institucionalização do Serviço Social no Brasil; o movimento de reconceituação e renovação da profissão;

o projeto ético-político profissional e as diretrizes da ABEPSS. A partir disso, teremos condições de discutir a questão racial e a formação profissional, bem como debater se a formação precisa incorporar a discussão da questão racial enquanto um fundamento da questão social em sua formação. Nesse momento, utilizaremos os depoimentos das (os) entrevistadas (os)

2.1 “Serviço Social fazendo as pazes com a história”¹⁸ : A construção e a reconstrução da profissão

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (Iamamoto, 2001), e por tanto não devemos compreender seu desenvolvimento de forma endógena, apartada da história da sociedade. Neste sentido, o surgimento do Serviço Social como profissão está relacionando aos movimentos do capital na sua era monopolista, sobretudo da Europa no final do século XIX (Silva, 2013). Silva, baseado em Netto (1992) e Bottomore (1993), descreve a era monopolista de seguinte forma:

De maneira geral, a era de monopólios (a fase em que o imperialismo se radicaliza e se intensifica) se refere a um período em que a acumulação capitalista baseia-se no controle de mercados (monopólios), através de acordos ou fusões de empresas (pool, cartel e truste). Esta lógica se apoia, ao mesmo tempo, no sistema de crédito financeiro. O desenvolvimento desse modelo permite uma maior integração entre os capitais industrial e bancário, bem como favorece a exportação de capital-dinheiro e de capital produtivo entre nações capitalistas (Netto, 1992, p. 16; Bottomore, 1993, p. 187) (Silva, 2013, 49-50).

Silva (2013) destaca que na era do capitalismo monopolístico, um ator, que já estava presente, assume um papel central no estímulo à economia capitalista e na administração eficiente e enxuta, reatualizando as táticas no que diz respeito ao enfrentamento do pauperismo (questão social): o estado. E alinhado a este processo, em relação ao Serviço Social, não devemos descartar as mudanças que ocorreram da Igreja Católica. Nesse processo de atualização católica, sua renovação, as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) desempenharam um papel significativo. Essas encíclicas buscaram reavaliar as estratégias do catolicismo e reposicionar a Igreja em uma sociedade em constante transformação (Silva, 2013). Desta, Silva:

18 Fala de uma das entrevistadas: Maria H. Elpídio.

Nesse contexto, considerando-se mais diretamente a gênese do Serviço Social, vale destacar dois atores importantes em tela: o Estado burguês e suas alterações desencadeadas no último quarto do século XX, bem como as movimentações no âmbito da Igreja Católica. Ambos, desnecessário dizer, fortemente atrelados à sociabilidade burguesa, à sua reorganização e ao imenso avanço da ciência a serviço dessa ordem societária, ainda que respondam — de alguma forma e de fato — às demandas impostas pelos levantes operários de 1848 e 1871 (e esse dado é relevante) (Silva, 2013, p. 52).

Em concordância, Iamamoto (2006 e 2001) afirma que a profissão se originou com o apoio do Estado, no momento histórico em que ele expande sua atuação na gestão e resolução dos conflitos de classes, sendo este o período que se estabelecem as bases históricas para a gênese e o desenvolvimento da profissão. Esse avanço ocorre à medida em que o Estado não se limita a utilizar apenas a coerção, mas procura construir um consenso na sociedade ao lidar com os antagonismos contidos na sociabilidade do capital. O governo liderado por Getúlio Vargas a partir de 1930, e o projeto urbano-industrial aí contido, é a expressão política deste pacto social que se sustentou na política de conciliação de classes.

Em resumo, Iamamoto (2006) e Silva (2013) concordam que o processo de institucionalização do Serviço Social enquanto profissão está relacionado ao gradual estabelecimento de um espaço sócio-ocupacional com demandas objetivas a esta profissão, que são inerentes a natureza do sistema capitalista. Nesse sentido, o Serviço Social não surge como uma mera evolução das estratégias de assistência presentes nas ações sociais da Igreja (Netto, 1992). Pelo contrário, trata-se de uma profissão que teve sua origem na era do capitalismo de monopólios, intimamente ligada ao padrão fordista de organização e racionalização da produção. Sendo que no contexto brasileiro, latino, centro-americano e caribenho, essa profissão se desenvolveu de maneira tardia em relação aos países de capitalismo centrais (Silva, 2013).

Iamamoto (2001) afirma que a profissão tem uma relação intrínseca com a questão social, mas nem sempre esta relação tinha a preocupação em ser uma abordagem crítica. Silva (2013), por sua vez, demonstra que a conexão da profissão com a questão social na gênese do Serviço Social demarca uma visão conservadora. Destaca que:

O pensamento católico da época via a “questão social” como um conjunto de males sociais generalizados em tempos de sociedade moderna (industrializada), sendo que o pauperismo é um desvio propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, como decorrência do processo de

industrialização desenfreado que faz com que os operários recorram à equivocada luta de classes materializada, sobretudo, por meio das greves. (...) O problema encontra-se em um tipo de pauperismo, entendido como a generalização desenfreada da pobreza individual causada por uma "inversão de valores". A ruptura entre a pobreza e o pauperismo aqui operada é, no mínimo, curiosa. A artimanha doutrinário-abstrata impede a explicação concreta das causas do crescente empobrecimento da população (...), estabelece as bases para uma doutrina que mantém intacta a propriedade privada, bem como condena moralmente as excessivas orgias individualistas dos capitalistas pessoalmente desconvertidos (Silva, 2013, p. 76-77).

Nesse contexto, é importante observar que, conforme citamos, o Serviço Social em sua fase inicial baseou suas práticas profissionais nos princípios estabelecidos na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Essa abordagem era nitidamente contraposta ao comunismo e representava a defesa do capitalismo, mesmo que com reformas morais. O trabalho do Serviço Social desse período era fundamentado na caridade, com influências do pensamento neotomista (Silva, 2013), adotando uma abordagem conservadora-reacionária em relação à questão social. No entanto, essa abordagem não estava desconectada da realidade, mas intrinsecamente ligada à necessidade do sistema capitalista de se consolidar como modelo econômico.

Cabe destacar que o Serviço Social não tinha apenas o neotomismo como fundamento, mas também se inspirava em traços do positivismo de Augusto Comte e Émile Durkheim, havendo certo ecletismo entre o neotomismo e aspectos do positivismo-funcionalismo relacionados à integração social, adaptação, equilíbrio, papéis e funções sociais. Este último ajustado à Doutrina Social da Igreja, que buscava se posicionar no contexto da luta de classes (ainda que negassem esse aspecto), em defesa dos "valores humanos" e da "pessoa humana". No entanto, o resultado desse ecletismo teórico é uma especulação, que reproduz esquemas simplificados e rudimentares (Silva, 2013).

Nesse contexto, a questão social era percebida pelo Serviço Social e suas profissionais de forma fragmentada-especializada, que se desdobrava em várias "questões sociais", tratadas por políticas setoriais. Isso refletia na busca pela integração social e a tentativa de resolver as chamadas "disfuncionalidades" por meio da fragmentação das demandas, que eram tratadas de forma isolada. Nessa perspectiva, a ordem burguesa e sua sociabilidade são naturalizadas, e o social é reduzido a problemas e disfunções que são tratados como questões patológicas, cujos sucessos ou fracassos são atribuídos à esfera individual (Chaves; Oliveira, 2017).

Sobre a gênese do Serviço Social brasileiro, Silva (2013) argumenta que limitar a compreensão da sua origem apenas ao contexto do capitalismo monopolista não é

suficiente, embora seja um aspecto crucial. No Brasil, existem outros elementos relevantes que merecem destaque. Em consonância, Paula (2016) aponta que foi com o adensamento do capitalismo tardio no Brasil, em meados dos anos de 1930, que o Serviço Social é chamado a intervir na questão social, observando a complexificação da mesma:

A complexidade das expressões da “questão social” no país se constitui na relação de exploração entre burguesia e trabalhador assalariado, mas só podem ser compreendidas como resultado de um processo anterior. A escravidão, a produção mercantil colonial, a imigração de trabalhadores europeus, a relação de dependência do capitalismo estrangeiro que intervém direta ou indiretamente na formação econômica e social são fundamentais para essa análise. Pode-se dizer que com a propriedade privada dos meios de produção e o excedente de força de trabalho resultante do fim da escravidão e a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, no século XIX, têm-se uma grande massa de desempregados pauperizados no espaço rural e urbano (Paula, 2016, p. 3).

Sobre as protoformas do Serviço Social no Brasil, é relevante citar que o CEAS (Estudos e Ação Social), nasceu em 1932 com foco na formação técnica especializada, que dá origem à primeira Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936. Inicialmente, essa escola estava ligada à Ação Social da doutrina social da Igreja Católica e fazia parte dos mesmos conjuntos de rearranjos supracitados da Igreja para retomar sua hegemonia em território brasileiro, após sua desvinculação formal do Estado. Aqui se destacaram importantes movimentos como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1937, a segunda Escola de Serviço Social foi estabelecida na PUC do Rio de Janeiro, seguida, em 1940, pela terceira no Recife (Chaves; Oliveira, 2017).

Guardadas as devidas proporções e particularidades sócio-históricas brasileiras, os primeiros anos do Serviço Social no Brasil guardam semelhanças com o Serviço Social europeu, particularmente de tradição franco-belga. Na década seguinte, não escapa do movimento global a profissão, sofrendo influência dos Estados Unidos, tendo em vista o movimento expansionista imperialista deste país. Como já é de conhecimento, foi por meio da influência do imperialismo norte-americano como forma de conter o avanço do comunismo na América Latina, que se instaurou a ditadura cívico-militar-empresarial ou, como denomina autores como José Paulo Netto (1991), período de autocracia burguesa. Lenin (2008) situa o imperialismo da seguinte forma:

[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. [...] O monopólio é produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. É formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes. [...] Os monopólios vieram intensificar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. [...] O monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. [...] O monopólio nasceu da política colonial. [...] (Lenin, 2008, p. 125-126).

Segundo o autor (Silva, 2013) se não houvesse um golpe militar, é possível que o país entrasse em um período pré-revolucionário, significando reformas profundas que poderiam colocar em xeque o sistema capitalista e, em particular, o modelo de acumulação imperialista que estava em vigor naquela época. A questão em jogo não se limitava simplesmente a uma luta entre o capitalismo e o socialismo, mas sim a uma disputa entre dois caminhos de desenvolvimento: um baseado na associação e na dependência, que era característico da era de monopólios e do imperialismo em sua forma mais extrema; outro centrado em reformas democráticas e nacionais intensas, que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio. Esse segundo caminho poderia se transformar, eventualmente, em um processo de revolução social, caso fosse radicalizado.

Ainda como autor (Silva, 2013), a autocracia burguesa, explicitamente instaurada, no Brasil, a partir de 1964,

A autocracia burguesa no Brasil sustentou-se em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação. Esse cenário materializou um pacto contrarrevolucionário que aprofundou a acumulação do capital e reafirmou a tendência monopolista e imperialista guardiã de um desenvolvimento dependente e associado ao capital internacional e seus interesses, articulando os monopólios imperialistas e as oligarquias financeiras nacionais responsáveis pela modernização conservadora. Tratava-se de uma “paz armada” capaz de, em nome da defesa intransigente da ordem monopolista, controlar um amplo leque de oposições que iam de tendências burguesas mais democráticas ao radicalismo das massas populares e do proletariado. O Estado nacional deveria, então, reprimir todos aqueles segmentos (inclusive burgueses) que se opusessem — pacífica ou violentamente — à ditadura necessária à imposição da ordem monopolista, sobretudo os setores revolucionários que representavam os focos de maior agitação política e subversiva à ordem (a guerra permanente entre as classes). A função central do Estado é, aqui, repressiva e totalitária (e não consensual ou de articulação), devendo a ordem prevalecer e ser respeitada (Silva, 2013, p. 87).

Assim, como nos demais países capitalistas, o Serviço Social no Brasil via a questão social como um problema isolado, acreditando que a solução seria individual. Em acordo, Chaves e Oliveira (2017), a profissão enxergava a pessoa em situação de pobreza como alguém frágil, desajustado e necessitando de ajuda especializada. A intervenção social, a partir do final dos anos 1950, formalmente registrado nos documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), era conduzida através de metodologias de caso, grupo e comunidade, sem qualquer tipo de análise estrutural, culminando, por isso, em uma compreensão limitada da questão social (Chaves; Oliveira, 2017).

No entanto, contraditoriamente, ao mesmo tempo que se tem o período autocrático militar e imperialista, altamente funcional à ordem do capital e à dependência latino-americana, também se gestam na sociedade processos para sua superação, pelo menos no que se refere a ditadura. E, por ser assim, o Serviço Social também acompanha estas mudanças na sociedade brasileira e latino-americana, com impactos altamente positivos para a renovação crítica da profissão no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970 (Silva, 2013).

Estas mudanças, como mencionado, vieram alinhadas ao avanço da sociedade do capital monopolista, caracterizada pela modernização conservadora nas décadas de 1950, 1960 e 1970, momento que se gestam as possibilidades para solapar este Serviço Social tradicional. A segunda metade dos anos 1960 e primeira dos anos 1970, as condições históricas propiciaram o surgimento do processo de renovação do Serviço Social na América Latina, ainda que diversamente pelos países da região¹⁹. Esse processo conseguiu redimensionar o foco da profissão em questões cruciais. Entre elas, a discussão sobre a metodologia utilizada na intervenção profissional e a retomada das bases teóricas, embora essa última não tenha sido o foco central dessas discussões. No entanto, mesmo não sendo a preocupação principal, a retomada das bases teóricas representou um avanço significativo para a categoria naquela época (Silva, 2013).

19 É importante não homogeneizar o movimento de reconceituação latino-americano. Centrado tipicamente nessa região, particularmente na América do Sul, objetivou-se a partir das condições reais gestadas nos países envolvidos nesse processo. No Brasil expressou-se, inicialmente, como renovação conservadora radicalizando-se na experiência da Escola de Belo Horizonte no início dos anos 1970 (Batistoni, 2017). Por outro lado, modernizou-se e ou avançou mais intensamente no campo progressista, de forma muito diversa, em países como Uruguai, Argentina e Chile. Isto, obviamente, relacionado à autocracia burguesa e suas ditaduras definitivamente impostas em diferentes temporalidades nessas localidades: Uruguai e Chile, em 1973 e na Argentina 1976, por exemplo.

Conforme observamos, este movimento não parte somente de uma vontade iluminada do Serviço Social, mas sim, de requisições impostas à profissão. As tensões que surgiram no início da década de 1960, em decorrência do modo de produção capitalista desenvolvimentista da época, agravaram as desigualdades na sociedade brasileira. Isso colocou desafios substanciais para a profissão. Esse período aprofundou e transformou a assim chamada "questão social", provocando uma crise no modelo de atuação profissional que, até então, estava ideologicamente fundamentado na doutrina católica em processo contínuo de modernização. Essas tensões obrigaram o Serviço Social a revisitar suas bases tradicionais a fim de atender as demandas geradas por estas tensões, advindas dos três atores do processo: mercado, estado e classe trabalhadora. A profissão percebeu que não poderia mais fornecer respostas para o enfrentamento da questão social apenas com base nos arranjos teórico-doutrinários existentes. Portanto, houve a necessidade de um repensar profundo e uma busca por novos referenciais teóricos e metodológicos para enfrentar a questão social (Silva, 2013). Trata-se, portanto, de pensar a profissão na história, e não a história da profissão (Iamamoto, 2021), elemento essencial para pensar concretamente o significado do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano (Netto, 1991)

Silva (2019) ressalta que o movimento de reconceituação do Serviço Social teve origem na América Latina, sendo influenciado pelas condições gerais compartilhadas por esses países. Isso inclui a subordinação dos países do sul global aos países de economias centrais, bem como a intervenção e influência do imperialismo nesses territórios, além das ditaduras implantadas para favorecer a acumulação de capital tanto a nível nacional quanto internacional. Essas condições impostas aos países latino-americanos resultaram na formulação de teorias que, mesmo em meio a disputas teóricas, ideológicas e políticas, contribuíram para revelar a subordinação dessas nações, estimulando um certo grau de questionamento e crítica. É importante destacar que o movimento de reconceituação também foi moldado pelas condições específicas de cada país envolvido, sendo que o grau de criticidade desse movimento variou de acordo com o contexto histórico de cada nação. Como há pouco sumariado na nota de rodapé número 18, no Brasil o movimento de reconceituação expressou-se inicialmente como renovação do Serviço Social, ainda que reflexões recentes indaguem sobre o verdadeiro significado histórico-político dos documentos de Araxá e Teresópolis. É consenso, porém, que

O processo de reconceituação latino-americano, com todos os seus limites, deixou um legado ímpar para essa profissão nesta parte do globo. Em que pese certo descompasso entre a radicalidade político-militante do movimento em seus segmentos mais progressistas e seu aprofundamento teórico-metodológico em relação às fontes originais situadas no campo mais progressista do conhecimento (Silva, 2019, p. 110).

Neste sentido, podemos afirmar que a reconceituação foi um movimento “sincrético e multifacetado (...) que, no seu interior, manifestou diversas tendências” (Silva, 2013, p. 91). O autor argumenta que o movimento de reconceituação no Brasil iniciou-se timidamente, reatualizando o conservadorismo por meio de mecanismos modernizantes, incorporando o debate desenvolvimentista, sem, em absoluto, questionar a ordem monopólica e o totalitarismo autocrático. Essas abordagens, modernizadas não questionaram a estrutura de poder existente e priorizaram o processo de integração social e/ou ajustes psicossociais no trato da questão social. Importante destacar que não havia, sob essas orientações, a mínima possibilidade de um debate que pudesse visibilizar a questão étnico-racial.

A primeira tendência, conhecida como “Perspectiva Modernizadora” conforme Netto (1991), tinha suas raízes no positivismo/funcionalismo e buscava encontrar maneiras de mitigar e gerir as tensões decorrentes da Questão Social. Por outro lado, a tendência de “Reatualização do Conservadorismo,” também definida por Netto (1991), inspirava-se em traços da fenomenologia e acreditava que os indivíduos eram capazes de se autorregular e resolver seus próprios problemas.

De acordo com Silva (2013), a perspectiva modernizadora era a vertente do movimento de reconceituação que melhor se adequava aos interesses da burguesia da época, ao passo que ela estava voltada para gerenciar as discrepâncias surgidas na autocracia burguesa, por meio das reformas. Por outro lado, a perspectiva da reatualização do conservadorismo baseava sua atuação profissional em práticas psicossociais, sustentando a crença de que os indivíduos tinham a capacidade de autogestão e resolução de problemas, tornando-se igualmente funcional para a autocracia burguesa ao não questionar a ordem vigente e ao enfatizar a individualização em detrimento das demandas coletivas.

Neste contexto, cabe destaque alguns marcos que foram cruciais para a renovação do Serviço Social no Brasil: os Seminários de Araxá em 1967 e de Teresópolis em 1970 (base da renovação conservadora); a experiência da Escola de Belo Horizonte, registrada no conhecido método de Belo Horizonte (BH – primeira metade dos anos 1970) e o Congresso da Virada em 1979 (marcos da renovação crítica da profissão no Brasil –

féis caudatárias das frações mais progressistas do movimento de reconceituação latino-americano).

Sobre o Seminário de Araxá, Chaves e Oliveira (2017) indicam:

representa um esforço no sentido de elaboração de uma teoria do Serviço Social, ou seja, indicar seus objetivos, suas funções e a adequação da metodologia às funções. Os elementos consubstanciados nesse seminário destacam ainda a promoção humana e a conscientização como fundamentos que devem orientar o desenvolvimento no seu sentido global (Chaves; Oliveira, 2017, p. 9)

Sobre o seminário de Teresópolis, as mesmas autoras destacam:

Em relação ao seminário de Teresópolis, segundo analistas desses encontros, houve uma preparação prévia através de documentos, cuja temática se centralizava na metodologia. Esse seminário, no entanto, veio a corroborar mais as questões relacionadas ao eixo filosófico — neotomista e metodológico — positivista/funcionalista. Nessa perspectiva, houve a integração da ação do Serviço Social no processo de desenvolvimento brasileiro, com uma proposta de operacionalização técnica a favor do modelo socioeconômico vigente no país (Chaves; Oliveira, 2017, p. 10).

Assim como o seminário de Araxá, o de Teresópolis não buscou romper com o conservadorismo da profissão. Permaneceu o entendimento da questão social descolada da relação capital e trabalho. Mais do que isso, as (os) profissionais deveriam utilizar marcos científicos que subsidiassem a adaptação das pessoas ao meio, sem qualquer espaço para uma mínima reflexão crítica sobre a realidade.

O Método de Belo Horizonte, ao contrário, significou uma primeira aproximação com os marxismos da época. De viés explicitamente crítico, sua base material esteve vinculada às movimentações da classe operária na capital mineira e imediações, fato que permitiu a aproximação da experiência da escola com esta realidade.

“Método BH” na primeira metade da década de 1970 e polemiza o debate profissional na primeira metade da década de 1980, caracterizando-se por uma retórica politizada, tendo como mérito mais evidente a qualificação da profissão no debate acadêmico e político. A partir de então, desencadeia-se o processo de consolidação da profissão, entendida como especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo como objeto de intervenção a questão social, ao mesmo tempo que rompe com a sua característica acrítica e a-histórica, adotando-se o pensamento marxiano como inspiração filosófica, parâmetro da ação profissional e da análise das relações de produção capitalista (Chaves; Oliveira, 2017, p. 12).

A experiência da Escola de Serviço Social de Minas Gerais iniciou-se na primeira metade da década de 1970, portanto no auge da repressão após a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5) (Batistoni, 2017). Nesse contexto, a repressão e a violência promovidas pelas forças policiais e militares se tornaram amplamente institucionalizadas, afetando todos os aspectos da sociedade. O regime

civil-militar-empresarial forçou o isolamento dos grupos democráticos e de esquerda, não deixando espaço que não fosse aquele da organização clandestina. Por isso, o projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte encontrou dificuldades para ser adotado por outras escolas e órgãos da categoria profissional no Brasil. Ela permaneceu isolada ao longo da década de 1970. No entanto, suas propostas ganharam destaque no meio acadêmico e profissional da América Latina, tornando-se uma referência notável. Isso ocorreu devido à afinidade do projeto com a abordagem mais crítica da reconceituação e às conexões com grupos contestadores da profissão na América Latina. Os professores da Escola de Belo Horizonte buscaram intencionalmente essa associação com a reconceituação em países de língua espanhola, conforme evidenciado em documentos e entrevistas. Para Batistoni (2017), a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desempenhou um papel crucial como um centro de resistência e contestação durante o regime autoritário burguês.

A mesma autora observa que, embora situada em uma região conservadora, contraditoriamente, essa escola estava localizada geograficamente em um espaço de intensa organização política de trabalhadores, a exemplo das greves trabalhistas, como em Contagem. Influenciada por esse cenário, somado à experiência de assistentes sociais vinculadas (os) à abordagem Freiriana, a outras tendências progressistas e aos grupos católicos de esquerda – mais tarde organizados na teologia da libertação –, além das mudanças acadêmicas e profissionais, a escola tornou-se um ponto de inflexão para o desenvolvimento inicial da perspectiva caracterizada por José Paulo Netto como “intenção de ruptura”. Havia, aqui, um potencial original para o questionamento do Serviço Social tradicional no Brasil, proposta essa profundamente articulada aos grupos progressistas da época comprometidos com o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Esse contexto forjou o método de BH enquanto uma

proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/ UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional.

(...) buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. (ESS/UCMG, 1971b). A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino

teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas “unidades de ensino e aprendizagem” (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país. As UAs eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). Além disso, eram articuladas no “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizados semestralmente, ao longo de oito semestre letivos, contemplando conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais (Batistoni, 2017, p. 142-143).

Ainda que o método BH não tenha deixado de sofrer com reduções teóricas, com o metodologismo e com o militantismo característico da época (também impactado pela ditadura da época), influenciou de forma significativa o Serviço Social, particularmente em relação à necessidade do estudo e da pesquisa também nas universidades. Por isso, mesmo com esses erros, não podemos negar que o método proposto pela escola de BH contribuiu com o progresso na exploração mais profunda da perspectiva marxiana e na busca por uma compreensão mais precisa para interpretar e intervir criticamente na realidade (Chaves; Oliveira, 2017).

Concordando com Chaves e Oliveira, Silva (2013) também compreende a importância do Método de BH (Belo Horizonte) para o Serviço Social. Para o autor, embora possa ser considerado uma abordagem simplificada da teoria marxista, um “marxismo sem Marx”, muito pautado em Louis Althusser²⁰, o método apresenta méritos dignos de destaque, pois é a primeira vez na história do Serviço Social que este adota uma perspectiva alinhada com a classe à qual pertence. Além disso, é a primeira vez que a categoria profissional coloca em pauta questões relacionadas à redemocratização do país e volta-se aos problemas genuinamente humanos considerando o ponto de vista dos setores expropriados. Também estamos em acordo com os autores sobre a importância do Método de BH, uma vez que foi a partir dela que começou a surgir uma tradição crítica dentro da profissão. Valeria indagar: esse não seria um passo inicial essencial para que a questão étnico-racial no Brasil pudesse ser enfrentada também no âmbito da profissão?

20 Silva (2013, p. 98-100), na tradição iniciada por José Paulo Netto, reconhece a importância da experiência de Belo Horizonte tecendo algumas críticas necessárias e importantes: sua proximidade com o marxismo vulgar, ou seja, com esquemas próprios de manuais, no jogo mecânico de uma dialética centrada na tese, na antítese e na síntese, estimulando certo cientificismo estranho à Marx; da mesma forma, a categoria da totalidade é esvaziada e fragmentada em momentos metodológicos, que buscam uma aproximação simplificada da realidade, com um compromisso aparentemente limitado às camadas consideradas “oprimidas”; ausência de qualquer desenvolvimento sobre a teoria do valor-trabalho no documento; a ênfase na militância política com forte messianismo profissional, fato que também reduz as possibilidades de melhor compreensão sobre a complexidade da categoria revolução.

O III Congresso de Serviço Social, ocorrido na cidade de São Paulo em 1979, carinhosamente batizado como Congresso da Virada, assim como o Método de BH, também foi um momento ímpar que reverberou no Serviço Social renovado, pois ele representou um marco histórico crucial na trajetória do Serviço Social brasileiro. O evento congregou e expressou um acúmulo de lutas, dentro e fora da profissão, que permitiu uma aproximação com as tradições mais progressistas da época, inclusive aquelas mais próximas ao marxismo, possibilitando um rico debate que seria desenvolvido ao longo dos anos 1980 e 1990 – com amplas disputas no âmbito da profissão –, que culminaria com emergência de um projeto ético-político profissional no final dos anos 1990 (Silva, 2019). Para Chaves e Oliveira (2017), o congresso teve um profundo impacto na categoria profissional, marcando um momento de mudanças significativas para a profissão.

Em acordo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS - 2012), o congresso da virada ficou conhecido assim pois demarcou a virada da profissão, seu reposicionando, colocando-se no enfrentamento ao conservadorismo, contribuindo para a emergência de um projeto profissional alinhado com os interesses das classes subalternizadas (Chaves; Oliveira, 2017).

Segundo Chaves e Oliveira (2017), o congresso da virada, abriu novas perspectivas, em que a luta passou a ser pela construção de um estado democrático ao lado da classe trabalhadora, criticando o domínio conservador também na profissão. Isso resultou em uma nova abordagem na atuação profissional, direcionando-a para as lutas sociais ao lado da classe trabalhadora, com ênfase na defesa dos direitos humanos e da democracia. Também levou à reativação de alguns sindicatos e associações, além do surgimento de novas associações, que serão mencionadas com mais detalhes posteriormente. Esse congresso expressou a base para uma nova visão da profissão, na trilha deixada pelo método de BH e pelas inúmeras lutas de resistência à ditadura. Isso resultou em novas propostas que direcionaram a profissão estrategicamente para voltar-se aos interesses da classe trabalhadora.

O Conselho da profissão, no texto acima referenciado, detalha o ocorrido no III CBAS, elucidando que se tratou de um movimento organizado pelas (os) assistentes sociais que não concordavam com a formação da mesa de honra. Tratou-se, portanto, de um posicionamento contra os ditadores/torturadores do período.

Congresso da Virada, um Congresso, que, como já foi dito, estava organizado formalmente e tinha, na sua mesa de honra, Figueiredo e Maluf, ilustres representantes da ditadura militar naquele momento. Então, por que o Congresso virou? Ele não virou somente porque quisemos, ele virou porque as

entidades se articularam, sob a direção de uma Comissão Executiva. Assistentes sociais se reuniram três dias antes e tiraram algumas estratégias políticas de atuação no Congresso. Sabíamos que aquele Congresso estava de costas para a história real das lutas sociais. Sabíamos que muitos/as profissionais que estavam lá vinham da luta contra a ditadura, que muitos/as já esboçavam uma experiência de trabalho profissional voltada para os interesses dos/as trabalhadores/as. Portanto, a Virada do Congresso encontrava eco naquela plenária. Para isso, no segundo dia do III Congresso, fizemos uma Assembleia paralela, da qual participaram cerca de 600 congressistas, junto com as direções sindicais e deliberamos um novo rumo para o Congresso. Disso resultou a destituição da Comissão de Honra e o convite às direções dos/as trabalhadores/as para a composição da Mesa de Honra e o Encerramento, assim como o reconhecimento da categoria dos/as assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Podemos considerar que o III CBAS foi, portanto, um marco na mudança de postura (Cfess, 2012, p. 89).

Em acordo Mota e Rodrigues (2020), o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) foi um marco significativo do Serviço Social no Brasil, especialmente porque inaugurou uma nova orientação política de caráter crítico de esquerda. Isso se refletiu não apenas nas organizações profissionais e sindicais, mas também nas instituições de ensino de Serviço Social no país. Até o Congresso da Virada, desde os anos 1940, o que predominava nos fóruns de discussão e de tomada de decisões da profissão era uma postura que buscava uma ilusória neutralidade política. Isso se traduzia no silêncio e na omissão em relação à ordem social estabelecida, suas mazelas.

As autoras Mota e Rodrigues (2020), citando Netto (2009), apontam que a virada não ocorreu com um lampejo de consciência por parte dos e das assistentes sociais presentes. Pelo contrário, ela se relaciona, como dito anteriormente, com as condições gestadas neste período que se relacionam com a crise de hegemonia da ditadura militar, com as greves operárias e com todo o percurso do Serviço Social brasileiro e latino-americano, no que se refere ao movimento de reconceituação, sobretudo a renovação crítica da profissão no Brasil que teve por base as contribuições do método de BH. Esse engajamento levou os e as assistentes sociais a se envolverem na luta pelo fim da ditadura e, conseqüentemente, provocou uma transformação significativa na profissão. Sendo que essa mudança de postura trazidas no III CBAS, se traduziram na paulatina transformação do Serviço Social como um todo, tendo impacto na atuação política e sindical dos profissionais nas Universidades por meio do movimento estudantil e, posteriormente, nos Conselhos federais e nacionais. Essas instituições, enquanto uma tentativa, buscaram abandonar uma abordagem burocrática, alterar sua relação com as (os) assistentes sociais e com a classe trabalhadora.

Segundo Mota e Rodrigues (2020) os impactos das mudanças do Serviço Social cujo marco foi o III CBAS, também se refletiram na reestruturação das entidades da

categoria, como a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), que posteriormente se denominou para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Isso também resultou na criação de uma nova estrutura de regulamentação da prática profissional, dando origem ao conjunto CFESS/CRESS, que efetivamente substituiu a antiga configuração dos Conselhos Federais de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

Mota e Rodrigues (2020), citando Netto (1992), destacam que os mais de 30 anos da virada profissional, concretizados pelo III CBAS, impactou a profissão e ultrapassou o âmbito político imediato. Estes impactos se materializaram na reformulação e melhoria da formação profissional, na incorporação às demandas dos movimentos sociais, bem como na opção teórico-crítica de inspiração marxista. Para as autoras, esse período gestado a partir do movimento do real, trouxe mudanças significativas que influenciaram constituição de um novo currículo em 1982 para a formação profissional, resultado da disputa entre correntes divergentes no interior da categoria. Seguramente que este legado serviu de acúmulo para, posteriormente, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS no ano de 1996.

Esse movimento marcou uma nítida tentativa de distanciamento das abordagens positivistas que antes eram hegemônicas na formação profissional. Isso culminou na construção de uma nova cultura profissional com uma orientação social estratégica, que contrastava com os interesses do grande capital. Mas essas transformações não se limitaram à formação profissional; também tiveram impactos na prática profissional. A profissão passou a questionar as concepções abstratas sobre a questão social, debatendo os limites e amplitudes da sua atuação profissional, teorizando sobre problemas societários e analisando as políticas sociais à luz da compreensão da questão social (Mota; Rodrigues, 2020)

Conforme discorrem as autoras, o Congresso da Virada, que foi um marco não isolado do movimento de renovação crítica do Serviço Social, foi sendo tecido ao longo da história. Teve um impacto global na profissão, refletindo na atuação política das entidades representativas da categoria, nas produções acadêmicas do Serviço Social, nas normas ético-políticas da formação e na prática das (os) assistentes sociais (Código de Ética, regulamentação da profissão e Diretrizes Curriculares) (Mota; Rodrigues, 2020).

Na mesma direção, Netto (2006) destaca que ainda que não possamos dizer que a categoria profissional se comportou da mesma maneira, as vanguardas do Serviço Social

na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política – desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, conhecido como “o Congresso da virada”), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar amplamente não só a organização profissional (dando vida nova, por exemplo, a entidades como a ABESS – depois renomeada ABEPSS – e, posteriormente, ao CFESS) como, sobretudo, conseguiram inseri-la, de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros (Netto, 2006, p. 10-11).

Mota e Rodrigues (2020) colocam que este congresso ficou marcado por transformações significativas em relação ao que havia sido proposto anteriormente pelos próprios profissionais de Serviço Social. Houve uma redefinição da atuação do assistente social e um compromisso com um novo projeto ético-político da profissão. Isso resultou na construção de um projeto ético-político profissional, com proposta de direcionar a profissão estrategicamente para a defesa da classe trabalhadora que é seu próprio interesse, sendo esta parte integrante desta classe. Esse processo auxiliou a aproximação entre a categoria profissional e a tradição marxista.

Em compasso Netto (2006), a integração da profissão de Serviço Social com a teoria marxiana e as modificações ocorridas no seu interior são resultados do movimento de reconceituação, que teve lugar nos anos 1970 e 1980, período que marcou o confronto do Serviço Social com suas raízes conservadoras e levou à criação do projeto ético-político profissional, projeto este que é a incorporação da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo.

A articulação entre o movimento de reconceituação latino-americano e a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, no amplo processo de lutas travadas ao longo de pelo menos 30 anos (1960-1990), permitiu um avanço importante para a profissão. Silva (2019), sustentado nas observações de José Paulo Netto, destaca quatro avanços da profissão tecidos nessa trama histórica:

a) uma nova concepção de unidade latino-americana; b) a clara ênfase na dimensão política da ação profissional; c) o adensamento da interlocução crítica com as ciências sociais; d) a inauguração do pluralismo profissional (Silva, 2019, p. 110)

No que tange ao movimento de Reconceituação, Iamamoto (2019) destaca que ele não foi um movimento que se fundou em si mesmo. Pelo contrário, como

argumentado até aqui, foi catalisado pela efervescência das lutas sociais que se expressaram em diversos espaços: nas esferas políticas, na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, na cultura e nas artes em geral. Segundo a autora (2019), esse movimento teve seu marco inicial no I Seminário de Serviço Social, realizado em 1965, em Porto Alegre (RS), que foi o primeiro ponto público de partida na busca por uma abordagem latino-americana do Serviço Social. Durante este evento, foram expostas a incorporação acrítica de padrões profissionais; o domínio do capitalismo dependente e a influência do imperialismo norte-americano.

A autora exemplifica que esse período foi caracterizado pelo contexto político e cultural marcado pela vitória dos revolucionários da Sierra Maestra em Havana, pelas revoltas estudantis de 1968, pela abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e pelo desenvolvimento da Teologia da Libertação. O I Seminário de Serviço Social desdobrou-se em outros seis eventos subsequentes, realizados em diferentes países latino-americanos, como Montevideu, Uruguai (1966), Concepción, Chile (1969), e Cochabamba, Bolívia (1970), culminando em um segundo encontro em Porto Alegre, Brasil, em 1972. Esses seminários contribuíram significativamente para a organicidade e o desenvolvimento do Serviço Social no continente latino-americano.

Concordando com Elpidio e Valdo (2022),

As pesquisas recentes sobre processo de reconceitualização, apontam que o redirecionamento da profissão que seguiram as tendências mais críticas na América Latina, tiveram suas bases alicerçadas na aproximação e apreensão no movimento da vida concreta e da organização das classes trabalhadoras. A ruptura com o conservadorismo profissional é tecida na marcha da história, com os elementos para a renovação do serviço social nas diferentes realidades profissionais nos países da América Latina (Elpidio; Valdo, 2022, p. 318-319)

Compreendemos que atualmente o Serviço Social no Brasil continua a buscar a ruptura com o conservadorismo que historicamente permeou a profissão desde o seu início e que ainda persiste em certa medida. O cenário atual no Serviço Social contemporâneo é caracterizado por uma maior proximidade com o seu objeto de atuação, ou seja, a questão social, sob a perspectiva da teoria marxista. Isso é resultado das condições históricas objetivas que se desenvolveram durante o processo de reconceitualização da profissão, como descrito por Netto (1991). Nesse contexto, o Serviço Social busca uma compreensão mais crítica da realidade social, alinhada com os princípios e valores do projeto ético-político da profissão. No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos esforços de renovação, a busca por um referencial teórico mais crítico não implica necessariamente em uma abordagem completamente livre de

contradições. A relação entre a profissão e a questão social está enraizada na dialética e nas complexidades inerentes ao mundo capitalista. É fundamental enfatizar que as mudanças na orientação da profissão foram impulsionadas pela dinâmica própria da história da sociedade brasileira e latino-americana. A crise da ditadura cívico-militar-empresarial, colocou o sujeito social como protagonista na luta pela democracia, embora essa democracia não escape dos limites da sociedade burguesa. Esse período, segunda metade dos anos 1980, foi caracterizado pelo surgimento de movimentos populares, pelo esforço na construção de uma nova Constituição Federal e pelo processo de impeachment do então Presidente Fernando Collor. Com a efervescência dos movimentos sociais, os assistentes sociais foram convocados a se posicionarem a favor da classe trabalhadora, sendo questionados sobre sua prática e formação profissional por diversos segmentos da sociedade civil.

No entanto, é válido destacar que discordamos da ideia de que a profissão tenha deixado de estar alinhada, completamente, com os interesses da burguesia. Sabemos que não devemos ser nem messiânicos e nem fatalistas (Iamamoto, 2000) e que a profissão está envolta por profundas contradições. O que concordamos é que a partir do movimento de reconceitualização latino-americano e da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a profissão passou a ter a possibilidade de se alinhar com os interesses da classe à qual pertence. Porém, a questão que levantamos aqui são as seguintes: como é formada essa classe à qual a profissão pertence, considerando a realidade particular do Brasil? Como a questão social se manifesta nesta parte do mundo? A profissão é capaz de responder a essa pergunta sem olhar para a classe trabalhadora, tendo em seus imaginários trabalhadores brancos que atuam nos chãos de fábrica vestidos com macacões azuis? Essas são questões cruciais para compreender o papel, a atuação e formação do Serviço Social no contexto brasileiro.

Dessa forma, é fundamental aprofundar a discussão sobre o projeto ético-político da profissão e como essas contradições afetam a forma como o Serviço Social se aproxima da questão social. Essas questões merecem uma análise mais detalhada no próximo subitem.

2.2. Projeto ético-político profissional do Serviço Social

Conforme indicamos, a construção do Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social no Brasil sustentou-se no legado de lutas travadas nas décadas de 1970 e 1980

e 1990. Esse período marcou a posição do Serviço Social na denúncia do conservadorismo profissional no Brasil, estando diretamente atrelado ao movimento de reconceitualização latino-americano (Netto, 2006). O autor descreve este período e informa que:

a denúncia do conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente – na verdade, desde a segunda metade dos anos sessenta (quando o Movimento de Reconceitualização, que fez estremecer o Serviço Social na América Latina, deu seus primeiros passos), aquele conservadorismo já era objeto de problematização. O trânsito dos anos setenta aos oitenta, porém, situou esta problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1º de abril de 1964, por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital (Netto, 2006, p. 9).

Netto (2006) afirma que é “neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político” (Netto, 2006, p. 1).

No mesmo texto, Netto (2006) fornece elementos que permitem a identificação das diferenças entre um projeto societário e um projeto profissional. O primeiro pode ser descrito como um projeto coletivo com características particulares. Os projetos societários são projetos coletivos, mas o que os distingue é sua dimensão ampla, visto que se constituem como propostas para toda a sociedade. Enquanto outros projetos coletivos, como os projetos profissionais, não alcançam esse nível de amplitude e inclusividade. Para o autor “os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem, mais ou menos fortemente, determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.)” (Netto, 1999, p. 2).

Neste ponto, é importante destacar nossa discordância em relação ao autor. Entendemos que os projetos societários não apenas refratam as questões de sexo, raça e etnia, mas também estruturam os projetos societários. Na medida em que as relações de sexo, raça e etnia são presentes na materialidade e independe da nossa vontade, elas são intrínsecas à construção desta sociabilidade, embora não de forma natural. Reconhecemos que tais determinações são parte integrante da formação das classes fundamentais do capitalismo. Assim, a ausência de uma abordagem explícita sobre essas questões nos projetos sociais não significa que elas estejam ausentes. Por outro lado, a presença explícita dessas questões demarca um projeto antirracista e feminista, enquanto a falta de ênfase nessas áreas pode indicar um projeto societário que irá perpetuar, inadvertidamente, práticas racistas e misóginas, mesmo que não seja a intenção declarada do projeto.

Concordamos com Netto (2006) que os projetos societários estão imersos em uma dimensão política. É fundamental destacar que, nesse contexto, como também insiste José Paulo Netto, a política é entendida de maneira ampla, ultrapassando a esfera político-partidária (ainda que não a exclua). Embora possa haver uma conexão com partidos políticos, essa dimensão política não se limita a essa associação.

Na mesma direção, Teixeira e Braz (2009) também destacam a dimensão política dos projetos societários. Destacam que:

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele (Teixeira; Braz, 2009, p. 5).

Para Netto (2006), os projetos societários somente têm espaço em uma democracia política, uma vez que apenas com a presença das liberdades políticas fundamentais é possível haver uma competição efetiva entre diferentes visões de sociedade. Em contraste, em um contexto de ditadura, a vontade política da classe que detém o poder de maneira hegemônica se utiliza da coerção e da repressão para impor seu projeto societário. No entanto, é importante destacar, em conformidade com Netto, que mesmo em uma democracia dentro do sistema capitalista, existem limitações significativas que restringem o avanço de projetos societários que confrontam os interesses do capital. Essas restrições estão intrinsecamente relacionadas aos limites da democracia burguesa²¹, uma vez que as estruturas de poder e as dinâmicas econômicas funcionam para manter o projeto societário do capital.

Em contrapartida, os projetos profissionais, segundo Netto (2006), desempenham um papel crucial na moldagem da autopercepção de uma determinada profissão. Eles têm a responsabilidade de escolher e enfatizar os valores que conferem legitimidade social à profissão, estabelecer os limites e prioridades de seus objetivos e funções, definir os requisitos necessários – sejam eles de natureza teórica, prática ou institucional – para o exercício da profissão, criar diretrizes para o comportamento ético dos profissionais e estabelecer as bases das relações entre os profissionais e os usuários de seus serviços, bem como com outras profissões e com várias organizações e instituições sociais. Isso

21 Sobre democracia burguesa ver Lenin - A Revolução proletária e o Renegado Kautsky.

inclui o Estado, que desempenha um papel essencial no reconhecimento legal dos estatutos profissionais.

Esses projetos são elaborados e impulsionados por um sujeito coletivo que corresponde à categoria profissional, composta por todas as pessoas que interagem no âmbito profissional e que contribuem para dar efetividade à profissão. No contexto do Serviço Social no Brasil, essa organização profissional está relacionada a entidades como o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e os CRESS (Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), sindicatos e outras associações de assistentes sociais (Netto, 2006)

Assim como os projetos societários, os projetos profissionais também não estão isentos da dimensão política, seja em um sentido amplo que se relaciona com os projetos societários, seja no sentido mais particular, se relacionando com questões próprias das profissões. Cabe colocar que ainda que em alguns projetos profissionais esta dimensão política não seja explícita, ela ainda está lá performando, não em raras vezes, posições reacionárias e conservadoras. O que nos revela a importância de se ter um projeto profissional que compreenda seu papel político, seus limites, amplitude de atuação e a razão de ser da profissão.

Em acordo Teixeira e Braz (2009), em uma sociedade dívida em classes, todo projeto, e por ser assim, toda prática, possui uma dimensão política indissociável. Isso significa que eles se desenrolam no contexto das contradições econômicas e políticas que surgem na dinâmica das classes fundamentais no capitalismo (classe trabalhadora e burguesa). Portanto, o projeto profissional (e a prática profissional) também é, por sua natureza, um projeto político, ou seja, um projeto político profissional.

Segundo Netto (2006) são os sujeitos coletivos que construíram e constroem até o momento, enquanto um movimento vivo, o Projeto Ético-Político (PEP). Serviço Social e, por isso o PEP, é um campo aberto de disputas de direções, em que este projeto inaugurou no Serviço Social o debate plural, mas que não se diz respeito a tendências antagônicas e ecléticas. Sobre estes aspectos o autor coloca:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e,

portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo (Netto, p. 5, 2006).

Segundo Teixeira e Braz (2009), foi a partir dos anos 1970, especialmente no final dessa década, que o Serviço Social no Brasil iniciou a construção de um projeto profissional alinhado com os interesses da classe trabalhadora (classe à qual assistente sociais pertencem). Os impactos do movimento de reconceituação latino-americano, suas frações mais críticas (Silva 2019), combinado com o contexto de redemocratização da sociedade brasileira, proporcionou um fértil terreno para germinar no Brasil um Serviço Social renovado. Isso culminou com um esforço da categoria profissional questionar suas bases mais tradicionalistas e conservadores que sempre a marcaram.

Teixeira e Braz (2009) elegem quatro principais elementos que compõem o projeto profissional do Serviço Social:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (Teixeira; Braz, 2009, p. 7-8).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social passou por mudanças significativas que pavimentaram o caminho para uma acumulação teórica mais robusta na profissão. Como resultado desse processo, houve um aumento na oferta de programas de pós-graduação, inicialmente com mestrados e, posteriormente, com doutorados. Esses programas desempenharam um papel fundamental na formação de intelectuais críticos altamente respeitados, tanto no âmbito do Serviço Social quanto em outras esferas do conhecimento. A acumulação teórica que emergiu dessas transformações permitiu que o Serviço Social se firmasse como uma área de produção de conhecimento reconhecida, e isso foi apoiado pelo financiamento de agências de pesquisa públicas (Netto, 2006).

Concordando Braz e Teixeira (2009), nos anos 1980 houve avanços notáveis na produção teórica, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade, explorando temas importantes para a profissão, tais como metodologia, políticas sociais e movimentos sociais.

O avanço dessa cultura progressista nos anos 1980 envolveu a construção de elementos que o caracterizaram, incluindo a elaboração do Código de Ética de 1986, que representou uma tentativa pioneira, mesmo com traços marcantes de militância, assemelhando-se mais a um manifesto de partido. Ele, ainda assim, traduziu a transformação ético-política do Serviço Social ocorrida a partir do movimento de reconceitualização latino-americano (Teixeira; Braz, 2009).

Decorrente destas lacunas, no ano de 1993 ocorreu uma revisão no código de ética do Serviço Social, que é o Código em vigor na atualidade. Este novo Código incorporou não apenas os avanços teóricos acumulados ao longo das duas últimas décadas pela categoria profissional, mas também os novos elementos que emergiram no debate ético devido à necessidade de revisão. O Código de Ética tornou-se um documento fundamental do PEP (Netto, 2006), juntamente a Lei de Regulamentação da profissão Lei N° 8.662, de 1993 (Brasil, 1993).

Outro fundamento PEP que merece destaque é o pilar da formação profissional, que passou por reformas para atender as demandas da profissão renovada. Netto (2006) afirma que, em 1982, houve reforma curricular influenciada fortemente pela antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), após o redimensionamento político institucional em 1998 (Netto, 2006). Em 1996 temos as diretrizes curriculares da ABEPSS que norteiam a formação profissional até hoje (Iamamoto, 2006), aspecto que debateremos na sequência.

Esse projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos anos 1990 e está em constante construção e disputa, enfrentando desafios decorrentes da orientação neoliberal da sociedade (Teixeira; Braz, 2009).

Conforme observado por Netto (2006), foi nos anos 1990 que o Projeto Ético-Político Profissional conquistou hegemonia na profissão. No entanto, contraditoriamente, como indicado por Braz e Teixeira (2009), nesse mesmo período a adoção do projeto neoliberal no país impôs desafios consideráveis para a direção social estratégica dos anos 1990. E eles eram e são enormes: ajustes fiscais, fragmentação, escassez e subfinanciamento das políticas e dos direitos sociais,

profundas transformações no mundo do trabalho (terceirização, intensificação e desregulamentação, por exemplo – inclusive das (os) assistentes sociais), precarização da formação profissional com ampliação da rede privada e do ensino a distância, adensamento de plataformas digitais mediando o trabalho e a realização de serviços sociais, entre outras medidas com profundos impactos na profissão. A ênfase no individualismo e a redução dos recursos para políticas sociais mais abrangentes impactaram diretamente o trabalho dos assistentes sociais, que se viram diante de dificuldades para implementar o PEP. Como aponta Iamamoto (2001), o Serviço Social enquanto profissão está envolto de momentos de plenos desafios.

Conforme explica Conceição (2014), as construções coletivas da profissão desempenham um papel crucial para dar vida ao projeto ético-político profissional. Para a autora, esses elementos são indispensáveis para a atuação profissional diária, na qual se trava a luta contra a exploração relacionada à classe social, gênero, sexualidade e questões étnico-raciais.

É importante destacar que o PEP do Serviço Social brasileiro está intrinsecamente ligado a um projeto de transformação da sociedade, como ressaltado por Braz e Teixeira (2009). Portanto, é fundamental para o Serviço Social compreender os fundamentos que moldam e perpetuam o modo de viver nesta sociedade, que têm a questão racial como um componente estrutural e estruturante, como mencionado anteriormente.

Netto (2006) chama a atenção para a flexibilidade desse projeto, que, sem perder seus princípios fundamentais ou se descaracterizar, possui a capacidade de se adaptar e incorporar as demandas do presente. Nesse contexto, é importante observar que existe uma conexão intrínseca entre a profissão e a questão social, como destacado por Iamamoto (2001). Portanto, fica evidente que é essencial que o projeto profissional esteja alinhado com a compreensão da questão social no Brasil. Mais do que isso, é imperativo que se compreenda o que significa a questão social a partir dos seus fundamentos mais basilares. Como argumentado na primeira parte desta dissertação, esses fundamentos envolvem as relações raciais, ao passo que elas estão na estrutura desta relação que defronta o capital e o trabalho. Portanto, é de extrema importância que a formação profissional em Serviço Social, que é uma parte intrínseca da PEP, esteja em conformidade com essa perspectiva. Este processo será abordado no próximo subitem.

2.3. “Diretriz é norte, é o farol que tem que iluminar a formação”: As Diretrizes da ABEPSS²²

As transformações que surgiram na profissão a partir do movimento de reconceituação e da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, também tiveram um impacto significativo na formação profissional. Essas mudanças foram implementadas com o objetivo de estabelecer uma base sólida e garantir a continuidade do projeto de profissão desejado.

Segundo Koike (2007), os desdobramentos do movimento de reconceituação que ocorreu na América Latina durante os anos 1960-1970, junto à evolução histórica da profissão e em compasso com as mudanças no contexto do país, levaram a uma transformação na formação profissional dos assistentes sociais. Essa transformação resultou em uma perspectiva de formação profissional antagônica às concepções predominantes de educação vigente na sociedade, na medida em que a proposta renovada de formação, trazia fundamentos do PEP e, portanto, dialogava com a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” o que “supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”, princípios balizadores do código de ética do assistente social (Koike, p. 11, 2007 *apud* CFESS, 2006, p. 23-41).

A formação profissional se metamorfoseou fincada nos desdobramentos do PEP e, junto dela, as entidades que articularam estas mudanças também se transformaram. Foi somente após o Congresso da Virada, durante uma convenção em 1979, que a entidade assumiu a responsabilidade de coordenar e articular o projeto de formação acadêmica em Serviço Social. A principal preocupação da entidade na época (Abess – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), era a regulamentação do ensino superior em Serviço Social, com esforços para estabelecer um padrão básico de ensino de graduação. A associação representava os interesses coletivos das faculdades e universidades que formavam assistentes sociais. Em 1980, em resposta às demandas geradas pela implementação de programas de pós-graduação, surgiu o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS). Nos anos 1990, a associação passou por outra mudança importante, quando alterou seu nome para ABEPSS (Associação

22 Fala de um entrevistado: Tales W. F. Moreira.

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Originalmente criada em 1946, uma década após a implementação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, a alteração no nome não foi uma pura formalidade. A inserção da palavra “pesquisa” significou uma profunda alteração na concepção de formação profissional, uma mudança que refletiu o reconhecimento da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, bem como a necessidade de uma estreita ligação com a pós-graduação. Essa evolução também resultou na extinção do CEDEPSS (GARCIA, et al. 2013).

ABEPSS segundo o 1º de seu estatuto é definida como:

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS com sede e foro jurídico e administrativo em Brasília/DF, é uma entidade civil, de natureza acadêmico-científica de âmbito nacional, de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada (ABEPSS, p.1, 2008).

A XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), realizada na cidade de Londrina, PR, em 1993, deliberou encaminhamentos relacionados a uma revisão do Currículo Mínimo de 1982. Currículo mínimo era regido pelo Parecer CFESS nº 412, de 04 de agosto de 1982, e pela Resolução n.º 06 de 23 de setembro de 1982 (ABEPSS, 2008). Segundo Moreira e Caputi (2016), o currículo de 1982, apesar de muito incipiente no que se refere a uma perspectiva hegemônica crítica, tinha seus méritos, pois indicava a virada teórica na direção da intenção de ruptura com o conservadorismo bem como uma construção coletiva da categoria.

O Currículo Mínimo de 1982 já trazia elementos em consonância com a direção social, ética, política e ideológica que o Serviço Social assume na cena contemporânea, a qual é oriunda e gestada pela categoria a partir do Movimento de Reconceituação e toma concretude com a perspectiva de intenção de ruptura a partir da década de 1980 (Moreira; Caputi, 2016, p. 105).

Para Elpidio e Valdo (2022), a revisão do currículo de 1982 desempenhou um papel crucial no processo de ruptura com o conservadorismo, particularmente no âmbito da formação profissional. Isso se refletiu no avanço das discussões relacionadas à história, teoria e método, bem como no debate sobre os movimentos sociais e políticas sociais naquele contexto histórico. Portanto, as deliberações e a evolução que cercaram o currículo de 1982 representaram um elemento fundamental para estabelecer as bases para discussões subsequentes e a construção e consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996.

A necessidade de revisão segundo a ABEPSS (2008), além do fato de corrigir os equívocos do currículo mínimo de 1982, incorpora a necessidade de preparar a profissão para enfrentar o agravamento da questão social, em decorrência dos processos de retrocessos que se exacerbam nos anos 1990 com agudizamento do neoliberalismo no Brasil, enquanto uma resposta à crise do capital.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais (ABEPSS, 1996, p. 5).

No mesmo texto que apresenta a proposta das novas diretrizes do currículo formativo em Serviço Social, a ABEPSS indica os princípios que compõem o mesmo, sendo estes:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

No mesmo documento, por meio de discussões coletivas, são identificados os três núcleos de fundamentação que compõem a formação em Serviço Social, a saber: “1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p.8).

Em resumo, o primeiro “Núcleo teórico-metodológicos da vida social”: trata-se do conjunto conhecimentos teóricos e princípios ético-políticos que o (a) profissional de Serviço Social precisa adquirir ao longo de sua formação para conseguir analisar a realidade na qual os indivíduos estão inseridos (ABEPSS, 1996). Com este núcleo se objetiva:

uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade

e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação (...) (ABEPSS, 1996, p.10)

E o segundo núcleo, que é o “Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, como o próprio nome indica, está relacionado ao entendimento das especificidades da realidade nacional, levando em consideração a construção histórica e social ao longo do tempo, (ABEPSS,1996). Baseado no mesmo documento, este núcleo tem como objetivo resumidamente proporcionar a(o) graduando a(a):

a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (...) (ABEPSS, 1996, p. 10).

O terceiro, que é o “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional”, busca abranger os elementos que constituem o Serviço Social como uma profissão situada historicamente. Este núcleo engloba o arcabouço teórico, metodológico e técnico da profissão, que está inserido na dinâmica da sociedade capitalista. Além disso, ele incorpora o projeto ético-político que orienta tanto o exercício profissional quanto a formação dos assistentes sociais (ABEPSS,1996). Segundo Conceição (2014), é neste núcleo que constam os elementos que fazem parte da prática profissional do assistente social, como a pesquisa, planejamento, processo de trabalho e estágio supervisionado, ainda que os outros núcleos também se relacionem com a prática profissional. Em que a associação aponta que este núcleo almeja trazer para o (a) estudante de Serviço Social o entendimento da profissão enquanto

uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e

privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABEPSS, 1996, p.12, *apud* ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996).

Concordamos com Moreira e Capitu (2016) e compartilhamos a compreensão de que esses núcleos não devem ser tratados como elementos isolados; ao contrário, eles devem funcionar de maneira articulada para garantir uma formação profissional que seja capaz de compreender e interpretar a sociedade em sua totalidade. Na medida que a formação profissional é composta por um conjunto de conhecimentos abrangidos por esses três núcleos, onde cada um deles, com suas características específicas, desempenham um papel fundamental na formação de assistentes sociais. Não fragmentar os núcleos de formação é uma preocupação do próprio documento da ABEPSS, que discorre:

os três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABEPSS, 1996, p. 9).

Para Moreira e Capitu (2016), estes elementos indicam a maturidade e o compromisso ético profissional que a categoria construiu ao longo dos últimos anos. Para elas, os elementos das DC da ABEPSS apontam para os objetivos do PEP, que advogam e se incluem na construção de uma nova ordem societária, na qual não exista exploração do homem pelo homem, dominação ou opressão.

Segundo Conceição, as DC da ABEPSS têm o objetivo de contribuir com a formação crítica de assistentes sociais e estes núcleos estão articulados para que o (a) discente possa compreender questão social no Brasil a partir do ponto de vista da totalidade. Para a autora, enquanto uma profissão que está integrada à divisão sociotécnica do trabalho, as (os) profissionais Serviço Social precisam de ferramentas que os auxiliem na compreensão das demandas da questão social e na análise da dinâmica do capital, evitando cair em interpretações simplistas. Portanto,

compreender a questão racial é entender as particularidades da questão social no país. Destaca a autora:

os núcleos apresentam verdadeiras ferramentas para a atuação do Serviço Social, como por exemplo, para entender as demandas da questão racial hoje e prestar serviços de qualidade para a população negra, é necessário a compreensão do que é a propriedade privada, a questão social, a formação do capitalismo no Brasil, como os negros foram incorporadas e tratados desde o início da formação nacional, a que classe pertencem, quais os mecanismos simbólicos que se perpetuam na ordem do capital no intuito de oprimir essa população como o preconceito, racismo, machismo, entre outros. A ação profissional a partir dessa construção e entendimento ético-político, deve considerar também o instrumental técnico-operativo necessário ao atendimento da demanda, com base em valores éticos diferenciados que buscam construir uma nova sociedade que suprima as formas de opressão e exploração vigentes (Conceição, 2014, p. 96).

Segundo Elpidio e Valdo (2022), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS não apenas estabelecem uma referência ao Serviço Social, mas delimitam o perfil da formação profissional. Indicam, assim, quais as habilidades que a categoria defende para um(a) assistente social. As diretrizes representam, de maneira concreta, um projeto de formação no campo do Serviço Social. Ao citar Teixeira (2019), Elpidio e Valdo afirmam que as Diretrizes da ABEPSS são um ponto de chegada, mas também abrem caminho para as evoluções e desafios que a aguardam no futuro. Portanto, as DC representam possibilidades de defesa de uma formação gestada historicamente e posicionada no campo crítico, mas que nem por isso não estão abertas para as demandas da atualidade e a incorporação de fundamentações e interlocuções necessárias, sempre tendo em vista a opção não casual da matriz teórica adotada por essa profissão e o seu projeto ético político profissional. Isso nos leva a questionar qual o lugar da discussão da questão racial; mais do que isso, qual o lugar da discussão da questão racial enquanto um componente da questão social. Assunto que iremos tratar no próximo subitem.

2.4. Questão social, Serviço Social e as relações raciais

Com o intuito de entender o lugar da discussão da questão racial como componente estrutural da questão social na formação de futuros profissionais de Serviço Social, conduzimos quatro entrevistas com docentes negras e negros de diferentes universidades federais que estão, em alguma medida, envolvidas (os) com a temática racial e a formação profissional. As pessoas entrevistadas foram as seguintes: Cristiane Sabino de Souza, docente da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC); Maria Helena Elpídio, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Tales Willyan Fornazier, docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), do departamento de Serviço Social; e Maria Cristina de Souza, docente da Universidade Federal do Triângulo mineiro (UFTM). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas contendo questões que dialogavam com a formação profissional, a questão social e a questão racial.

Segundo Iamamoto (2006), é na questão social que o Serviço Social tem a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. A autora (2006) relata que a profissão tem as bases de sua gênese dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo e expansão urbana na Europa, relacionado com o surgimento da burguesia do proletariado, como também pelas mudanças na constituição dos grupos e frações de classes que possuem o poder do Estado (Iamamoto 2006).

Concordando, Netto (1992) afirma que os mesmos autores que não possuem um referencial crítico fazem referência à vinculação do Serviço Social com a questão social, relacionando o seu surgimento às mazelas próprias do capitalismo.

Portanto, se o Serviço Social tem na questão social o seu alicerce para a intervenção profissional, é impossível pensar na formação de assistentes sociais sem pensarmos no estudo desta. Por isso, é de suma importância analisar profundamente o que se entende por questão social e qual sua relação com a profissão.

Quando questionados sobre a importância do debate sobre a questão social para o Serviço Social, houve consenso, por parte das pessoas entrevistadas, sobre a importância fundamental desse tema para a existência da profissão. Além disso, destacaram os avanços que a compreensão da questão social trouxe para a profissão, especialmente após o Congresso da Virada. Maria Cristina de Souza destaca:

(...) A questão social ela é um debate importante e fundamental do Serviço Social. Eu acho que ele traz a relação do Serviço Social com a sociedade. Nós não temos como discutir o serviço social, principalmente depois do Congresso da Virada, sem discutir a questão social e quais são as suas manifestações. Porque, senão, ela se perde, a gente vai se perder exatamente de discutir as consequências e não discutir qual é o fundamento, de onde surge isso. Acho que é uma necessidade, é essa a questão que fundamenta a questão do serviço social enquanto profissão. Inquestionável para mim (Maria Cristina de Souza – entrevista concedida para a dissertação).

Estamos em acordo e entendemos que a questão social é a razão de ser da profissão no cenário mundial e nacional. Há consenso nesse aspecto, ainda que existam concepções muito diversas sobre o significado da questão social. A questão é: como se avança neste debate? Como o Serviço Social incorpora as dimensões presentes na questão social? Segundo a análise de Netto (2001), a questão social no Brasil encontra sua expressão no contexto da modernização conservadora durante o período de industrialização no país. Nesse cenário, as condições concretas de exploração dos (as) trabalhadores (as) nas fábricas os convocaram a se envolverem ativamente na esfera política, almejando melhorias em suas condições de vida e reivindicando direitos trabalhistas.

A interpretação de Netto (2001) sobre a questão social no Brasil é de fundamental importância, mas merece algumas considerações adicionais. Como já mencionamos, Moura (1992) e Fernandes (2008) destacaram que a população negra foi excluída dos empregos formais após a abolição oficial da escravidão. Isso nos leva a questionar quais grupos de trabalhadores estavam ocupando as novas fábricas implantadas no país. De acordo com as análises desses autores, a resposta lógica aponta que a grande maioria desses trabalhadores era de origem europeia, ou seja, pessoas brancas que imigraram para o Brasil incentivadas pelo Estado como parte do projeto de embranquecimento do país e do genocídio da população negra. Portanto, não considerar essa importante particularidade da história do Brasil é ignorar a complexidade da dinâmica da questão social no país. Em acordo, nosso entrevistado, Tales Willyan Fornazier Moreira, expõe:

(...) um país que, inclusive, financiou a vinda de trabalhadoras e trabalhadores europeus para branquear a força de trabalho, porque o projeto era branquear a nação, um projeto pautado, também, numa perspectiva ariana-eugênica de branquear a população, a força de trabalho. Isso se expressa no próprio código penal de 1890 e nas diversas legislações da época. Então, foi um projeto de estado exterminar as populações racializadas e embranquecer a população brasileira a partir do financiamento de trabalhadores europeus, com intuito de “reconstruir” e “civilizar” a nação, às custas do apagamento existencial daqueles que até então haviam construído esse país com suor e sangue (Tales Willyan Fornazier Moreira – entrevista concedida para a dissertação).

Isso significa dizer que esta análise contém elementos fundamentais para uma formação de assistentes sociais, o que exige desmitificar a narrativa que não dialoga com a realidade do país e por consequência com a questão social. Estamos em acordo com as observações tecidas por uma de nossas entrevistadas quando

perguntada sobre a importância da questão social para o Serviço Social. Ela destaca que é um debate importante, mas que merece adensamento. Nas palavras dela:

Eu acho que a gente precisa reconhecer de onde que vem esse debate da questão social. Eu tenho também feito um pouco movimento de entender onde, quando e em que momento que se definiu que a questão social seria esse objeto da profissão e o termo questão social, que é um termo ambíguo, é um termo que explica e não explica. Acho que o Zé Paulo tem um debate interessante sobre isso. E aí eu acho que nosso maior desafio é aprofundar nisso, entender de fato a questão social como luta de classes, entender a questão social a partir das suas particularidades. Então para mim é um debate que sim, é central, o que justifica a existência da nossa profissão. Então tem que estar na formação, mas esse desafio da gente, de fato, dar densidade para o estudo e para a compreensão da questão social, tanto de maneira geral quanto nas particularidades da nossa formação sócio-histórica, nas conjunturas específicas e tal (Cristiane Sabino de Souza – entrevista concedida para a dissertação).

Neste sentido, a pesquisa entende que a materialidade da questão social está no Serviço Social para compreender em sua formação profissional o que Silva (2014) ressalta, ou seja, que a questão social tem suas raízes no período colonial escravocrata, período este que houve contradição, exploração, acumulação, aviltamento, antagonismos, tensões e lutas sociais, gestadas dentro da sociedade que paulatinamente instituiu a mais-valia – em sua era comercial e concorrência-industrial – e que se traduziu historicamente pela luta contra a exploração negra e da servidão indígena.

Isso não significa desconsiderar a relação da questão social com as lutas operárias no período industrial. O intuito aqui é fornecer mais elementos que permitam a compreensão das particularidades da questão social brasileira que perpassam o período escravista e o trabalho da pessoa negra escravizada, bem como sua resistência. Por isso, o exposto se faz necessário para

(...) evitarmos pensar a nossa questão social somente pelos parâmetros europeus, envidando esforços em compreendê-la a partir da nossa formação social, pois (...) os determinantes sócio estruturais são os mesmos, mas a dinâmica não (Silva, 2014, p. 42).

Em consonância ao trabalho proposto, Ianni (1989) afirma que durante a vigência do regime de trabalho escravizado já havia uma questão social. Para ele, o fato do (a) escravizado (a) ser desapropriado (a) do produto de seu trabalho e da sua pessoa, sustenta e justifica a existência da questão social nesta época, ainda que seja necessário considerar as condições estabelecidas por aquela realidade, distintas das atuais, marcadas por outras mediações. Para o autor, o escravo

Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida do escravo era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e de outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto e transparente. (Ianni, 1989, p.146).

Ianni, em sua obra (1978), destaca um aspecto fundamental da formação social escravista, que reside no funcionamento e expansão do capital. Ele aponta a existência de um paradoxo que foi a coexistência e interdependência do trabalho escravizado e do trabalho livre, no contexto do mercantilismo. No limite, os trabalhadores escravizados estavam contribuindo para a formação do operariado. O autor argumenta que o trabalho escravizado nas Américas e Antilhas estava intrinsecamente ligado ao processo de gestação do capitalismo na Europa, especialmente na Inglaterra. Esse paradoxo se torna mais evidente à medida que o mercantilismo dá lugar ao capitalismo. Neste sentido, não existe base concreta para não compreender a questão social e a questão racial enquanto parte do mesmo processo de fundamento do capitalismo.

Para Ianni (Ianni *apud* Pereira, 2009), a questão social atravessa a história da formação da sociedade no Brasil e esta é fruto das desigualdades econômicas culturais e políticas. As expressões que mais se apresentam são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais que tensionam a relação entre a sociedade civil e o poder estatal.

Conceição (2014), concordando com a colocação de Ianni (1989), relata que a gênese da questão social brasileira tem relação com o contexto de formação socioeconômica e política no Brasil, ainda no período colonial, que se baseava no modo de produção escravista, cujo intuito era satisfazer o pré-capitalismo europeu. Era através do trabalho escravizado que a colônia enriquecia a metrópole parasitária e enriquecia o setor dominante no Brasil. Nas palavras de Conceição (2014):

A escravidão funcionava como peça-chave da alta lucratividade dos capitalistas coloniais, de forma que se situava diretamente vinculada à realização da produção nas melhores condições econômicas possíveis na medida em que este acumulava primitivamente capitais este “capitalista colonial” e erguia as bases necessárias para a formação de uma sociedade capitalista, e não sendo possível sem o trabalho da pessoa negra escrava (Conceição, 2014, p. 32-33).

A autora também relata que o processo de formação da questão social brasileira perpassa e se estrutura desde o Brasil colônia. Segundo Conceição, os trezentos anos de um modo de produção mercantil sustentado no trabalho escravizado no Brasil, contribuíram de maneira determinante para a particularidade da questão social brasileira. A autora insiste, corretamente, que esta particularidade reverbera ainda hoje nas relações de poder, sendo que a “questão da colonialidade permanece latente e determina ainda hoje as relações sociais, tanto a nível geopolítico, quanto mundial” (Conceição, 2014, p. 32).

Durans (2014), afirma que não se pode compreender questão social no Brasil sem debruçar-se sobre as complexas relações étnico-raciais que perpassam os três séculos de trabalho escravizado da população negra e indígena, que foram o pilar da formação social do Brasil. Entendemos que estes são elementos fundantes, pois perpassam as origens do pauperismo no país, que estão ligadas a herança das relações étnico-raciais gestadas neste período.

Em acordo com Durans (2014), ao serem questionadas (os) sobre a relevância da questão social na formação em Serviço Social, todas as quatro pessoas entrevistadas concordaram que é de importância fundamental para a formação. Três delas ressaltaram que, apesar da importância, ainda existem lacunas a serem observadas na abordagem da discussão. Todas as (os) entrevistadas (os) enfatizaram que essas lacunas estão relacionadas à discussão incipiente da questão social. Além disso, todas (os) destacaram a necessidade de fundamentar essa discussão em uma direção estratégica, considerando os princípios do projeto ético-político profissional.

Como demonstrativo do exposto, temos a fala de Cristiane Sabino de Souza, uma de nossas (os) entrevistadas (os), que afirma que existem lacunas no entendimento da profissão de seu objeto de trabalho (questão social). Para a mesma, o Serviço Social deixa de dar densidade ao debate da questão social na medida em que ele não traz a realidade latino-americana, que se relaciona com o modo de construir riqueza nesta sociabilidade. No Brasil, o racismo tem um papel fundamental. Em suas palavras, o Serviço Social precisa se atentar em

(...) como que a gente se apropria do método crítico-dialético que reivindicamos para fazer um movimento na análise concreta. E pra mim, acho que a lacuna que a gente tem no estudo da formação sócio-histórica brasileira, principalmente considerando, 300, quase 400 anos de escravismo, considerando o papel que o racismo desempenha nas relações sociais no Brasil, à medida que isso foi ignorado por bastante tempo, não só no serviço social, mas nas ciências sociais, na educação formal como um todo. Essa

lacuna permaneceu, então eu não tenho dúvidas nenhuma de que olhar para essa formação sócio-histórica, interpelar sobre como o racismo atua como engrenagem nessa sociedade, como que ele organiza as relações sociais, é que pode possibilitar a gente avançar também na compreensão da questão social. Uma compreensão para além do conceito, enfim, transformar esse conceito, que é bastante ambíguo, confuso, de fato, em algo que explique a realidade, que é bastante complexa (Cristiane Sabino de Souza – entrevista concedida para a dissertação).

Concordamos com Cristiane Sabino de Souza. Conforme traçamos nas notas expostas na primeira parte deste trabalho, o racismo, por ser estrutural, está diretamente relacionado à dinâmica do processo de construção, manutenção e reprodução do capitalismo. Portanto, ele é parte da composição da questão social. Sendo assim, não o abordar a partir dos processos das relações de produção, na formação de assistentes sociais, empobrece a captura o movimento do real desde sua totalidade, reduz a riqueza e a complexidade da questão Social no Brasil.

A mesma autora afirma que o debate da questão social feito na profissão, muitas vezes é generalista e desconsidera as particularidades da questão social no Brasil. Isso aparece nas produções da categoria. Segundo Cristiane Sabino de Souza,

(...) Se a gente pegar aquela Temporalis lá de 2001, eu acho que ela é um marco importante para a sistematização desse debate. Se a gente pegar toda a produção que tem da Temporalis de lá para cá, a gente vai ver como as coisas se repetem com uma apreensão bastante generalista da questão social. E isso é corrente nas produções da nossa formação e, ao mesmo tempo, se tem uma carência, a gente pode chamar de lacuna, de um aprofundamento das particularidades da questão social na América Latina, das particularidades regionais da questão social. A gente pensar a formação sócio-histórica brasileira e pensar o Brasil como um país gigantesco, então, pensar as expressões da questão social, por exemplo, é diferente de pensar no sul(...). (Cristiane Sabino de Souza – entrevista concedida para a dissertação)

O que nos leva a destacar que algumas questões devem ser observadas sobre a questão social no Brasil:

a) Para Netto (1992) a questão social no Brasil, teve seu apogeu em 1930 a partir da organização dos trabalhadores nas fábricas do capitalismo monopolista que se estruturava, por melhores condições de trabalho, momento que a classe trabalhadora no país entra no cenário político. Neste sentido, em meados de 1930 a questão social estava posta no terreno político. É uma limitação não analisar umas das primeiras políticas públicas do sistema capitalista que emergia, que foi exatamente a política de embranquecimento²³ feita por meio do Estado (representando os interesses

23 Ver subitem 1.3.

burgueses), que incentivou a vinda de trabalhadores europeus, desconsiderando que as pessoas negras que já trabalhavam aqui ficaram fora deste mercado de trabalho que se formava. Evidenciar este aspecto também não é contar a história da questão social no país? Ignorá-la trará o entendimento do que é a questão social?

b) Iamamoto (2006) evidencia que a questão social é rebeldia e dialeticamente é desigualdade. Como desconsiderar a rebeldia presente na luta da população negra enquanto um movimento organizado? Conforme trouxemos neste trabalho, a população negra sempre esteve organizada e assim permanece. E as desigualdades gestadas, perpetuadas e reajustadas do colonialismo no sistema capitalista, para nós não há dúvidas que são elementos fundamentais para compreensão da questão social.

É relevante destacar que não há dúvidas acerca das contribuições e avanços proporcionados por esses dois autores para a qualidade e aprofundamento da compreensão da própria profissão. Suas obras têm sido fundamentais para auxiliar o Serviço Social a compreender sua própria razão de ser, para situá-la no mundo de trabalho, nas relações de produção e, evidentemente, para compreender a questão social.

Cabe notar que o propósito desta pesquisa reside em contribuir para o acúmulo de conhecimento da profissão sobre seu objeto de trabalho: a questão social. Não se trata de uma crítica pela crítica, mas sim de uma análise crítica que visa avançar nas lacunas objetivamente presentes na formação profissional. Ou seja, nosso objetivo é dialogar criticamente com estas produções para avançarmos no debate e contribuir com a defesa do legado crítico construído historicamente pela profissão e seu projeto ético-político profissional. Para tal, é necessário tanto reconhecer os limites quanto os avanços das produções que dialogam com o objeto de trabalho da profissão.

Estamos em acordo com Martins, (2012) e entendemos que as lutas das pessoas negras no Brasil, direcionadas ao Estado para garantir igualdade de direitos diante das desigualdades decorrentes das relações de classe, devem ser compreendidas como parte integrante das lutas sociais contra as injustiças intrinsecamente relacionadas à sociedade capitalista, embora também envolvam lutas raciais específicas.

Em consonância com o que foi exposto, Martins (2012) destaca que a compreensão da questão social historicamente envolve a luta entre capital e trabalho, com a organização sindical desempenhando um papel central. No entanto, é crucial

reconhecer que os (as) trabalhadores (as) negros (as) foram objetivamente excluídos (as) dos trabalhos formais, devido ao racismo no mercado de trabalho, mas vale pontuar que este fato não exclui a população negra enquanto classe trabalhadora, ao passo que estes (as) somente tinham sua força de trabalho para vender.

Incorporar na formação em Serviço Social tanto estes processos quanto a afirmação de Ianni (1989) de que a questão social estava aberta e posta no período escravagista, onde existiu acumulação de capitais e exploração do trabalho de forma compulsória, contribui para que a profissão possa se munir de subsídios teóricos e ir de encontro com o entendimento ao conjunto da diversidade da classe trabalhadora e assim enfrentar a questão social de forma concreta. Sabemos que, conforme dialoga Correa (2020), as determinações do racismo estrutural subsidiam as relações sociais e sustentam a desigualdade socio racial, portanto, a própria questão social

Concordamos com Martins (2017) – uma das principais referências sobre a discussão da questão racial enquanto elemento fundamental da questão social –, quando destaca que é não possível debater o racismo no Brasil sem realizar as devidas mediações com a questão social. Entendemos que o contrário é verdadeiro: não dá para debater a questão social no Brasil sem debater o racismo, pois “outros elementos interferem e mediam a questão social. No caso brasileiro, as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades histórico-sociais, interferindo e agravando a conformação da questão social” (Martins, p. 14, 2017). Conforme a própria autora coloca (Martins, 2017), as relações raciais não podem ser apartadas do entendimento da crítica da economia política, ou seja, das estruturas e dos processos econômicos e político.

Martins (2017) destaca dados da realidade que corroboram para desvelar esse complexo contexto. Conforme a autora, as pessoas que recebem transferência de renda pelo programa Bolsa família do governo federal, cujo critério de elegibilidade é estar abaixo do que o estado capitalista considera a linha da pobreza – que na época do estudo era uma renda mensal inferior a R\$ 70,00 por pessoa por domicílio –, 70% delas eram pessoas negras.

Martins (2017), sobre a pobreza e a população negra, indaga que apesar de a pobreza não ser determinada pelo racismo e sim pela apropriação individual da riqueza coletivamente produzida, bem como da exploração do trabalho pelos mandos do capital, o racismo no Brasil cumpre uma função essencial neste processo, pois é o racismo estrutural que, em simbiose com a questão social, vai nos possibilitar

fundamentos para se compreender as condições dos trabalhadores e trabalhadoras negros (as), os porquês destes (as) ocuparem quantitativamente as piores posições no que refere às refrações da questão social.

A respeito da pobreza e a realidade da população negra, um de nossas (os) entrevistadas (os), Tales Willyan Fornazier Moreira, aponta para a mesma realidade. Segundo ele:

(...) o último dado do cadastro único mostra que 90% das pessoas cadastradas são mulheres e dessas 90%, 75(%) diz respeito às mulheres negras. Então a gente tem um dado real e concreto de que o público majoritário são as mulheres negras, especialmente na assistência social (...). Então, se a gente tem, o público majoritário, quase que absoluto, de população negra, e a gente não compreende os fundamentos do racismo na sua intrínseca relação com a questão social, significa que muito facilmente no nosso atendimento a gente vai contribuir para a manutenção assimétrica dessas relações; a gente vai contribuir, não só para a reprodução do racismo institucional, mas para a própria perpetuação dessas desigualdades históricas. Inclusive de naturalização da pobreza, enquanto algo decorrente de uma suposta baixa-moralidade e vinculado a negras e negros (Tales Willyan Fornazier Moreira – entrevista concedida para a dissertação).

Com o exposto, podemos observar que no Brasil a questão social possui elementos que a alicerçam e garantem sua reprodução e que estes elementos se relacionam com as relações de exploração e de opressão no capitalismo. Estas relações são gestadas e atreladas à questão racial, na medida que não há como negar que as diversificações de acesso à riqueza socialmente produzida não tenham, nas relações raciais, elementos de sua materialidade. Concordamos com a reflexão de Tales Willyan Fornazier Moreira, que aponta que ao deixarmos de observar a questão social e a sua relação intrínseca com as relações raciais, deixamos de compreendê-la a partir da totalidade e contribuimos com a reprodução dos racismos.

(...) se a questão social se dá no conflito entre as classes, na relação contraditória entre capital e trabalho, entre riqueza socialmente produzida e tal, a gente precisa dar materialidade para essa análise, porque senão, ficamos numa discussão abstrata e descolada da realidade. Ou seja, precisamos também racializar o debate sobre quem é a classe trabalhadora no Brasil. Com isso, a gente está trazendo para uma dimensão real e concreta de leitura da realidade e do que estrutura nossa formação, e não olhar pra isso, não entender de que país estamos falando, não faz nenhum sentido. Ora, a gente tem como pressuposto e uma das questões base das Diretrizes da ABEPSS e do projeto de formação que defendemos, a apreensão do processo histórico como totalidade, não é? Então avançar nessa análise é uma das questões centrais para a gente e é pra ontem. Não olhar para nossa formação sócio-histórica, significa entrarmos em contradição não apenas com o próprio método, mas com um dos pressupostos da formação que defendemos, que é a apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade e, mais que isso, significa a gente contribuir também com a reprodução do racismo institucional e dessas desigualdades históricas, porque na medida em que a gente não

conhece essa realidade do ponto de vista dos seus fundamentos, contribuímos com a reprodução do racismo (Tales Willyan Fornazier Moreira – entrevista concedida para a dissertação).

Ainda que a pobreza e o desemprego sejam expressões da questão social, elas não deixam de ser reiteradas pelo racismo. No caso brasileiro a questão social é marcada também pela marca da escravização e do racismo, engendradas a partir do capitalismo hipertardio (Martins, 2017).

Nesse sentido, é essencial compreender a dinâmica que deu origem à questão social e ao próprio sistema capitalista no país, que se baseou no trabalho da população negra durante o período da escravidão. E após a abolição da escravidão no país, essa mesma população foi empurrada para a posição de reserva de exército industrial de reserva, sendo excluída de empregos formais. Esse processo progressivamente distanciou essa comunidade dos direitos mais fundamentais, incluindo o direito à subsistência. Defendemos que não observar este processo ao se tratar da questão social, deixamos de assimilar verdadeiramente a questão social. Portanto, o objeto do Serviço Social. Tales Willyan Fornazier Moreira aponta na mesma direção.

(...) a gente precisa dar concretude para esse objeto, porque muitas vezes fazemos uma discussão abstrata que em nada dialoga com a realidade. Quando perguntamos em sala de aula: o que é questão social? Ouvimos sempre a mesma coisa “ah é a relação contraditória entre capital trabalho”. E aí a gente vai criando alguns chavões e não saímos disso. Tá, cara pálida, mas o que isso significa na realidade concreta? Precisamos construir mediações para superar essa análise abstrata e fazer essa relação com a realidade. (...) O que significa no cotidiano, no miúdo da vida, no trabalho profissional? Porque é isso o que mais importa, pois, ao fim e ao cabo, é para isso que a gente está se formando para ser assistentes sociais. Então assim, qual é essa relação que a gente constrói com a realidade, com o chão, com o real, com o concreto? A gente precisa conseguir esmiuçar e dar materialidade a isso, para compreendermos como essa questão social se dá na dinâmica da realidade.. E entender que isso tem, como fundamento, as desigualdades sociais que, em nossa realidade, são estruturadas pelo racismo e pelo sexismo (Tales Willyan Fornazier Moreira – entrevista concedida para a dissertação).

Entendemos que se apropriar da discussão de Netto (1992) que a questão social é a contradição entre o capital e o trabalho é diferente de tratá-la como um chavão acrítico, como coloca Tales Willyan F. Moreira. No trecho acima, é preciso ir além do que está dado à primeira vista. A análise de Netto (1992) está correta, mas cabe mediações e adensamentos. É preciso alargar essa visão da questão social, adensá-la, considerando o movimento do real e da história do país. Defendemos que a análise da questão social não deve ser encarada como um dogma nem como um

mero rosário a ser repetido mecanicamente. Ela deve ser vista como um instrumento e um convite para compreender a realidade de forma mais profunda e contextualizada. Sabino, em entrevista concedida para essa dissertação, oferece bons elementos para realizarmos este debate. Ela demonstra como está tratando esta temática em suas disciplinas e ressalta que faz o debate a partir do trabalho, da América Latina, da teoria marxista da dependência, do debate da terra e do escravismo. Em suas palavras, a questão social é a

contradição capital e trabalho, que trabalho é esse, quem faz esse trabalho, como vive esse trabalhador? Então, toda aproximação com a teoria marxista da dependência, com o debate da superexploração da força de trabalho na América Latina e toda aproximação anterior que eu tinha com o debate da questão agrária, a centralidade da terra; isso vai também criando essas bases para entender um pouco mais dessa formação sócio-histórica e o estudo sobre o escravismo (...) (Cristiane Sabino de Souza – entrevista concedida para a dissertação).

Todas as entrevistadas e entrevistados, de alguma maneira, enfatizaram a necessidade de concretizar o debate sobre a questão social, tirando-o do âmbito do abstrato. Para isso, é urgente incluir um debate fundamental sobre as relações raciais, uma vez que, como sabemos, a maioria da classe trabalhadora no país é composta por pessoas negras. De acordo com dados do IBGE (2022), a população negra representa 56% da população. É incabível não se aprofundar nestes aspectos. Para Tales Willyan Fornazier Moreira, quando tratamos do país precisamos entender que:

a gente está falando de um país de 523 anos, em que quase 400 anos se consolidou sob o jugo do escravismo colonial. A gente está falando do país que mais trouxe (isso, de acordo com pesquisas do próprio Clóvis Moura, e o Chico de Oliveira vai trazer isso também), africanos e africanas nos navios Negreiros para serem escravizadas. A gente está falando do país que, de todos os países onde teve tráfico negreiro, foi o país que trouxe no pelo menos 40% de todos e todas africanas para serem escravizado(a)s. Temos noção do que isso significa? Então assim, isso não é qualquer coisa. E não conhecermos, de fato, as particularidades da nossa formação social, é o que o Clóvis Moura diz, significa a gente escamotear e secundarizar o que de fundamental estrutura a nossa realidade (Tales Willyan Fornazier Moreira – entrevista concedida para a dissertação).

Maria Helena Elpídio, outra de nossas entrevistadas, destacou algumas carências na compreensão da profissão em relação à questão social, apontando que estas se apresentam na própria concepção da profissão e na lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS. Ela enfatizou que essa abordagem muitas vezes adota uma análise abstrata que se distancia da realidade concreta, sendo influenciada por perspectivas idealistas e liberais que priorizam a política social em detrimento da compreensão da

dinâmica das expressões da questão social e da luta de classes. Para ela, a profissão falha em ter uma compreensão mais profunda da classe social, especialmente tanto no Brasil quanto da América Latina, tendo como resultado uma análise que não leva em conta as dimensões de raça, gênero e território na organização da sociedade capitalista. Isso prejudica a profissão a entender as dimensões que são fundamentais da questão social e da luta de classes. A abordagem muitas vezes se concentra em categorias conceituais e, nesse processo, tende a adotar uma análise abstrata da realidade. Isso implica tratá-las como entidades desconexas da realidade concreta, resultando em uma falta de conexão com a prática real.

Essa desconexão é muitas vezes causada por perspectivas que tendem a ser idealistas ou liberais, especialmente em relação à política social, o que limita a compreensão das complexidades e desafios da questão social na prática profissional do Serviço Social. Além disso, muitas vezes essa abordagem incorpora uma concepção ainda universalista da compreensão da questão social, baseada em um proletariado e não reconhece as diversas expressões e particularidades que existem dentro da classe trabalhadora como um todo.

primeiro: essa primeira linha que eu falei, pode caminhar para uma tecnificação da compreensão da questão social e uma certa planificação e orientação que vai estar muito mais no campo das ciências sociais aplicadas como um todo e no campo das Ciências Sociais, que vai entender a questão social como problema social, e daí as suas respostas elas vão ser compreendidas também numa certa direção e natureza, que vai incidir direto na situação profissional e na concepção de profissão; e uma segunda, que embora esteja num campo crítico dialético do próprio Marxismo, ainda vai trabalhar a partir de categorias que, de certa forma, não conseguem se aproximar desse universo real da particularidade da classe trabalhadora e das suas especificidades (Maria Helena Elpídio – entrevista concedida para a dissertação).

Concordamos com Maria Helena Elpídio e reconhecemos a urgência de que o Serviço Social aborde e investigue as lacunas que afetam a profissão, especialmente no que diz respeito à questão social, que é o cerne do trabalho dos (as) assistentes sociais. Além disso, como observou Maria Cristina de Souza em nossa entrevista, durante o período de renovação da profissão, que resultou no projeto ético-político profissional, houve uma sobrecarga de tarefas e algumas lacunas não puderam ser abordadas completamente. Isso resultou em deixar a questão racial em segundo plano, o que para nós se deve em parte à falta de compreensão das dinâmicas trazidas por nossas (os) entrevistadas (as). Portanto, da não apreensão de alguns processos que compõem o próprio objeto de trabalho da profissão, ou seja, a tentativa

de transpor a realidade da Europa para as Américas de forma acrítica sem realizar as devidas mediações.

Vimos que no período de passagem de trabalho compulsório para o trabalho “livre”, houve uma política pública que minou a classe trabalhadora socializada como negra dos postos de trabalho formais, restando-lhes a informalidade, a falta de acesso à terra e inúmeras outras violações de direitos. Nesta direção Martins relata:

A partir da década de 1930, após se processar a transição capitalista no país e a industrialização se constituir em atração para a abundante força de trabalho existente no campo brasileiro, aquela população negra desocupada e/ou subempregada, mantida por décadas nas regiões menos desenvolvidas, se somará aos negros que, mesmo tendo permanecido em áreas urbanas das regiões de maior desenvolvimento capitalista do país (a exemplo do Sudeste), em decorrência da competição com os trabalhadores europeus, permaneceram fora dos setores e empregos com relações formais (Martins, 2012, p. 122).

A nossa defesa é que, mais do que apenas ser um dado sócio-histórico isolado, o processo de exclusão da classe trabalhadora negra dos locais de trabalho, durante o período de 1930, está intrinsecamente relacionado à mesma dinâmica que viu a classe trabalhadora branca de origem europeia ocupando esses espaços. Isso demonstra que há uma dialética que envolve ambos os (as) trabalhadores (as), negros e brancos, pois ao mesmo tempo em que se expulsa os (as) trabalhadores (as) negros (as), se reserva estes mesmos espaços aos trabalhadores brancos. Em outras palavras, esses dois processos são elementos integrantes dos fundamentos da questão social no Brasil, revelando uma dinâmica complexa e interconectada que necessariamente precisam aparecer na formação profissional ao tratarmos sobre questão social no Brasil.

Segundo Pereira e Sampaio (2018), naquele período a população negra nem se enquadrava enquanto pertencentes ao exército industrial de reserva²⁴. Para as autoras, o lugar destes (as) trabalhadores (as) negros (as) era o de superpopulação relativa, portanto o segmento de pessoas que vivenciam as refrações mais cruéis do pauperismo. Sobre a população negra enquanto parte da superpopulação do capital elas explicam que:

Não se pretende aqui transpor o que Marx (2013) descreveu como “sedimento mais baixo da superpopulação relativa”, de maneira mecânica para a realidade brasileira quando tratamos do fim da escravidão, mas sim refletir sobre as interfaces que permeiam essa categoria, quando pensamos

24 Conceito da teoria marxiana já apontado no item 1.7.

as especificidades de nossa formação social. Ou seja, entende-se que no caso brasileiro não é necessário que o negro seja “degradado, maltrapilho, incapacitado para o trabalho”, para que componha esse lugar, porque o racismo já destinou a ele — pela sua insígnia — o lugar de “incapaz”, “inferior”, “vagabundo” e de tantos outros atributos que o subjugam. Tais aspectos traduzem aos negros o adjetivo de “classe perigosa”, denominação clássica — da administração pública do século XIX — atribuída a qualquer pessoa que fosse um potencial desagregador da ordem (Pereira; Sampaio, 2018, p. 441).

Outro aspecto relevante que se destaca durante o surgimento da questão social no Brasil, conforme registrado por Netto (1992) na era do capitalismo monopolista no Brasil, em meados da década de 1930, são as mudanças no tratamento da questão social no país. Isso está de acordo com as observações de Cardoso e Macedo (2015), que apontam a transição da questão social de um "caso de polícia" para um "caso de política social". Esses autores argumentam que o paternalismo e o autoritarismo profundamente enraizados na sociedade brasileira costumavam fazer com que a questão social fosse tratada como um problema policial.

No entanto, como Netto (1992) enfatiza, a classe trabalhadora branca que ocupava as fábricas naquele período desafiou essa abordagem, convocando o Estado e o capital a se envolverem na formulação de políticas sociais. Isso marcou uma dinâmica de conquista e concessão na luta pelos direitos sociais. Esses tópicos são de extrema importância na formação do Serviço Social, uma vez que estão relacionados à luta da classe trabalhadora e à questão social. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que o tratamento da questão social como um "caso de polícia" continua sendo uma realidade presente, sobretudo quando observamos como o Estado lida com a classe trabalhadora negra até os dias de hoje, portanto, faz parte do que significa a questão social no país.

Sobre esta realidade, a violência policial direcionada à população negra é evidente quando observamos as estatísticas de mortes causadas pela polícia militar. Os dados de encarceramento prisional também revelam um quadro alarmante, caracterizado por um verdadeiro genocídio em curso (como destacado no item 2.5. deste trabalho).

O relatório intitulado "Pele Alvo: a Cor que a Polícia Apaga", apresenta informações cruciais sobre esse cenário. Esse relatório foi elaborado com base em dados fornecidos pelas secretarias estaduais de Segurança. No estado da Bahia, por exemplo, 97,9% das vítimas de violência policial são negras. Em Pernambuco, esse número chega a 96,3%, no Ceará a proporção é de 92,3%, no Rio de Janeiro é de

87,3%, no Piauí alcança 75%, e em São Paulo, 68,8% das vítimas são negras. No entanto, no Maranhão, a secretaria de segurança impede a análise dos dados sobre letalidade policial ao não divulgar a distribuição de cor das vítimas (Ramos, Silva et al, 2022). Dados que estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de mortes decorrentes de intervenção do Estado por raça ou cor – 2021

Número de mortes decorrentes de intervenção do Estado por raça ou cor - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2021							
COR	ESTADO						
	BA*	CE	MA	PE	PI	RJ	SP
BRANCA	13	3	0	4	8	154	149
NEGRA**	603	36	0	101	24	1060	330
NI	397	86	87	0	2	142	90
OUTROS	0	0	0	0	0	0	1
PARDA	528	31	0	95	20	696	293
PRETA	75	5	0	6	4	364	37
TOTAL GERAL	1013	125	87	105	34	1356	570

Fonte: Ramos (2022).

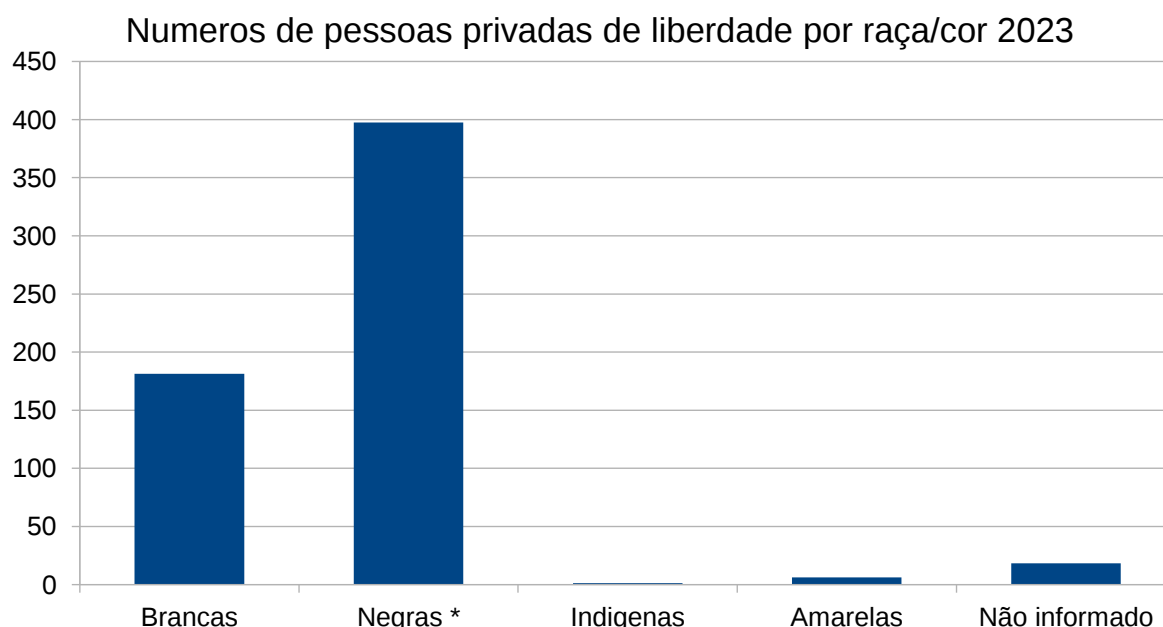
O histórico de violência do Estado brasileiro contra a população negra remonta ao período desde a chegada forçada nestas terras. Pereira e Sampaio (2018) destacam que a criminalização da pobreza, particularmente quando se trata de pessoas negras, sempre foi uma constante na história do Brasil, o que evidencia uma estreita conexão entre a questão social e a questão racial.

Os autores (Pereira e Sampaio, 2018) apontam que o Código Penal de 1890 (Decreto n. 847/1890) oferece indícios dessa associação entre classe social e raça. Esse vínculo é particularmente visível no capítulo XIII do Código, intitulado "Dos vadios e capoeiras", onde a prática da capoeira é considerada uma infração. A capoeira, notadamente associada à população negra, era criminalizada, fornecendo um exemplo nítido da maneira como as legislações historicamente sempre visaram a população negra como alvo de repressão.

O Estado, enquanto um dos instrumentos do poder político do capital, tem historicamente encarado a questão da população negra como um "caso de polícia".

Essa abordagem persiste até os dias de hoje. Dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, confirmam essa realidade, conforme o gráfico:

Gráfico 4: Números de pessoas privadas de liberdade por raça/cor 2023



* Negras = Somatória de pessoas pretas e pardas conforme o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Fonte: SENAPPEN. Elaborado pela autora.

Conforme relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Diretoria de Inteligência Penitenciária – SENAPPEN (2023), dos 644,305 indivíduos atualmente detidos no sistema prisional brasileiro, entre homens e mulheres, a distribuição racial revela a seguinte realidade: 397,427 são pessoas negras (pretas e pardas); 181,414 são brancas; 6,346 são de origem amarela; 1,226 são indígenas enquanto 18,245 não forneceram informações. Ou seja 61,68% das pessoas encarceradas são negras.

Estes números destacam o que viemos evidenciando neste texto: há uma disparidade racial no país, mais do que isso, ela compõe a questão social, a questão racial é expressão da questão social e dialeticamente é um componente desta. Maria Helena Elpidio destaca que a questão racial

é o que está na essência, e 'é também' é porque como se materializa. Então é a realidade da forma da qual ela está colocada, e não é à toa que o racismo vai mostrar as contradições de todo o capitalismo antes mesmo dessa crise aguda de questões que estamos vendo agora. A gente está correndo atrás de enfrentamento, a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, a não precarização trabalhista. Eu quero dizer que a reestruturação produtiva do trabalho já chegou para a classe preta há muito tempo. A falta de previdência

social, nunca teve, a proteção ao trabalho não existiu, se agrava nesse momento. Mas se a gente prestasse atenção no que o racismo (que é um elemento e um componente fundamental de articulação com o capitalismo), produziu, se a gente prestasse atenção nisso antes, as nossas lutas e estratégias já estariam em outro patamar. E eu falo isso enquanto sujeitos históricos de modo geral. Por que a gente ganha tão pouco na América Latina? Por que tem país de Terceiro Mundo? Porque tem capitalismo dependente. E por que tem capitalismo dependente? Porque tem processos de exploração do trabalho, ou de superexploração do trabalho, que precisa de corpos pretos para sustentar uma hierarquia dentro da própria classe trabalhadora, para baratear custos de produção e aumentar os processos de valorização do capital (Maria Helena Elpídio – entrevista concedida para a dissertação).

Conforme evidenciado por nossas (os) entrevistadas (os), nossa pesquisa enfatiza a necessidade de incorporar a questão social e questão racial na formação em Serviço Social. Reconhecemos que isso deve ser construído com base nos debates já existentes na profissão, levando em consideração os avanços desde a renovação crítica e a reconceituação do Serviço Social. Contudo, também reconhecemos a importância de aprofundar e enriquecer essas discussões. Nosso objetivo é tornar o debate sobre a questão social no Brasil mais concreto, indo além do abstrato. Entendemos que essa discussão está inextricavelmente ligada ao debate sobre o racismo estrutural. Não é coincidência que muitos dos temas abordados neste item estejam relacionados aos debates da primeira parte deste texto. Defendemos uma formação profissional que compreenda a "matéria-prima" do Serviço Social, a partir de uma perspectiva mais abrangente, abarcando a totalidade. Busca-se, assim, desenvolver um debate que esteja em sintonia com a realidade da classe trabalhadora no Brasil e que dialogue com sua materialidade. Isso é fundamental para lidar com as complexas realidades enfrentadas pela classe trabalhadora no país verdadeiramente. Assim sendo, estamos em acordo com o Maria Helena Elpídio e sabemos que é preciso partir

da compreensão da questão social dentro daquilo que no serviço social a gente tem acumulado, em especial, partindo da lei geral de acumulação capitalista, o debate étnico racial é importante porque nesse processo de reiteração do racismo enquanto elemento presente na nossa sociedade, se é racismo ele é inerente a esse processo de produção dentro do capitalismo que se coloca a partir dessa divisão social do trabalho. E se tem essa divisão social do trabalho, como eu já disse, tem-se também nas particularidades da formação da classe trabalhadora, uma divisão racial, uma divisão sexual e territorial do trabalho. Então ele está na base da compreensão da questão social, a dimensão do racismo é base estruturante nisso, e aí um outro componente também é que, na leitura sobre o debate da questão racial, trazer os elementos da sua resistência em luta e trazer a população negra enquanto sujeito, é um fator primordial para a gente entender essa particularidade das lutas sociais, entender as particularidades das formas de resistência da classe trabalhadora, não homogeneizando estes processos e buscando formas clássicas de uma composição de uma classe trabalhadora, por exemplo,

européia, que vai ter uma outra formação e condições concretas de organização, de auto organização, de sobrevivência e de resistência (Maria Helena Elpidio – entrevista concedida para a dissertação).

Diante do exposto, tendo em vista importância de integrar a questão racial na formação em Serviço Social e aprofundar o debate sobre a questão social no Brasil, debateremos, no próximo item, a formação em Serviço Social e a questão racial.

2.5. Questão racial e formação profissional: “na perspectiva de indissociabilidade”²⁵

Os primeiros currículos dos cursos de graduação em Serviço Social estavam alinhados a uma perspectiva conservadora. Vinculavam-se ao conservadorismo, ao eugenismo e ao racismo, sendo parte integrante do projeto de construção de país (Elpidio; Valdo, 2022).

Para Elpidio e Valdo (2022), a orientação da profissão estava alicerçada nestas mesmas bases: racista, eugenista e conservadora, mantendo essa hegemonia nos primeiros 50 anos da institucionalização do Serviço Social no país. Esse processo contribuiu para que a profissão ficasse marcada por práticas e formações profissionais repletas de racismo, moralismo e fiscalização não ausentes nos dias atuais. Estamos em acordo com os (as) autores (as) e entendemos que a intervenção e formação profissional no período de gênese da profissão no Brasil era repleta de racismo, eugenia e moralismo. Ao passo que o Serviço Social tradicional não reunia elementos teóricos e metodológicos que fossem capazes de capturar o movimento do real e se contrapor ao imediatamente posto. Ao contrário, reforçavam diversos preconceitos.

Foi somente a partir do legado do movimento de reconceituação latino-americano e da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, já abordado (item 2.3), que o conservadorismo profissional passou a ser objeto de questionamento (Elpidio; Valdo, 2022). Esse questionamento se deu principalmente com a perspectiva de intenção de ruptura, influenciada pelo pensamento marxista (Elpidio; Valdo, 2022). Foi por meio do movimento de reconceituação no seu legado mais crítico que as transformações mais significativas na profissão se materializaram, orientando-a em direção a uma abordagem mais progressista e socialmente referenciada.

25 Fala de um entrevistado: Tales W. F. Moreira

No mesmo movimento de entender o significado social da profissão que foi provocado pelo movimento da realidade, que denominamos enquanto renovação crítica do Serviço Social, a profissão a partir de seus quadros, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, inicia uma série de aproximações mais fecundas com a teoria marxiana tendo como resultado um salto teórico-prático qualitativo no campo da formação acadêmico-profissional.

Anterior ao movimento de reconceituação e de sua renovação crítica no Brasil, a profissão se apropriava de teorias que não propunham mudanças estruturais. Atualmente o Serviço Social é uma profissão com um PEP que tensiona na direção de outra ordem societária adversa a do capital (CFESS, 2006), pondo em pauta a eliminação da exploração de classe, gênero, raça e etnia. Segundo Netto (2006) o PEP

(...) tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (Netto, 2006, p. 15).

É inegável que a aproximação com os marxismos, derivada da herança do movimento de reconceituação, demarcou a maturidade profissional. Deste processo, não podemos deixar de reconhecer algumas teses que formam importantes e contribuiriam para essa maturidade profissional. A tese desenvolvida por Guerra (2012), por exemplo, ressaltou a compreensão das três dimensões inseparáveis do Serviço Social: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa, debate esse aprofundado na relação com as discussões travadas no âmbito da categoria profissional. Além disso, Guerra também contribuiu para a discussão sobre os instrumentais do Serviço Social. Vale mencionar, ainda, a síntese elaborada por Netto sobre o Projeto Ético-político (PEP) profissional, bem como seu debate acerca do sincretismo/ecletismo profissional (Netto, 1991 e 1992). E ainda, a tese de Iamamoto e Carvalho (1982), que revela o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Ademais, as observações de Iamamoto (1992) sobre a questão social como parte inseparável do trabalho profissional, mais recentemente adensadas com estudos da profissão no processo de financeirização do capital (2007). Vale destacar, ainda, os importantes avanços coletivos da profissão na relação entre estado, políticas sociais, assistência social e

questão social, ainda que se deva debater os problemas contidos em uma abordagem unicamente centrada nestas dimensões (Silva, 2013).

Nesse processo, relevante destacar os estudos de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus, denominada “A questão étnico-racial enquanto elemento de uma prática transformadora” e o texto de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana, intitulado “O Serviço Social e os bastidores do racismo”, apresentados no CBAS em 1989 (Pereira, 2010) - teses que não tiveram na época o devido reconhecimento. Estas contribuições aportaram a construção coletiva das diretrizes da ABEPSS (1996), o estabelecimento do Código de Ética Profissional (1993) e a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão (1993), enquanto marcos fundamentais no fortalecimento da profissão. Este movimento de renovação crítica aliado a estas elaborações, trouxeram ao Serviço Social a possibilidade de uma compreensão comprometida com a totalidade social. Para além disso, ofereceu ao Serviço Social a possibilidade de se aliar aos interesses da classe que vai construir as mudanças societárias, mudanças estas que não virão sem um debate sério do que significa o racismo no país.

Nesse contexto, é crucial reconhecer que, embora não descartamos os avanços das elaborações citadas, o debate sobre o racismo na profissão é incipiente, ainda que não seja uma demanda nova ao Serviço Social. Ele não foi adensado em aspectos essenciais necessários para a análise das relações raciais enquanto um elemento estrutural da questão social. Segundo Maria Cristina de Souza,

(...) quando você pega a própria bibliografia básica do serviço social na política social, ela não tem a história do negro, o movimento negro, o que ele fez, como é que... o que aconteceu pós escravidão, qual é a influência nisso. Até hoje, se a gente avaliar a sociedade escravocrata que a gente tem com fundamentos escravocratas, como é que se comporta a elite brasileira, não tem no fundamento da questão do processo de escravidão que aconteceu no Brasil, como que foi esse comportamento e principalmente qual foi a reação (Maria Cristina de Souza – entrevista concedida para a dissertação).

Concordamos com esta observação de Maria Cristina de Souza. O Serviço Social, que não está isolado do conjunto da sociedade, não introduziu substancialmente, sobretudo na sua formação profissional, aspectos teóricos que pudessem auxiliar a construção de uma visão mais alargada sobre a sociedade do capital, em particular, a relação entre racismo, periferia do capital e acumulação capitalista.

Para Correia (2020), com todos os dados a exemplo dos índices IBGE, do mapa da violência e os demais índices, apontando para uma convergência, não ocasional, que envolve os piores índices – ainda atuais – sobre a realidade da população negra, isso não foi suficiente para que a profissão deixasse de construir um legado de silêncio a respeito da questão racial, que se observa tanto nas publicações do Serviço Social quanto na formação profissional. Não se abordou o racismo enquanto uma determinação indispensável para a compreensão das raízes das disparidades deste sistema econômico. Segundo a Correia (2020),

Apesar de todas as pesquisas e dos indicadores sociais, o Serviço Social insiste, em seu debate teórico, em ocultar que nas relações de exploração, no contexto brasileiro, estão presentes as relações raciais. Diante dessa realidade, a questão social tratada pelo Serviço Social brasileiro acaba esvaziada de determinações próprias da formação social do país – o racismo estrutural é parte dessas determinações silenciadas (Correia, 2020, p. 119-120).

Correia (2020) defende a tese de que o distanciamento entre o Serviço Social e a questão racial é explicada pela histórica ligação da profissão desde de sua gênese com as respostas à questão social ofertadas pelo Estado, na medida que há um afastamento do trabalho formal em relação a população negra e, conseqüentemente, da cidadania regulada. Estamos em acordo com a autora, e acrescentamos que o fato de a população negra não ser alvo de cidadania regulada, não elimina o fato desta ser alvo de política de Estado enquanto um representante do capital. Como demonstrado, esta população é alvo de política de Estado de genocídio, de barragens sociais de trabalho, habitação, alimentação e saúde etc.

Correia (2020) discorre que a questão étnico-racial foi silenciada dos debates da categoria. Para ela significa dizer que houve uma invisibilização, uma naturalização ou mesmo uma secundarização do debate. A autora cita, como exemplo, o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989 (VI CBAS), quando duas assistentes sociais, que são referência no debate as docentes – Magali da Silva Almeida e Matilde Ribeiro –, pautaram o debate étnico-racial como indispensável para a categoria profissional e não tiveram a devida importância.

Cabe indagar: se no período de institucionalização do Serviço Social a dificuldade era a falta de compromisso da profissão com as demandas da classe trabalhadora em sua totalidade, qual seria a justificativa da profissão nos dias atuais para não integrar de maneira adequada o debate sobre a questão racial em sua

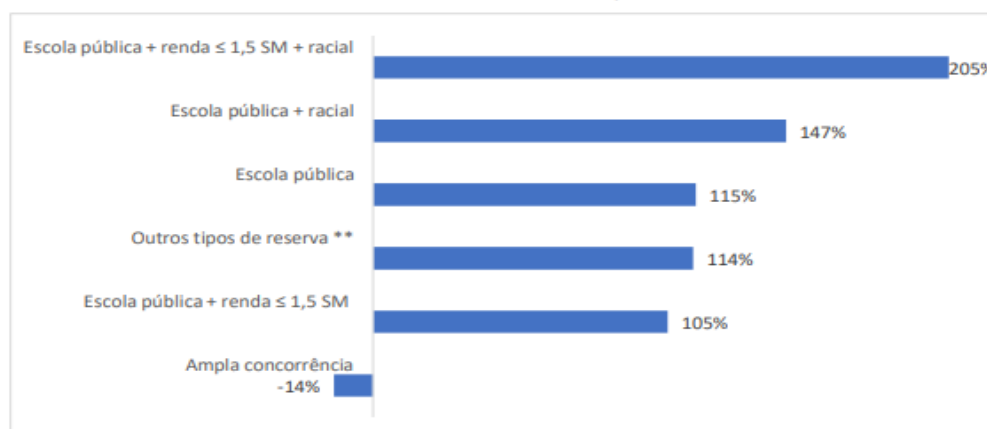
formação profissional? Entendemos que o silenciamento do Serviço Social em relação à questão racial tem suas raízes na realidade social.

Neste sentido, podemos observar que o cenário de silenciamento histórico vem sendo tensionado não por acaso, mas como resultado de um movimento que emergiu da progressiva expansão do acesso de pessoas negras e indígenas às universidades públicas, através de ações afirmativas baseadas em cotas raciais, uma medida viabilizada pela Lei nº 12.711/2012, gestadas nas lutas de pessoas negras (conforme apresentado no item 2.6).

Esse movimento tem levado o Serviço Social e as universidades públicas como um todo a vivenciarem uma onda negra, conforme visualizamos no gráfico 5 (abaixo). Entre 2013 a 2019, houve um aumento significativo (ainda que insuficiente), na variação percentual de estudantes provenientes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e de baixa renda, representando um aumento de 205%, significando um aumento de 114% de pretos, pardos e indígenas provenientes de escolas públicas:

Gráfico 5: Variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas, universidades federais

Variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas, universidades federais – Brasil, 2013-2019



Fonte: Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros, 2022. Elaboração: Ação Educativa e LEPES UFRJ.

Essa entrada de pessoas negras e indígenas nas universidades trazem novos ventos e diálogos às universidades e ao Serviço Social. Destaca Maria Helena Elpidio:

é quando os alunos pretos e pretas chegam na universidade e esse tensionamento aumenta, a despeito (...) o que eu estou dizendo é que, na minha trajetória o debate étnico racial vem de novo, a partir de uma demanda real e concreta, do meu exercício profissional enquanto docente. A gente é

sempre desafiada por eles, ainda bem e ajuda a movimentar (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

Em acordo com o depoimento de Maria Helena Elpídio, Tales Willyan Fornazier Moreira aponta que o avanço do debate étnico-racial na formação em Serviço Social, vem acompanhado da demanda dos (as) estudantes. Em sua fala, Tales W. Fornazier Moreira aponta a sua experiência enquanto docente.

(...) eu criei uma disciplina eletiva, vinculada ao curso de serviço social, sobre racismo estrutural e conjuntura brasileira, e essa disciplina eletiva foi aberta a todos os cursos, não só do campus de Goiás-GO. Mas foi uma disciplina que foi aberta, como estava no período remoto, para todos os cursos também de Goiânia, do campus sede. Essa disciplina teve muita, muita, muita demanda, muita procura. Teve uma participação massiva de estudantes do serviço social, do direito, da arquitetura, da filosofia, da educação do campo, que são os cursos que tem lá no campus de Goiás, mas além disso, a galera de Goiânia chegou junto: teve pessoal da farmácia, da nutrição e muitos outros cursos da saúde, tinha gente até das engenharias, medicina veterinária, enfim, teve uma procura imensa mesmo pelo curso. Aliás, a disciplina acabou saindo do formato tradicional de aulas e virou um curso de extensão porque participaram, inclusive, professores da rede municipal de educação de Goiás... Enfim, por que que eu estou dizendo isso? Porque, inclusive, essa disciplina que eu dei lá em Goiás, não foi uma coisa que eu cheguei e propus ao léu. Era uma demanda que veio da base: as estudantes de serviço social negras, indígenas, quilombolas estavam pautando a necessidade desse debate (Tales Willyan Fornazier Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Para nossa entrevistada Maria Helena Elpídio, o debate da questão racial avançou devido a entrada destes (as) estudantes, mas ela também reconhece que a categoria profissional tem progredido neste aspecto através também dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS. Observa que, em conjunto com a chegada dos(as) estudantes negras(os), esses grupos têm contribuído para enriquecer e aprofundar o diálogo racial na profissão.

Segundo o que consta no site da ABEPSS, os GTPs são grupos para a criação, produção e disseminação do conhecimento. Reunindo pesquisadores (as) da área de Serviço Social e campos relacionados, esses grupos concentram seus esforços na exploração de questões socialmente relevantes, transformando-se em núcleos capazes de disseminar informações especializadas, promover debates significativos sobre tópicos de ponta de interesse profissional e para os setores progressistas da sociedade. Além disso, eles fomentam a integração entre a pesquisa realizada nas instituições acadêmicas e as linhas de pesquisa consideradas cruciais para a área, incentivando e fortalecendo a participação nas discussões sobre políticas científicas

no país, tanto em colaboração com outras associações científicas como em harmonia com a ABEPSS.

Vale destacar que os Grupos Temáticos de Pesquisa, conforme o próprio nome sugere, são compostos por pesquisadores (as), grupos, núcleos e redes da área e áreas correlatas, dedicados ao estudo de questões de relevância social. Eles desfrutam de autonomia, mas mantêm uma ligação orgânica com a ABEPSS. Segundo o mesmo site, os GTPs são divididos em: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais

Tales Willyan Fornaizer Moreira, em seu depoimento, também reconhece os avanços que a categoria tem acumulado nesta discussão. Ele destaca as campanhas das entidades da categoria nesta última gestão, sobretudo a plataforma antirracista criada. Aponta que:

A gente construiu nessa última gestão, a plataforma no site com indicações de materiais, por matérias e áreas conforme apontam as Diretrizes da ABEPSS. Inclusive para a gente não ter mais a desculpa de que 'ai a gente não sabe por onde começar nessa discussão', porque é isso que a gente ouve em muitas UFAS (...) (Tales Willyan Fornaizer Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Segundo o site da ABEPSS, a plataforma mencionada por Tales Willyan Fornaizer Moreira, desempenha um papel para subsidiar o debate da formação profissional. É preciso valorizar a estruturação da plataforma. Ela foi introduzida e apresentada durante o último ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores(as) de Serviço Social). Ao explorar o site, podemos identificar que a plataforma oferece os seguintes segmentos: subsídios para o debate; sugestões por área; e pesquisa com os PPGs da área. Segundo Tales, a plataforma

(...) cumpre uma função histórica, pois a partir de agora a gente não tem mais desculpa para dizer que não dá para incorporar esse debate em todas as disciplinas, porque lá tem indicações. É lógico que a plataforma precisa ser alimentada e adensada, mas o pontapé tá lá. A gente tem indicações de autores e autoras, de textos para todas as disciplinas, seja formação sócio-histórica, questão social, movimento social, ética e direitos humanos, estágio, política social, fundamentos, etc. (...) (Tales Willyan Fornaizer Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Além disso, em 2018, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) lançou um documento intitulado “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”. Ao desenvolver este documento, a associação destacou como uma das principais prioridades de sua agenda política o compromisso de criar um projeto de formação profissional que seja antirracista. Além disso, com este movimento, a ABEPSS reconhece a relevância sócio-histórica do debate sobre questões étnico-raciais para o campo do Serviço Social no Brasil.

A nova gestão da ABEPSS continua a promover esse debate e traz estratégias para o próximo biênio (2023/2024), o que demarca o compromisso da profissão em fortalecer a agenda de formação profissional antirracista e dar continuidade a discussões fundamentais, relacionadas à questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social. Segundo o mesmo site, os compromissos da gestão da ABEPSS para este biênio, no que se refere a questão étnico-racial, são:

Ampliar o debate junto às Unidades de Formação Acadêmica - UFAs com aprofundamento do documento dos “Subsídios sobre o debate étnico racial na formação em Serviço Social” (2018) e a implementação da Plataforma Antirracista publicizada no ENPSS de 2022; Ampliar o debate e enraizamento na pós-graduação com pesquisas, redes de pesquisadores, produção e disseminação do conhecimento envolvendo todos os Grupos Temáticos de Pesquisa - GTPs e sua inserção em todas as regiões do país; Ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais no âmbito das relações internacionais (ABEPSS).

A respeito do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), temos o exemplo da campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” que, segundo o site com o mesmo nome, a campanha foi aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria em 2017. Tem como principal objetivo fomentar a discussão sobre o racismo no contexto do exercício profissional. O intuito é estimular a implementação de medidas efetivas para combater o racismo no dia a dia dos assistentes sociais, promovendo uma compreensão mais ampliada do que é o racismo e suas ramificações. No site da campanha temos as seguintes abas:

- “Nossa Campanha”: esta seção fornece uma descrição detalhada dos objetivos e do propósito da campanha. É o ponto de partida para compreendê-la. Nesta aba, são disponibilizados textos que exploram as várias manifestações do racismo na sociedade capitalista. Ela serve como um recurso socioeducativo para ampliar o entendimento sobre a temática.

- “Material”: aqui, as (os) profissionais podem acessar os materiais relacionados à campanha, como cartazes, panfletos, a logo da campanha, camisetas e vídeos. Esses recursos são valiosos para disseminar a mensagem da campanha.
- “Combate ao Racismo”: nesta seção, são compartilhados relatos profissionais que apontam práticas antirracistas. Cumpre a função de desempenhar um papel ativo no combate ao racismo em seu dia a dia profissional.
- A aba “Ações do CFESS/CRESS” descreve as iniciativas específicas realizadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) que estão alinhadas com a campanha, visando dar visibilidade a essa importante iniciativa.

Maria Helena Elpídio, em seu depoimento, destaca que há consenso sobre a importância de se discutir a questão racial na profissão. Ela pontua que:

(...) ninguém nega não, tá gente, assim, eu acho que, é difícil alguém chegar e falar dentro do serviço social ‘isso não é importante’. Algumas até falam, às vezes a arrogância é tão grande que até falam, mas fica um pouco constrangedor falar que não é importante. A gente tem várias formas de falar que não é importante, uma delas é silenciando, outra forma é negando, outra forma é não estudando, assunto secundário, não é tão importante (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

Em acordo com Maria Helena Elpídio, outra entrevistada, Cristiane Sabino de Souza, destaca que a profissão reconhece o seu papel histórico e a importância do debate sobre a questão racial. Então qual seria o desafio atual desta discussão? Segundo Cristiane Sabino de Souza, o desafio é fazer com que o debate seja efetivado. Com suas palavras:

Eu acho que mais do que reconhecer a importância que a categoria, as nossas categorias de representação, todo mundo já reconheceu a importância, mesmo os nossos colegas brancos já reconheceram a importância. A questão é como que se move no sentido então de efetivar o que precisa ser efetivado (...) (Cristiane Sabino de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

No mesmo compasso, Maria Helena Elpídio, ressalta que o desafio da discussão da questão racial no Serviço Social é pautá-la a partir dos fundamentos do Serviço Social. Segundo ela,

Nosso grande desafio desde então é aproximação, dentro do campo dos Fundamentos, como pesquisadora de Fundamentos foi tentar responder uma pergunta: como o debate étnico-racial é fundamental para a própria discussão de Fundamentos no Serviço Social? (...) Prestar atenção e me ater ao debate étnico-racial enquanto elemento fundamental na compreensão dos fundamentos do Serviço Social, que é a própria análise e compreensão da

realidade, que é toda essa forma de sustentação, de uma compreensão dentro do campo crítico dialético, dentro do marxismo e nos possibilita fazer uma leitura dessa realidade para poder intervir nela. (...) Eu defendo que o debate dos fundamentos do serviço social leva em consideração as relações étnico-raciais, porque elas são inerentes às relações de produção e de reprodução da vida social, que é o fundamento que sustenta a análise, compreensão e intervenção da profissão. (...) Se não fosse a escravização e colonização, o capitalismo não seria o que é hoje, e se não fosse o racismo, também não, por quê? Porque esse processo de escravização e colonização vai dar base para a constituição do racismo enquanto elemento estrutural dessa sociedade. Ele, junto com os argumentos ideológicos da classe dominante, vai ser fundamental para que haja um processo de naturalização de uma divisão social, racial, sexual, territorial do trabalho; ele vai permitir com o que argumentos racistas, de uma ideologia racista, se concretizem na materialidade da vida da classe trabalhadora preta, que vai se constituir com esses fragmentos mais explorados, expropriados, espoliados (...) (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

No que diz respeito à incorporação da questão racial na formação profissional, é evidente que muito desses esforços têm sido encampados por professores (as) e discentes negros (as). Durante nossa pesquisa, ao questionarmos nossas (os) entrevistadas (os), observamos unanimidade em suas respostas. Todas elas (es), independente das disciplinas que ministram, apresentam o debate sobre a questão racial. Ao realizarem este debate, dialogam com a relação da questão social, como forma de síntese do exposto. Podemos destacar duas destas colocações:

Sim, é o que eu tenho feito há alguns anos, pelo menos desde que eu entrei para o doutorado. Acho que essa aproximação com o debate da questão étnico-racial vem um pouco nessa esteira dos estudos sobre a particularidade da questão social no Brasil. Então, primeiro uma aproximação com o debate do trabalho, então, se é contradição capital e trabalho, que trabalho é esse, quem faz esse trabalho, como vive esse trabalhador? Então, toda aproximação com a teoria marxista da dependência, com o debate da superexploração da força de trabalho na América Latina e toda aproximação anterior que eu tinha com o debate da questão agrária, a centralidade da terra; isso vai também criando essas bases para entender um pouco mais dessa formação sócio histórica e o estudo sobre o escravismo, foi o que eu fiz no doutorado e sobre a transição para o capitalismo dependente no Brasil. Foi possibilitando então essa apropriação do debate do racismo. (...)

(...) E eu tento fazer isso, então pra mim não existe nenhuma disciplina que eu dou que não tenha textos que possibilitem discutir o racismo, seja a partir dos seus fundamentos históricos, seja a partir das suas manifestações mais concretas. Isso, evidentemente vai depender da disciplina. Quando eu dava a economia-política, por exemplo, eu discutia bastante acumulação primitiva do capital, sua relação com o escravismo, como que a escravidão vai ser fundante na constituição do capitalismo e tudo isso na disciplina de fundamentos. Eu vou discutir tanto essa lacuna da discussão étnico-racial nas diretrizes, quanto trazer outros debates relativos à atuação profissional e a necessidade do reconhecimento do racismo. Enfim, se fosse outra disciplina, seria uma outra dimensão do estudo da questão étnico social, mas acho que não tem como não trazer(...) (Cristiane Sabino de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Maria Cristina de Souza, por sua vez, destaca:

Eu acho que na minha na minha disciplina, na formação política brasileira, na história brasileira, em termos dos seus rebatimentos da questão social, da forma como isso foi avançando, como isso foi retrocedendo, os principais acontecimentos. Não existe uma história do Brasil sem o negro, não existe um movimento social sem o negro, sem o movimento negro, sem essa relação. Então toda disciplina que tem como ementa a questão da história e da influência da sociedade tem que ter a história do negro (...) se não tem história de um povo, não tem a parte, a contribuição e as principais situações vivenciadas por um povo que carregou essa sociedade nas costas. E que muitos teóricos já asseguram isso, em especial (...) E acho que omitir isso, colocar isso numa sociedade, uma profissão que quer discutir isso no âmbito dos rebatimentos da questão social que coloca isso, é trazê-la pela metade e é isto, é essa relação: a questão étnico-racial não tira em nada o fundamento da relação de classe; ela demonstra como um povo e a questão como foi omitida, o racismo em termos da sociedade e como é que foi feito isso, assegurou uma forma de organização política social em termos da sociedade brasileira (...) (Maria Cristina de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

A pesquisa revelou que a compreensão da questão social em sua totalidade está intrinsecamente ligada à compreensão do racismo estrutural. Portanto, essa é uma responsabilidade que recai sobre toda a profissão e não deve ser exclusivamente atribuída aos (as) estudantes, professores (as) e pesquisadores (as) negros (as). Nossos (as) entrevistados (as) destacam esse ponto e contestam a ideia de que o debate racial deve ser conduzido apenas por pessoas negras. Maria Helena Elpídio observa que o “debate étnico-racial vem como se fosse uma especificidade de pesquisadores e pesquisadoras negras e negros, ou como uma temática que está no campo de interesse de pesquisa”. Tales W. Fornazier Moreira, por sua vez, enfatiza:

(...) a gente sabe da importância, inclusive, dos e das estudantes tensionar algumas coisas. Porque é isso, se não tiver tensionamentos das e dos estudantes, não necessariamente todo o corpo docente vai se engajar nesse processo, porque, sim, a gente ainda está construindo um entendimento de que esse é um debate de todas e todos nós. Não tem que ser um debate que fique nas costas de professores, negras, negros, indígenas e quilombolas. Se é um debate estrutural, estruturante e de fundamento, inclusive para a gente compreender a nossa realidade, é um debate que todo mundo tem que se apropriar (Tales Willyan Fornazier Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Cristiane Luiza Sabino de Souza, informa esta mesma realidade. Indica que há uma tendência preocupante de relegar o debate sobre a questão racial a um mero formalismo, tratando-o como um simples cumprimento de protocolos, como é evidenciado nesta passagem:

Esse é outro debate também, a gente precisa de disciplinas específicas. A gente está num momento de muitas revisões de currículos nas Universidades como um todo no serviço social. Isso aparece, a gente tem uma demanda da categoria, pelo menos enquanto orientação formal da categoria de incorporação do debate étnico-racial, e a gente vai ter muita gente, sobretudo a

branquitude que vai dizer: 'olha, a gente então vai abrir uma disciplina, arranja um professor preto pra dar essa disciplina, que faça esse debate étnico-racial e de gênero também, e é isso aí'. Todas as outras disciplinas do currículo continuam como estão. Eu acho que a gente precisa ter disciplinas específicas, eu acho que tem certos debates que exigem as especificidades. Só que se nossas disciplinas estão centradas no estudo da realidade concreta, na orientação do trabalho profissional e por aí vai. Nessas disciplinas, precisa ser incorporado o debate étnico-racial, sob o risco de a gente não estar analisando a realidade (Cristiane Sabino de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Considerando que a categoria já destacou a importância do debate sobre a questão racial e tem promovido campanhas por meio de suas entidades representativas, considerando que há docentes e discentes negras e negros, que pautam a questão racial na profissão, estariam nossas preocupações infundadas? A resposta é um sonoro não! Há, de fato, equívocos que emergem na formação em Serviço Social quando se trata da questão racial, e esses equívocos precisam ser evidenciados.

O primeiro deles é que, como já mencionamos, as relações raciais conformam a questão social. É, portanto, um debate da categoria como um todo não ficando restrita a pessoas negras ou a uma disciplina. Tales W. Fornazier Moreira e Cristiane Sabino de Souza enfatizam a necessidade do debate das relações raciais constarem em toda formação.

Tem que perpassar todas as disciplinas, literalmente todas, porque muitas vezes, inclusive, eu participei de momentos de debate e revisão de projetos políticos pedagógicos e muitos colegas professores ficam assim: 'ai, como que eu vou trazer essa discussão em política social?', 'como que eu vou trazer essa discussão em estágio, em ética?' As pessoas ainda tem muito cristalizado o entendimento de que o debate da questão racial cabe somente na formação sócio-histórica brasileira ou no máximo em movimento social. Isso é uma visão muito reducionista da questão social, da questão étnico-racial, aliás, porque a gente está falando de um elemento que estrutura nossas relações, que é estrutural e estruturante da vida social, portanto, é um elemento que perpassa todas as instâncias da vida. Então é uma discussão que tem que estar em todas as disciplinas, mas a gente ainda vê muito essa ideia reducionista como se tivesse que só discutir a partir da ótica do movimento social, por exemplo. É importante discutir a luta, o movimento, mas, para além disso, a gente tem que discutir os fundamentos políticos e econômicos do racismo na sua intrínseca relação com o capitalismo. Então isso tem que perpassar o todo da formação profissional (...) (Tales Willyan Fornazier Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Em acordo Cristiane Sabino de Souza, que oferece exemplos sobre a falta de materialidade que desloca o debate do racismo da formação em Serviço Social. Por ser estrutural, ele fundamenta toda a reprodução social. Ela expõe:

Por exemplo, numa disciplina de, sei lá, Política de Assistência Social, eu sei que é uma das disciplinas que a gente tem ali nas disciplinas temáticas, serviço social e assistência social. É possível discutir assistência social no Brasil sem discutir racismo? É possível, porque se foi feito isso ao longo dos anos, só que faz sentido do ponto de vista do reconhecimento da demanda concreta

e da realidade concreta que essa política é implementada, para os sujeitos que são os beneficiários dessa política. Faz sentido? Não faz, porque quando a gente vai analisar concretamente, a gente está falando de uma política que vai ter, sobretudo a população negra como usuário. Da mesma forma, quando a gente vai discutir política de previdência. Não tem como discutir política de previdência, uma disciplina que discuta a previdência social, sem discutir racismo, porque quem é que não está contemplado por uma política de previdência social, porque está, sobretudo, na informalidade? Então, se a gente entende o racismo dentro dessa dialética das relações sociais no Brasil, não tem como a gente fazer nenhuma disciplina, absolutamente nenhuma disciplina na nossa formação em serviço social, sem trazer a discussão sobre o racismo, sem entender como que o racismo, como que essa racialização das relações sociais, como que isso vai perpassar e vai dinamizar todos esses espaços, tanto de atuação profissional quanto os espaços na própria formação, construção ideológica (...) (Cristiane Sabino de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Nesse contexto, é fundamental destacar que o silenciamento e o apagamento nos espaços institucionais, a exemplo do que ocorre, quando somente pessoas negras reivindicam a necessidade de se debater a questão racial, é fruto do racismo institucional, que é uma manifestação do racismo estrutural (Almeida, 2019).

O segundo equívoco reside em abordar a questão racial na formação profissional como um mero componente curricular aleatório ou fragmentado, pautado em um viés de análise culturalista e identitária (Elpidio; Valdo, 2022). Entendemos que o debate não pode ser pautado por correntes teóricas que não dialoguem com o PEP profissional, sob o risco de, conforme aponta Elpidio e Valdo (2022), manter o debate racial fundamentado em referenciais que reforçam a branquitude e os interesses da burguesia.

Como trouxemos nestas páginas, o racismo faz parte desta estrutura social, política, econômica e cultural. Portanto, a formação profissional que tem como sua base de intervenção a questão social, necessariamente precisa evidenciar estes processos, sabendo que questão social passa por assimilar o que significa a dinâmica do racismo no bojo deste sistema de produção. Neste sentido, abordagens culturalistas e identitárias não evidenciam estas relações que são complexas e multifacetadas.

Estamos em acordo com Souza (2021) e entendemos que é por meio do Método do Materialismo Histórico-dialético (MHD), desenvolvido por Marx, que conseguimos assimilar o racismo na totalidade das relações sociais. Para a autora (2021), o MHD subsidia por meio do esforço metodológico compreender as relações raciais de forma mais abrangente, auxiliando a observá-las além suas manifestações imediatas, o que implica em não as ignorar, mas, pelo contrário, reconhecê-las como o ponto de partida, o elemento caótico e superficial da realidade. Ao passo que conforme discorre

Souza (2021), para se ter a real compreensão do racismo é crucial buscar as mediações e contradições deste. Em outras palavras, é preciso examinar suas relações com a forma como a vida é produzida na sociedade burguesa, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza, bem como nas estruturas políticas e jurídicas correspondentes. Para isso, o debate sobre a teoria do valor é absolutamente essencial.

Cabe destacar que o MHD é o método que se vincula à hegemonia conquistada no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, sendo o método de análise da realidade defendido (não de forma dogmática e nem sem disputas políticas) pelo PEP do Serviço Social. Segundo Sant’Anna e Silva (2013), o método em Marx

(...) não se vincula a qualquer tipo de abstração, ainda que jamais se renda às diferentes formas de materialismo que se limitam a constatar o imediatamente sensível. Não se trata, também, de estabelecer uma média entre essas dimensões opostas, mas de superá-las nas suas limitações concretas. O método em Marx não se compromete com a “coisa da lógica” e nem com a “aparência da coisa em si”, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser (Sant’anna; Silva, 2013, p. 186).

Ainda que os marxismos e o MHD tenha significativa presença na profissão – pelo menos como debate acumulado nos últimos 40 anos -, não significa que outras tendências não estejam presentes e em disputa. Essas disputas também se espraiam na discussão racial. Segundo Silva (2022), atualmente há três grandes tendências presentes em disputa no Serviço Social, que representam ampla diversidade e múltiplas tradições, sendo elas de base pré-modernas, modernas e a pós-modernas. Todas elas sendo amplas, diversas e não estáticas²⁶. Como parte da ampla tradição pós-moderna, encontram-se as análises culturalista e identitárias do racismo. Lyotard (2000), define a pós-modernidade como um movimento que celebra o declínio das metanarrativas e das grandes teorias sociais, dando destaque às experiências individuais e às narrativas pessoais como aspectos fundamentais de compreensão e interpretação da realidade. O autor destaca, na sua ótica, o que caracteriza como a crise de teorias modernas (entre elas os marxismos), esvaziando conceitos como a totalidade, a verdade e o progresso.

26 O autor destaca sete tendências que têm, atualmente, dialogado com o Serviço Social na América Latina: sistêmicas (caudatárias da modernização conservadora); teórico-doutrinárias-reacionárias; hermenêutica-fenomenológicas; pós-modernas; culturalistas; pluralista-metodológicas; marxistas. Aqui a heterogeneidade é intensa, inclusive dentro da mesma tradição.

Haider (2019), aponta as armadilhas do identitarismo. Para o autor, criticar as contradições presentes na política identitária é uma tentativa de enfrentar o próprio sistema econômico. Ele informa que a política identitária

(...) é baseada na demanda individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente (...) ela enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva. O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar (Haider, 2019, p.49-50).

Tanto Maria Helena Elpídio quanto Maria Cristiana de Souza, assim como Cristiane Sabino de Souza, expressaram preocupações em relação à fundamentação desta discussão. Todas elas optaram politicamente em uma abordagem de análise estrutural em vez de uma abordagem culturalista ou identitária. Maria Helena Elpídio discorre:

Eu não estou falando de considerar esses sujeitos enquanto sujeitos fragmentados, enquanto constituição identitária desse sujeito. Não estou falando de uma análise culturalista, estou falando de uma análise estrutural da organização da sociedade capitalista que depende de uma divisão social do trabalho e nessa divisão social do trabalho nós temos uma divisão sim racial, sexual e territorial do trabalho (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

Na mesma direção Maria Cristina de Souza informa:

a questão identitária, é aqueles que querem fazer um debate desassociado; é como se a condição do negro, o racismo existente, fosse uma questão colocada apenas pelo fato de ser negro e não tivesse um viés classista, não tivesse a interseccionalidade da relação, a gente não somasse essa questão. (Maria Cristina de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Cristiane Luiza Sabino de Souza ressalta que o diálogo das relações raciais realizado na formação profissional, deve ser viabilizado a partir da crítica da economia política. Trata-se, segundo nossa opinião, de um elemento essencial e necessário para esse debate. Destaca a autora:

E aí, óbvio que eu não vou fazer nenhum debate do racismo a partir de uma perspectiva da identidade ou de uma perspectiva culturalista, senão no sentido de entender o racismo como uma construção social, que responde às necessidades histórico concretas, no caso pra mim, a necessidade histórica no capitalismo dependente de superexplorar, de impor para a classe trabalhadora como um todo, níveis perversos de extração de mais valia e de como toda a desigualdade que se desdobra. Daí precisa ser justificada. E o racismo é essa ideologia perfeita para justificar essa desigualdade. Então, concordo muito com o Clóvis Moura quando ele vai colocar o racismo como uma arma ideológica de dominação. E ela vai ser, para mim, a dominação que caminha junta com todo o sistema de exploração. Afinal de contas, não

existe exploração sem dominação e pensando a superexploração da força de trabalho, o racismo é essa outra face da moeda que possibilita que essa engrenagem funcione. Então é por aí a minha aproximação, pelo debate do trabalho, pelo debate das relações sociais, da luta de classes, muito mais do que por um debate culturalista ou centrado na identidade (Cristiane Sabino de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Maria Helena Elpídio analisa os motivos destas leituras fragmentadas e individualizantes:

Eu acho que tem um problemão aí e acho que esse problemão vem por parte da forma que foi construído, no campo da esquerda, a leitura acerca do debate da classe e, por outro lado, essa disputa com o campo pós-moderno que está nadando de braçada no debate étnico-racial e levando isso para um debate extremamente complexo de reprodução de culturalismo, reprodução de identitarismo. Mas que é melhor do que nada, em vista do que estava lá e estou falando no senso comum, e não tem espaço vazio. Se tem disputa não tem espaço vazio, então isso vai ser colocado sabe, vai ser colocado porque a realidade social está dizendo isso (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

Compartilhamos a perspectiva de Maria H. Elpídio e reconhecemos que há uma disputa política de direção na profissão. A leitura pós-moderna da discussão sobre a questão racial tem ganhado destaque. Concordamos com a entrevistada que aponta que essa abordagem também é resultado de um marxismo esvaziado de totalidade, que projeta uma representação irreal da classe trabalhadora, especialmente no contexto brasileiro. Além disso, conforme discutido no debate culturalista, a emergência desse enfoque preenche o vácuo que antes predominava silenciamento da profissão sobre o debate. E ainda cabe salientar que o avanço da pós-modernidade não se restringe exclusivamente à discussão da questão racial. Como Lyotard (2000) argumenta, a pós-modernidade representa uma manifestação da crise do capitalismo e das ciências humanas e sociais em geral.

Assim como nossas entrevistadas, defendemos uma formação em Serviço Social que tenha condições de observar a realidade social, portanto, a necessidade de articular na formação profissional a questão racial consubstanciada com a questão social é imperativa. Pautamos, ainda, que esta discussão esteja fundamentada em um marxismo negro e das margens que capture as contradições das veias abertas da América Latina, que forneça as condições de observar que “os sistemas de opressão estão interligados e, portanto, há a necessidade de articular a situação da classe de pessoas que não são meramente trabalhadores sem sexo” (Haider, 2019, p.32). Porém, como indica Souza (2021), existem segmentos de esquerda, inclusive marxista, que negam o debate do racismo a partir de Marx, bem como um marxismo enviesado

que desloca qualquer debate que não seja o que coloca toda classe trabalhadora de forma homogênea e estática na qual todos trabalham em fábricas, usam macacão azul e são homens brancos. Ressalta-se que essa é uma contradição que não está somente no campo do Serviço Social, mas chega a nós enquanto parte de um movimento mais geral. Maria Cristina De Souza e Maria Helena Elpídio destacam:

(...) Hoje tem uma incógnita e uma divisão, uma pseudo divisão hoje entre as pessoas que discutem a questão racial fundamentada nesta relação de classe em termos de Brasil, e outras que coloca isso enquanto um debate identitário e que vai fazer isso descolado da realidade que a gente vive. Então, esse debate, essa questão afastam, traz algumas outras contradições dentro da profissão, porque a gente já tem uma oposição silenciosa, que vai fazer sua função lá no baixo clero, no dia a dia, não vai para o enfrentamento da discussão (Maria Cristina de Souza - entrevista concedida para a dissertação).

Por sua vez, ressalta Maria H. Elpídio:

'Lh, discute a questão racial, não é marxista'. Aí você vai para lá, para o movimento negro: 'Lh, é Marxista, não está legal aqui'. Eu falo que é mais ou menos a gente que é preto de pele clara sofre: você não é branco suficiente para ser branca no mundo dos brancos e não é preto suficiente para ser preto no mundo dos pretos. Aí você fica nessa doideira aqui. Então a gente já está acostumado mesmo a resistir, a construir as coisas na contradição, nas dificuldades, mas eu acho que os caminhos estão colocados (Maria Helena Elpídio - entrevista concedida para a dissertação).

O terceiro equívoco refere-se à falsa crença de que a incorporação da transversalidade da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996, ocorrerá automaticamente, como se fosse um processo mágico. Conforme observado por Tales Willyan Fonazier, essa concepção está equivocada. Em suas palavras:

a gente fala do debate transversal, mas muitas vezes, essa ideia do transversal, de responsabilidade de todo mundo, cai no esvaziamento, pois na prática ninguém faz nada. É um debate que tem que perpassar todos os componentes curriculares, todos os núcleos de fundamentação das diretrizes da ABEPSS, na sua radicalidade (Tales Willyan Fornazier Moreira - entrevista concedida para a dissertação).

Ficou evidente, pelas falas de nossas (os) entrevistadas (os), que para efetivar as transformações necessárias na formação profissional do Serviço Social, boas intenções não são suficientes; é imperativo que haja vontade política. Como demonstrado ao longo destas linhas, nossas (os) entrevistadas (os), engajadas (os) na formação profissional, não apenas debatem a questão racial, mas o fazem a partir de um referencial teórico-crítico, tão caro à categoria.

Compreendemos, ainda, que este não é um debate destinado somente a pessoas negras; pelo contrário, é um compromisso ético-político da categoria. Entendemos que é fundamental se aprofundar na compreensão da realidade da formação do capitalismo latino-americano, especialmente no contexto brasileiro, que não escapa de compreender as relações raciais, que o Serviço Social poderá reunir os subsídios necessários para tirar a questão social do abstrato e trazê-la para o concreto da realidade social brasileira.

É indiscutível que a formação profissional já dispõe dos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos-operativos necessários para estabelecer as conexões intrínsecas entre a questão racial e a questão social. Nesse contexto, não se busca reinventar a roda, mas sim compreender que o debate necessariamente deve ser conduzido a partir dos recursos historicamente conquistados pelo Serviço Social, ou seja, por meio do Projeto Ético-Político (PEP), que tem como base o Materialismo Histórico-dialético (MHD). Há de se destacar, ao mesmo tempo, a apropriação crítica da teoria do valor e a explicação dos mecanismos de reprodução do capital na atualidade. Da mesma forma, como foi demonstrado pelo exemplo dessas (es) quatro docentes mencionadas(os), essa abordagem permitirá que o Serviço Social esteja preparado para enfrentar e tratar as feridas abertas resultantes do longo silenciamento da questão racial por grande parte do Serviço Social, fornecendo à categoria as ferramentas essenciais para avançar nesse crucial debate. Conforme exposto Maria Helena Elpidio:

A gente não está propondo que se reinvente outro Serviço Social, a gente entende que o nosso Serviço Social é esse Serviço Social crítico, construído aí nos últimos tempos anos, desde os anos 80 para cá na construção desse projeto ético-político, na reafirmação dos nossos princípios éticos e não são só os dois que tratam da questão étnico racial, são todos, porque se a gente está falando de antirracismo a gente tá falando de anticapitalismo (Maria Helena Elpidio - entrevista concedida para a dissertação).

É crucial ressaltar que uma única disciplina não será suficiente para essa empreitada. A transversalidade, por si só, não materializa a discussão. Somente ao investigar e abordar as lacunas existentes nesse debate, particularmente pela compreensão da questão racial como um componente intrínseco da questão social, o Serviço Social reunirá as possibilidades necessárias para avançar na construção desse diálogo tão relevante. É somente com o debate da questão racial de forma séria, dialogando com os elementos que auxiliem os (as) futuros (as) profissionais a

compreenderem as particularidades da sociedade brasileira, desde sua formação até a consolidação do país como uma sociedade capitalista – em que a alocação das pessoas está intrinsecamente ligada ao acesso da riqueza socialmente construída –, que poderemos ter uma profissão não somente antirracista, mas que possa ter subsídios para o trabalho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ressalta Gramsci, “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer” (Gramsci, 2014, p.187). Nesse sentido, este texto é um convite para continuarmos empenhando esforços para que o novo possa nascer.

Para nós, os esforços se concentram em ampliar o debate em torno da questão social, entendendo que alargar esta compreensão significa necessariamente observar os fundamentos de perpetuação desta sociabilidade na apropriação do trabalho coletivo, como evidenciamos ao longo deste texto. Essa apropriação, especialmente no contexto brasileiro, passa pelo trabalho da população negra como trabalho compulsório que contribuiu, sobremaneira, para engendrar o capitalismo central e periférico. Portanto, este aspecto não é somente um mero acaso, mas parte da formação da questão social. Ao observarmos por meio de autores e autoras do campo teórico crítico e de inspiração marxista que o racismo é estrutural, estamos afirmando que o racismo está no pilar de sustentação do sistema capitalista. É utilizando dos mecanismos de exploração e opressão que o capitalismo se reproduz, como trouxe Malcom X: “não há capitalismo, sem racismo” (Malcom X, 2020).

Essa afirmação de Malcom X foi uma espécie de fio condutor deste trabalho, sobretudo na primeira parte em que revisitamos as obras de Clovis Moura, Dennis de Oliveira, Ângela Davis, Sílvia de Almeida, C.L.R. James, entre outros (as). Por meio dessas análises, foi possível observar que tratar do racismo é lidar com o capitalismo. Ao passo que, conforme ressaltado anteriormente, o racismo não é uma anomalia, mas o capitalismo funcionando na sua normalidade.

A primeira parte deste trabalho nos leva a compreender que um debate que não questiona a normalidade, mais do que isso, que não busca transformá-la radicalmente, não é interessante à classe trabalhadora sobretudo a racializada como negra. A normalidade, ou seja, o capitalismo que tem no racismo os seus braços e pernas de sustentação, é aquele que nos mata por falta de trabalho, de acesso à saúde com qualidade, nos mata nos encarando, nos mata por “morte matada” e “morte morrida”. Observamos, a partir dos (as) autores (as) lidos, a relevância de demarcar o racismo enquanto estrutural. Portanto, o nosso foco não se concentrou nas manifestações do racismo. Ela não priorizou o debate do racismo institucional, racismo religioso, racismo cibernético, o racismo recreativo, o racismo acadêmico etc., pois o racismo enquanto

estrutural do capitalismo se apresenta em todos os âmbitos desta sociedade cada vez mais intensamente. A cada nova crise capitalista, novas expressões devastadoras do racismo se apresentam. Ao tratá-lo como estrutural, conseguiremos avançar nesta discussão e ir à raiz da questão.

A segunda parte deste estudo reafirma o que já é destacado pelo debate crítico profissional: o Serviço Social não é endógeno e, portanto, não nos interessa recuperar a história do Serviço Social, mas sim, o Serviço Social na história. Em outras palavras, estamos interessados em entender os processos econômicos, sociais, políticos e culturais que deram origem à profissão, que a sustentam e que geraram suas transformações. Dessa forma, podemos compreender a profissão a partir da totalidade, evitando visões fatalistas ou messiânicas (Iamamoto, 2001).

Nesse contexto, foi a partir do movimento de reconceituação latino-americano, especialmente com sua vertente renovadora mais crítica inicialmente registrada no método de BH, politicamente simbolizada no congresso da virada, que a profissão construiu seu projeto ético-político profissional ao longo de quase 30 anos. Esse projeto permite que o Serviço Social se aproxime de um projeto societário que busca a emancipação humana. As falas de nossas (os) entrevistadas (os) nos apresentam a relevância do projeto ético-político profissional, na medida que é a partir dele que a profissão tem vasão para pensar criticamente, propor e lutar por um horizonte sem opressões e exploração, entendendo o que a exploração e a opressão significam para a população negra. O PEP, ao propor uma nova ordem societária, é antirracista? Entendemos que sim! As lacunas do Serviço Social não estão no PEP, mas na apreensão da realidade de grande parte da categoria profissional.

Foi a partir do movimento de reconceituação que o Serviço Social pôde dialogar com as questões da classe trabalhadora. Observamos, a partir das falas de nossas (os) entrevistadas (os) e do resgate das bibliografias, que a profissão dialogou apenas com uma parte da classe trabalhadora: uma classe trabalhadora branca e homogênea. Não capturou, por isso, o movimento do real para dialogar com a classe trabalhadora concreta, ou seja, uma classe trabalhadora brasileira que é diversa e majoritariamente negra.

A consequência desta rasa compreensão é uma visão fragmentada da questão social, ao passo que ao retratar a questão social na formação profissional, ela deixou de observar elementos cruciais para compreender a dinâmica da questão social do Brasil. Por isso, por exemplo, não retratou as organizações políticas desde os

quilombos. Ao apresentar os marcos do amadurecimento da questão social no Brasil que remete à década de 1930, não apresentou os processos de barragens que o capital, por meio do Estado, impôs à população negra neste período. Não tratou os porquês destes (as) trabalhadores (as) que participavam de toda divisão do trabalho por meio da escravização, como destaca Clóvis Moura (1988), não trabalharem nas fábricas no momento posterior. Não abordou como parte constitutiva da questão social, a divisão racial e sexual do trabalho, que aponta para a população negra enquanto superexploração, agravada quando observamos a situação da mulher negra.

Ao analisarmos nossas entrevistas confirmamos que os esforços de construção do novo vêm sendo realizado. As (os) docentes e discentes negros e negras têm pausado a discussão da questão racial no Serviço Social. A controversa disto está em não ser um assunto restrito às pessoas negras, sabendo que a questão racial também é um componente da questão social (objeto de trabalho da profissão). É necessário afirmar que o debate precisa constar de forma concisa e real na formação profissional.

Com base nas declarações coletadas durante a pesquisa de campo, é evidente que, embora as relações raciais estejam formalmente estabelecidas como um tópico transversal nas diretrizes da ABEPSS, isso não garante necessariamente a presença desse debate na formação em Serviço Social. O que realmente assegura a incorporação desse debate é o aprofundamento e o comprometimento com o Projeto Ético-Político profissional e sua materialização em propostas efetivamente antirracistas.

A dissertação aqui apresentada abordou duas partes distintas, mas interligadas: não há possibilidade de discutir a formação em Serviço Social sem debater a questão social e, ao mesmo tempo, não dá para debater questão social sem debater o racismo estrutural. É inegável que a formação profissional tem avançado neste debate seja através de tensionamento discente, seja por compromisso de docentes como as (os) 4 que entrevistamos, seja pelas campanhas do conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS.

O debate sobre questões identitárias e culturais permeia todas as discussões dentro da categoria profissional. A questão racial não é uma exceção. O Serviço Social sempre esteve sob constante disputa de direção. É notável o progresso que tem sido alcançado pela área, especialmente desde a sua aproximação com o campo crítico inspirado na teoria de Marx, após o processo de renovação profissional. Compreendemos, portanto, a necessidade de reafirmar a direção estratégica da profissão. Isso implica ocupar os espaços de silenciamento com debates substanciais, embasados

em referências teóricas que estejam em sintonia com a construção de uma nova ordem societária. Como demonstrado ao longo deste trabalho, o capitalismo impacta objetivamente de forma mais cruel a população negra, o que torna imperativo que fundamentos como esse sejam incorporados nas discussões sobre a questão social. Não apenas como uma expressão dela, mas como parte fundamental da sua constituição.

Observamos, ainda, que a pesquisa nos trouxe mais perguntas do que respostas, ainda que a nossa hipótese ao longo do estudo tenha sido confirmada: a questão racial é um componente simbiótico da questão social, pois as relações raciais estão no cerne do capitalismo tanto em sua gênese como em sua perpetuação e reprodução. Embora a pós-modernidade, o PEP e os impactos das ações antirracistas do conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS na categoria não tenham sido o foco principal de nosso trabalho, as narrativas de nossos depoentes trouxeram inquietações que merecem ser explicitadas. Como a pós-modernidade tem se apropriado da discussão do racismo no Serviço Social? Quais os rumos do projeto ético-político profissional? O PEP está em xeque? Qual o impacto para o entendimento do racismo no Serviço Social após as campanhas que vêm sendo encampadas?

Ao realizarmos a escuta das (os) nossas (os) entrevistadas (os), entendemos que é uma temática aberta e que sempre haverá elementos para se debruçar. Todavia, durante a pesquisa pudemos constatar que a formação em Serviço Social e a reflexão sobre a questão racial e questão social estão intrinsecamente entrelaçadas. A questão social no país é racializada e, por isso, é ainda mais radicalizada em suas expressões e desigualdades. Assim, o Serviço Social, para enfrentar os desafios do tempo presente, precisa superar os dois polos que se defronta a formação profissional: **a fragmentação identitária e a abstração caricata do que é a classe trabalhadora**. Sabemos que a classe trabalhadora concreta do país é diversa e possui raça, sexualidade e gênero. A construção de nova ordem societária, “que não seja uma revolução antirracista e feminista, não garante nossa liberdade” (Stmith *et al.* n.p, 1977, *apud* Haider, 2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, D. T. A Relação Estrutural Entre Capitalismo E Racismo: O Genocídio Da População Negra Enquanto Projeto Societário. v. 16, n. 1. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Espírito Santo. 2018.

AMARAL, S. Gênero e desigualdade social - **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.

ALVES, A. “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. El País, 2017. Acessado em 04/11/2023 em https://brasil.el-pais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino Brasileira de Ensino e Pesquise em Serviço Social**, 2008. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

ABEPSS. **Uma formação profissional antirracista precisa ter a questão étnico-racial em sua centralidade**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrdia_eliminaao_discriminacao_racial_2023-605. Acesso em: 02 out. 2023.

BARBOSA, P. Movimento Social Negro Brasileiro e seu sentido de práxis-social na contemporaneidade. **X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**. (Re) Existência Intelectual Negra e Ancestral. Uberlândia, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1533075740_ARQ_UIVO_PUBLICACAOESPECIALCOPENE.pdf 04/11/2023. Acesso em: 10 ago. 2023.

BATISTONI, MARIA, R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social e Sociedade**, n. 136, p. 538-558, set/dez, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/PCVBqNLRKd-pcgV5TTY6Ff7y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOTELHO, J.; FERREIRA, M.; LEMOS, M. Imperialismo, relações étnico-raciais e lutas anticoloniais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 1–11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51032>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRANDÃO, C. L. M.; CURY, H. S.; JOHN, J. S. **GENOCÍDIO NEGRO BRASILEIRO: notas sobre um racismo declarado**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8876/GENOC%C3%8DDIO%20NEGRO%20BRASILEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.979, de 5 de julho de 2000. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito Suplementar no valor de R\$155.000.000,00, para o reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 129, p. 4, 6 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.384, de 3 de março de 1998. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fim que especifica. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 42, p. 1, 4 mar. 1998.

CASTRO, JAILMA. S.O; RODRIGUES, JAMILE D. S; RODRIGUES, MARIA. M; SILVA, MIRNNA. V. Questão social e Serviço Social: entre contexto e repercussões. **Revista Trabalho e Sociedade**, n. 2, v. 2, 2014.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 133–149, 2014. DOI: 10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CISNE, M. IANEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Espaço Temático: Serviço Social, Racismo e Classes Sociais**. Florianópolis, 2022. pg. 191-201.

CONCEIÇÃO, RENATA. M. D, **A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário**. Rio de Janeiro: Monique Dias Rangel Dutra, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Educação básica e formação profissional**. Salvador: CNI, 1993.

CORREIRA, A., N. S. **O Silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro**. In: MARTINS, TEREZA, C. S; SILVA. NELMIRE, F. S. Racismo Estrutural Institucional e Serviço Social, São Cristóvão, 2020.

CFESS. **Assistentes Sociais contra o racismo**. Disponível em: <http://servicosocial-contraracismo.com.br/>. Acesso em: 02 out. 2023.

CFESS. Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada. **Conselho Federal de Serviço Social**, Brasília, 2012. 204p.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho**. 3º trimestre 2019-2020. Brasil, 2021. Acessado em 04/11/2023 em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUARTE, E. C. P.; QUEIROZ, M. V. L. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o Constitucionalismo em face do Lado Oculto da Modernidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, v. 0, n. 49, 2016. Disponível em: . Acesso em: 26 jan. 2021.

DURANS, C. A. **Questão social e relações étnico-raciais no Brasil**, R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, 2014.

EURICO, M. **QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL. Uma reflexão sobre o racismo institucional**. São Paulo, 2011. .142 pg.

ELPIDIO, M. H.; VALDO. J. P. S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. **Revista Libertas**, v. 22, n.2, p. 316-333, Juiz de Fora, 2022.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**, São Paulo:Globo S/A, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: 2006.

FONTELLA L. G. MEDEIROS, E. W. REVOLUÇÃO HAITIANA: o medo negro assombra a América. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007.

FONTES, V. O que é acumulação primitiva? YouTube, 20 de Maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=odEH0AEFMvc>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GARCIA, Thayná T.; *et al.* A ABEPSS como organização política e a regulamentação da supervisão direta de estágio em serviço social. In: **VI. Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2013. Anais. São Luís, 2013. Disponível em: https://http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-im-passesedesafiosdaspolicasdasseguridadesocial/pdf_aABEPSScomoorganizacaopoliticaearegulamentacaodasupervisao.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 43, p. 26-44. 1995.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: Escritos de 1917**. 1a edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GOUVÊA, M. M. **A culpa da crise não é do vírus**. In: MOREIRA, Elaine *et al* (org.). **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ. p. 19-28, 2020.

HAIDER, A. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, São Paulo, Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**, São Paulo, Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, n 136, P. 439-461, São Paulo, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. A História pelo avesso — a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9966>. Acesso em: 3 nov. 2023.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

IANNI, O. A Questão Social, **Revista USP**, n.146, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41 Brasil, 2018. Acessado em 04/11/2023 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Política de Revisão de Dados Divulgados das Operações Estatísticas do IBGE**, Rio de Janeiro, 2018.

INUMERÁVEIS. **Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília, 2013. p. 71-97.

JAMES, C. R. L. **A Revolução e o Negro**. Publicado em New Internacional, Volume V, Dezembro de 1939.

JULIANO, D. C. R. S. **Relações raciais no Brasil e o genocídio do povo negro**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2, p. 190–207, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49815. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49815>. Acesso em: 3 nov. 2023.

KASSAN, S. A validade do 13 de maio. **Consciência Revolucionária**, 2013. Disponível em: <https://consciencierevolucionaria-kassan.blogspot.com/2013/05/a-validade-do-13-de-maio-prevalece-um.html>. Acesso em: 04 nov. 2023.

KATZ, C. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

KOIKE, MARIA, M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. **Direitos Sociais e competências profissionais**. CFESS, Brasília, 2009

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil**. Recife, 2012. 222 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012.

MARTINS, T. C. S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 14, p. 11-17, 2013.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução In: Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARINI, R. M. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Editora. Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

MARQUESE, R. de B. CAPITALISMO, ESCRAVIDÃO E A ECONOMIA CAFEEIRA DO BRASIL NO LONGO SÉCULO XIX. **Sæculum – Revista de História**, n. 29, 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/19825>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 4ª edição. São Paulo: Boitempo, 2005

MARX, K. **O Capital. Livro 1, volume 2**, São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, F. C. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010.

MOREIRA, TALES, W. F; CAPUTI, LESLIANE. As diretrizes da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Revista Temporalis**, n. 32, Brasília, 2016.

MOTA, ANA, ELISABETE; RODRIGUES, MAVI. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, v. 23, n.2, p. 199-222, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ª edição. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, C. **História do negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, C. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, Edição 34, ago/set/out, p. 28-38, 1994.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala, Quilombos insurreições, guerrilhas**. Edições Zumbi Ltda, São Paulo 1959.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala, Quilombos insurreições, guerrilhas**. Editora Porto Alegre, Mercado, 1988.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, W. S. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Revista Dimensões**. Vol. 21, p. 125-142, 2008.

NERY, J. C.; NAQUES, R. F. Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do Movimento Negro no Brasil. **Temporalis**, v. 19, n. 37, p. 26–44, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n37p26-44. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23973>. Acesso em: 4 nov. 2023.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, D. **Globalização e Racismo no Brasil: estratégias políticas de combate ao racismo na sociedade contemporânea**. UNEGRO: São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1. ed. São Paulo, Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, E. M. A. P; CHAVES, HELENA. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 143-163, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/#>. Acesso em: 09 jun. 2023.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

ORTEGAL, L. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2023.

PARKS, L. ASSIS, O. CACAU, C. **Mulheres Negras e Marxismo**. São Paulo: Iskra, 2021.

PAULA, J. A. S. Gênese do Serviço Social no Brasil: notas para o debate. **II Congresso de Assistente Sociais do Estado do Rio de Janeiro**, 2016, Anais. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/066.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PEREIRA, A. A. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Niterói, 2010.

PEREIRA, Nivia. C.S, Questão social e questão racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni, **Revista da faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, n. 23, v. 6, 2009.

PIRES, J. M.; COSTA, I. D. N. da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9506>. Acesso em: 4 nov. 2023.

RAMOS, S. *et al.* **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

SANT’ANA, R. S; SILVA, J. F. S. O Método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Revista Temporalis**, V. 13, n. 25, Brasília, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/4889/4148/12125> . Acesso em: 20 de out. 2023

SANTOS, N. S. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SILVA, J. F. S. **O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil**. SOUZA, EDVÂNIA, A.; SILVA, LIDUÍNA. O.S. Trabalho Questão Social e Serviço Social, a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: Contribuições ao debate latino-americano**. São Paulo: Cortez, 2022.

SILVA, J. F. S. D. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, I. M. F, **Questão social e serviço social no Brasil**. Campinas: Editora Papel Social, 2014.

SILVA, U. B.- **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SILVA. U. B. RACISMO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL. **Revista Pandora Brasil** Edição 101 • Setembro de 2019.

SOUZA, C. L . S. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, v. 2, n. 4, p. 20–41, 2021. DOI: 10.36311/2675-3871.2021. v. 2, n. 4., p. 20-41. Disponível em: <https://revistas.mari- lia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

TAYLOR, K.Y. Raça, Classe e Marxismo. **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre de , p. 177-193, 2018.

TEIXEIRA, J., B; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS, Brasília, 2009.

VIANA, N. Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferença. **Revista Espaço Livre**, v. 11, n. 22, p. 9-20, 2016. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/437/413>. Acesso em 05 Dez. 2023.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

APÊNDICE - ENTREVISTA

PERGUNTAS DIRECIONADAS AS (AOS) ENTREVISTADAS (OS)

1. Qual sua aproximação com a formação em Serviço Social? Você leciona ou já lecionou em alguma unidade de formação em Serviço Social? Em caso afirmativo, qual a universidade e a disciplina que leciona ou lecionou?
2. Considera importante o debate da questão social para a profissão? Justifique.
3. No seu entendimento, existem lacunas para a análise da questão social e de suas particularidades que a profissão precisa incorporar na formação profissional? Justifique sua resposta.
4. Você tem alguma aproximação com a discussão a respeito da questão social e a questão étnico-racial? Conte-me um pouco.
5. Acha importante incorporar a discussão da questão étnico-racial em sua disciplina? Se sim, de que maneira? Quais os autores/as utilizados?
6. Qual a sua opinião sobre a questão étnico-racial na formação e perpetuação da particularidade da questão social no Brasil? Considera uma discussão relevante à formação em Serviço Social? Se não, por quê? Se sim, ela está sendo debatida de forma substancial? Quais os autores e autoras devem subsidiar este debate? Há autores e autoras que a profissão deve incorporar para dar conta da fundamentação? Se sim, cite-os/as
7. Caso considere importante, de que forma a questão social e a questão étnico-racial devem aparecer na formação de assistente sociais? Seria necessária alguma disciplina específica ou uma abordagem transversal poderia dar conta do debate?

8. Sobre esta discussão (questão social e questão étnico-racial) e o tempo presente, existe algum ponto que você considera uma preocupação para o futuro da formação de assistentes sociais e a defesa do seu projeto ético-político profissional? Em caso afirmativo, visualiza tensões e disputas nesse debate? Como lidar com ele?

9. Teria algo a destacar que não foi tratado nesta entrevista?

ANEXO - PARECER PLATAFORMA BRASIL

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.530.350

participantes da pesquisa.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1920319.pdf	07/07/2022 09:53:10		Aceito
Outros	Curriculo_jattes_tales.pdf	07/07/2022 09:52:51	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decaracao_uftm_pdf.pdf	07/07/2022 09:45:12	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_ufsc_pdf.pdf	07/07/2022 09:44:22	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CHELIMANassinado.pdf	13/06/2022 08:35:48	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Outros	email_Autorizacao_institucional_2.pdf	05/06/2022 11:16:04	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Outros	email_de_autorizacao_institucional.pdf	05/06/2022 11:14:38	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostook.pdf	04/04/2022 14:56:51	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	04/04/2022 12:11:18	CHELIMAN ALVES RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br